



PUC
RIO

THAIS DA CRUZ CARNEIRO RIBEIRO

A QUESTÃO DA FORMAÇÃO DO PSICANALISTA
NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1992

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO

Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea
CEP 22453-900 Rio de Janeiro RJ Brasil
<http://www.puc-rio.br>

N.Chamada: 150 / R494q / TESE UC

Título: A questão da formação do psicanalista nu



Ex: 1-CENTRAL

2207

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

A QUESTÃO DA FORMAÇÃO DO PSICANALISTA
NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

POR

THAIS RIBEIRO

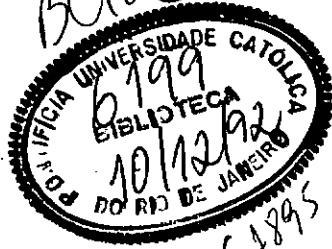
Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de

MESTRE EM PSICOLOGIA CLÍNICA

Esther M. Magalhães Arantes
Orientadora

Rio de Janeiro, Setembro de 1992.

Beld



63895

150

R4849

TESE UC

UC 40746-8

*A todos aqueles que insistem em
fazer avançar a aventura
freudiana colocando aí algo de
seu.*

AGRADECIMENTOS

- Aos meus pais, Ema e Hércio, pelo apoio permanente de todo impagável, minha gratidão oceânica.

- Ao Peter, por tolerar amorosa e pacientemente minhas ausências e meus estranhos humores.

- A Ângela e Celso, amigos de fé, irmãos camaradas.

- Aos "Good-Fellows", Isabel, Márcia, Marisa, Daniel e Pedro pelo incentivo e pela produtiva amizade que construímos.

- Aos meus alunos e ex-alunos, em particular, Alessandra, Ângela, Betanha, Cecília, Cláudia, Flávia, Lígia, Maria Stella, Mário, Núria e Vinícius que ao construírem e formularem suas perguntas me fazem colocar o saber sempre em jogo novamente.

- Ao Virgílio, com quem foi dada a partida.

- À Clare, com quem qualquer dia destes chego ao fim da partida.

- À Letra Freudiana, nas pessoas de Elizabeth Tolipan e Diana Mariscal que acolheram a um desejo ainda trêmulo com delicadeza e precisão.

- Às colegas de cartel Ângela Pereira, Ângela Bacelar e Cristiane Mota pelos momentos em que se ofereceram como

suporte às minhas interrogações.

- A Esther Arantes, pela paciência e grandeza pessoal com que acompanhou meu percurso.
- A Cláudia Garcia e Letícia Balbi, por terem gentilmente aceito participar da banca examinadora.
- A Vera Márcia Ramos, Sigmund Perestrello, Leon Capeller, Carmem Da Poian, Marylink Kupferberg, Clare Isabella Paine, Nilza Ericson, Sonia Alberti, Isidoro Americano do Brasil e José Nazar que atenciosamente se dispuseram a falar das instituições psicanalíticas das quais são membros.
- A Inês e Roberto, que ajudaram o corpo a segurar a "onda".
- A Verinha, Marise, Aninha e Francisco, os "Anjos da Guarda".
- Ao Cláudio, pela cuidadosa revisão.
- Ao CNPq e à FAPERJ, os "Anjos da Lei".

RESUMO

Uma vez que a formação do psicanalista, além de encontrar seu tempo fundador na análise pessoal, foi também confiada às sociedades analíticas, o processo de institucionalização da psicanálise tornou-se concomitante ao estabelecimento de uma teoria e de uma política da formação. Através da história do movimento psicanalítico constata-se que coube a essa questão o principal papel na deflagração das crises e cisões que o abalaram.

As relações entre psicanálise e instituição são enfocadas pelo viés da análise formadora e dos procedimentos que visam legitimá-la. A questão do final de análise emerge de modo privilegiado ao refletirmos sobre os problemas de ordem teórica inerentes à noção de análise didática.

Conclui-se que não se trata de atestar simplesmente a contradição entre análise e instituição mas de buscar formas mais adequadas para os analistas se instituírem, onde seja preservada a separação entre a análise pessoal e as condições de reconhecimento do psicanalista pela instituição, e se assegure caminhos através dos quais se possa produzir um saber novo a respeito da psicanálise e deste singular desejo que é o do analista.

Ao final apresenta-se como anexo um quadro acerca da proposta de formação e do funcionamento de algumas das mais expressivas instituições psicanalíticas do Rio de Janeiro com o propósito de ilustrar as questões aqui levantadas.

ABSTRACT

Since the training of the psychoanalyst, more than having its foundation in the personal analysis, was also trusted to the analytical societies, the process of institutionalization of psychoanalysis turned out to be concomitant to the development of both a theory and a policy of training. We find throughout the history of the psychoanalytic movement that this issue has played the main role in the genesis of the crises and divisions which affected it.

The relationship between psychoanalysis and institution are approached through the training analysis and the procedures which are intended to legitimate it. The issue of the end of the analysis stands out when we think about the difficulties of a theoretical kind inherent to the idea of training analysis.

We conclude that the issue is not to simply testify the contradiction between analysis and institution, but to search for more adequate ways for the analysts to create their institutions, where the separation between the personal analysis and the conditions for institutional recognition be preserved and paths be open through which a new knowledge might be generated with respect to both the psychoanalysis and the singular will of the analyst.

We also present in an appendix a frame of the proposals for training and the organization of some of the most representative psychoanalytic institutions in Rio de Janeiro, with the aim of illustrating some issues discussed herein.

Palavras-chave: *Psicanálise, História, Instituição, Formação do Psicanalista, Análise Didática, Escola, Passe, Final de Análise.*

SUMÁRIO

Introdução	1
1 - A Institucionalização da Psicanálise	7
2 - O Movimento Lacaniano	21
3 - Psicanálise e Instituição: a análise didática	45
4 - Psicanálise e Instituição: o passe	67
5 - Conclusão	94
6 - Bibliografia	109
7 - Anexo : Mapeamento da Situação Atual da Formação Psicanalítica nas Principais Instituições do Rio de Janeiro	119

INTRODUÇÃO

Na qualidade de sujeito afetado e transformado pela análise, e no exercício de uma clínica que sofre efeitos oriundos desta análise, não poderiam estar ausentes desta dissertação motivações e questões bastantes pessoais. Por um lado a dívida para com a psicanálise exigia que algo de meu fosse colocado na produção incessante de sua descoberta; por outro lado, alguns impasses marcados por uma certa hostilidade e errância com relação à instituição psicanalítica e vividos de modo isolado, talvez pudessem ser alçados, ao nível de uma experiência comum e transformados em questões de interesse não mais de um só. A interrogação da qual parti foi: o que no curso de um analisando faz dele um analista? A questão da formação era confusa e de difícil compreensão. Estas foram as razões que deram início a este trabalho.

O Rio de Janeiro conta hoje com cerca de trinta instituições psicanalíticas, podendo ser considerado como a capital do movimento psicanalítico no país. A demanda de formação e de análise, bem como a procura por conferências, cursos e publicações de psicanálise, demonstra o enorme interesse que a psicanálise suscita entre nós. A maior parte das instituições tem se empenhado, com sucesso e a despeito das dificuldades colocadas por nosso momento sócio-econômico, na sua função de promover, produzir e sustentar o discurso analítico. Apesar de tudo isso, este campo dá a impressão de uma certa fragmentação e dispersão; a informação circula mal

entre os agrupamentos (embora algumas tentativas venham sendo feitas no sentido de amenizar esta situação), dificultando a constituição de um campo de troca entre as diversas tendências, imprescindível ao progresso da doutrina. O dogmatismo, o adesismo verbal e o sectarismo constituem a face mais consternadora destas instituições, ainda que estes problemas não sejam uma exclusividade nossa.

Além da teoria do inconsciente, da prática do tratamento e do desejo daqueles que aí se encontram implicados, a doutrina freudiana também envolve uma política. Por política entendemos aqui a maneira como os psicanalistas concebem as modalidades de sua organização e vinculação social nas instituições, bem como as estratégias de difusão da psicanálise.

O futuro da teoria psicanalítica é, portanto, inseparável de sua aventura histórica, já que ela e seus promotores, ao longo do movimento analítico, criaram meios políticos e sociais para continuar a existir materialmente.

Do contexto da transmissão da psicanálise, embora ele não se resuma à formação dos analistas, destacamos este tema como o principal objeto deste estudo. Historicamente sempre coube à questão da formação o principal papel na deflagração das crises, cisões e conflitos por que passou o movimento psicanalítico, ainda que estas rupturas tenham como pano de fundo e impliquem sempre em questões de doutrina.

A questão da história na psicanálise é extremamente complexa devido à diversidade de caminhos que se pode tomar. Não se pretende traçar aqui uma história da psicanálise, embora um olhar histórico esteja na base desta pesquisa. Entre os modelos de história da psicanálise, aquele que me parece o mais interessante é o que se baseia na idéia de sobredeterminação, conforme a classificação proposta por Mezan (1988). Trata-se de uma história da teoria e da prática psicanalítica apresentada sob o signo da dispersão num sentido geográfico, doutrinário, clínico e institucional onde procura-se articular estes diversos níveis de análise. Entretanto a amplitude deste modelo não é compatível com a dimensão desta dissertação. Sendo assim, foram poucos os momentos que pude ser fiel à idéia de sobredeterminação, que permaneceu, no horizonte, como ideal a ser buscado. Embora saiba-se que a história da psicanálise não se limita às dissidências, rupturas, peripécias e expulsões que marcaram o movimento analítico, ou seja, a história de sua institucionalização de modo mais global ou numa determinada comunidade de analistas, esta foi a perspectiva mais presente neste trabalho. Na sua fronteira encontra-se, portanto, um modelo sobredeterminado de história, bem como os estudos voltados para uma epistemologia da psicanálise e as leituras mais sociológicas da instituição psicanalítica e da difusão cultural da psicanálise.

Creio que o recurso à história da institucionalização da psicanálise de um modo mais global, privilegiando a questão da formação do psicanalista, pode contribuir para uma maior compreensão do momento e da problemática que vivemos hoje no

campo psicanalítico onde nos inserimos.

A título de periodização, podemos demarcar quatro momentos exemplares desta história:

- 1 - Os primórdios da experiência psicanalítica, onde as relações entre os jovens analistas e os mais experientes se davam de modo quase espontâneo em torno de Freud e seus discípulos mais próximos e a formação era deixada à iniciativa pessoal de cada um, nada havendo de sistematizado a seu respeito;
- 2 - A regulamentação da formação do analista e das condições exigidas para sua análise, agora tornada obrigatória, tendo como modelo último, enquanto instituição real, o Instituto de Berlim, fundado em 1920 por Eitington, Abraham e Simmel;
- 3 - A emergência da crítica ao sistema de formação e às instituições psicanalíticas no início dos anos cinquenta, que vai culminar com o desligamento de Lacan da Associação Internacional de Psicanálise (IPA) e a fundação em 1964 da Escola Freudiana de Paris (EFP), produzindo uma polarização no movimento psicanalítico tanto em termos da formação como da teoria;
- 4 - A dissolução da EFP com base, entre outras razões, no fracasso do procedimento do Passe no final dos anos 70, a fragmentação e a internacionalização do lacanismo.

Tratarei dos dois momentos iniciais no primeiro capítulo desta dissertação e dos restantes no segundo.

São poucos os assuntos que entre os analistas são

consensuais. Um deles é que a formação dos analistas não deveria ser deixada a cargo do Estado e sim das sociedades psicanalíticas. O outro é que a análise constitui o tempo fundador inicial desta formação. Todos que queiram exercer a psicanálise devem eles próprios submeterem-se a uma análise.

No "Vocabulário de Psicanálise" de Laplanche e Pontalis a análise didática é "*a psicanálise a que se submete aquele que se destina ao exercício da profissão de psicanalista e que constitui o elemento fundamental de sua formação*" (1970, p.57). Destinam-se ainda a designar esta psicanálise os termos: análise de formação e análise do analista.

Entretanto, os vocabulários fornecem-nos apenas o que há de mais unívoco no sentido de palavras e termos. Somente no contexto da história ou na análise de discursos singulares podemos apreender os sentidos em sua polivalência. Assim, o termo análise didática assume na história da psicanálise, no movimento psicanalítico e mesmo no conjunto de idéias sobre o tornar-se analista que cada analisando forma para si diversas feições.

O papel atribuído a esta análise dentro do processo de formação e as relações que se estabelecem entre ela e a instituição psicanalítica são polêmicos e apresentam-se sob diversas modalidades.

Penso que a questão da análise didática é particularmente densa, pois são inerentes a esta noção

problemas simultaneamente teóricos e práticos. Além disso, esta análise adjetivada tem sido, até os dias atuais, objeto de intensas e relevantes discussões no movimento analítico.

As posições daí derivadas têm sempre conseqüências a nível da organização institucional e muito nos instruem acerca da complexa relação entre Psicanálise e Instituição. Além disso, como já foi dito, também há implicações a nível de doutrina, onde emerge de modo privilegiado a questão do término da análise.

A relação entre Psicanálise e Instituição, enfocada pelo viés da análise de formação, será o objeto do terceiro e do quarto capítulos dessa dissertação, onde ela será apresentada segundo dois paradigmas distintos.

Segue, em anexo, um quadro ilustrativo, onde se apresenta a situação atual de algumas das instituições psicanalíticas do Rio de Janeiro a respeito da formação do analista, para que cada um possa contextualizar as questões aqui colocadas e tirar suas próprias conclusões.

CAPÍTULO I

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PSICANÁLISE

A partir de 1897, Freud submeteu-se a uma trabalhosa auto-análise, basicamente pela via de seus próprios sonhos e da associação livre, vindo a resgatar momentos e mistérios de sua infância que até então permaneciam recalçados. Esta aventura pode ser tomada como o ato fundador da psicanálise, ainda que reconheçamos na auto-análise uma contradição de termos. Se o psicanalista é para seu analisando o Outro ao qual dirige suas interrogações, Freud não conseguiria converter-se em seu Outro, por mais ousado e original que fosse. Assim, podemos entender a auto-análise de Freud como um segundo tempo, um momento de elaboração do processo no qual Freud colocara Fliess na posição de seu analista entre 1887 e 1902, quando tal relação se interrompe de modo tempestuoso.

A vivência de Freud junto a Fliess teve como consequência um saber derivado do desejo inconsciente. Este saber é de uma ordem distinta daquele que pouco tempo antes ele obtivera com Charcot. Esta distinção é essencial para situar na história das ciências a divisão introduzida por Freud entre saber e verdade, bem como para compreender algumas particularidades das instituições psicanalíticas em comparação com outras sociedades científicas.

Wilhelm Stekel foi o primeiro paciente de Freud a tornar-se analista. Dois elos o uniam a Freud: seu tratamento e seu trabalho sobre o simbolismo onírico. Assim como Fliess acusara Freud de roubar suas idéias, Stekel se queixará dele ter usado suas descobertas sem mencionar seu nome (Roudinesco, 1989, pp.96-9, vol. I). Em ambos os casos a questão do plágio é o pivô de um conflito que envolve transferência, identificação, narcisismo e poder. Stekel era ao mesmo tempo o doente de Freud e o discípulo de um analista. Esta relação traz o testemunho daquilo que constitui o primeiro paradoxo da formação do psicanalista e está ela própria na origem da primeira sociedade de psicanalistas na medida em que coube a Stekel a paternidade da idéia da criação do primeiro círculo de psicanalistas.

No outono de 1901 iniciou-se na própria residência de Freud uma série de reuniões com jovens médicos que tinham "a intenção expressa de aprender, praticar e difundir a psicanálise" (Freud, 1914, vol. XIV, p.36). Além de Freud e Stekel, Max Kahane, Rudolf Reither e Alfred Adler formavam o núcleo do que em 1908 viria a ser a Sociedade Psicanalítica de Viena. Inicialmente este agrupamento recebeu o nome de "Sociedade Psicológica das Quartas Feiras". Em suas reuniões, todos que delas participavam eram obrigados a falar e a discutir o trabalho de seus colegas.

Embora até 1907 nenhuma cisão de maior vulto tivesse ocorrido no interior deste círculo, Freud procurou resolver alguns conflitos que haviam aparecido e permitir que alguns membros do grupo que desejassem partir o fizessem sem serem

expulsos; em setembro deste mesmo ano, Freud anunciou sua proposta de dissolver o grupo, para logo depois voltar a formá-lo com o nome de Associação Vienense de Psicanálise, e propôs ainda que este procedimento fosse repetido a cada três anos.

A dissolução de 1907 visava criar uma associação livre de seus membros fantasmas, colocando em prática uma concepção institucional adaptada ao inconsciente, já que sua descoberta demonstrava que o sujeito não é livre em suas palavras e que somente os atos são testemunhos de liberdade pessoal, quer dizer, a democracia não é suficiente, tratava-se de cada um poder tomar uma decisão. Freud não optou nem pela exclusão de alguns membros nem pela aceitação do conflito, o que permitiu que ele permanecesse como *"mestre sem ocupar o lugar de chefe"* (Roudinesco, 1989, vol. I, p.105). Esta postura marcará toda sua relação com a instituição psicanalítica ao longo de sua história.

Ao querer recentrar a unidade do movimento em torno de uma causa comum e efetivar sua unidade, em 1908, Freud cria uma situação que se choca com seus objetivos iniciais, ao promulgar um novo regimento interno onde autoriza os membros a não participarem das discussões, permitindo assim a primazia do direito democrático à liberdade de fala, e o primado da relação social sobre a imposição das regras do inconsciente cujo processo de dissolução de 1907 instalara.

A institucionalização da psicanálise, como vimos, é

paralela ao aparecimento de um certo semblante, o de uma sociedade liberal moderna regulamentada democraticamente que vem suceder a horda ativa de 1902/7 onde a troca teórica era um movimento resultante de um vínculo transferencial que ao mesmo tempo que unia esta comunidade, recalrava o que a fazia manter-se.

Entre 1906 e 1912 a psicanálise experimentou um período de expansão da doutrina e de profissionalização acentuada. Diversas sociedades foram criadas em outros países, como por exemplo os E.U.A., começaram a se interessar pela psicanálise. Mas se por um lado Freud constata que a situação mudara e a psicanálise angariara mais adeptos, com pesar ele reconhece, em relação à Sociedade Psicanalítica de Viena, que:

"Não consegui estabelecer entre seus membros as relações amistosas que devem prevalecer entre os homens que se acham empenhados no mesmo trabalho difícil, nem consegui evitar a competição que dá margem, com tanta freqüência, este trabalho de equipe"
(Freud, 1914, vol. XIV, p.37).

Para remediar a inimizade dos analistas, sua dificuldade de colaborar em uma causa comum e a recusa em encarar a verdade, a solução oferecida por Ferenczi foi constituir uma organização oficial. Freud, por sua vez, esperou poder evitar as armadilhas que aguardam os que começam a exercer a psicanálise delegando poderes a alguém preparado para instruir e advertir, que seria colocado em posição de

autoridade.

Em março de 1910, tem lugar em Nuremberg o 2.º Congresso Internacional de Psicanálise, onde Ferenczi é encarregado por Freud de ler a proposta de criação da Associação Internacional de Psicanálise (IPA), para a qual designou Jung como presidente. Após severos protestos de Adler e Stekel, Freud consegue acalmar os ânimos entregando ao primeiro a presidência da sociedade vienense e ao segundo a gestão de um novo periódico psicanalítico.

Ao fundar a IPA, o que Freud *"tinha em mente era organizar o movimento psicanalítico"* (idem, p.55) julgando ser:

"necessário formar uma associação oficial porque temia os abusos a que a psicanálise estaria sujeita logo que se tornasse popular. Deveria haver alguma sede cuja função seria declarar: 'Todas essas tolices nada têm a ver com a análise; isto não é psicanálise'" (idem, p.57).

Aqueles que fossem preparados nas sessões locais receberiam assim uma espécie de garantia para sua prática. Seria conveniente aos partidários da psicanálise reunirem-se para uma troca amistosa de idéias e apoio mútuo. *"Isto e nada mais, foi o que [Freud] esperava alcançar com a fundação da IPA. Mas tudo leva a crer que era querer demais"* (idem, p.57).

Após a criação da IPA o que se verifica de mais

relevante, entretanto, são importantes dissensões como as de Adler, Stekel e Jung, que renunciou a sua presidência. A IPA não foi capaz, desde então, de assegurar a unidade do movimento psicanalítico. Aflito com essas três dissensões e preocupado com a possibilidade de outras no futuro, Ernest Jones, em 1912, propôs a Freud a criação de um pequeno comitê, formado por seus discípulos da velha guarda, os quais se reuniriam ao seu redor. Freud aceitou a idéia impondo a condição de que ele fosse secreto em sua existência e ações. Embora satisfeito com sua guarda palaciana, ele não deixaria de trabalhar no que se constituiu como sua verdadeira defesa e repositório de sua raiva, a saber, o texto "A História do Movimento Psicanalítico" o qual Freud denominou como "bomba" em carta dirigida a Ferenczi em 12/01/1914.

Neste texto Freud antecipa os principais pontos que caracterizam a problemática institucional. Seu tom é exemplar em dois sentidos: é uma demonstração do estilo belicoso que marcará o debate entre os psicanalistas e em contraste, como assinalou Balint (1948, p.67), com a história oficial do glorioso sucesso do sistema de formação posteriormente tecida, é uma história que expõe o curso das inevitáveis disputas, das rupturas e impasses dos quais o movimento analítico é feito.

O Comitê, atuando paralelamente à IPA, instaurou um duplo mecanismo de poder no movimento psicanalítico. Seus membros (Ferenczi, Jones, Abraham, Rank, Sachs, Eitington e outros) eram defensores de uma causa. Com isso tentava-se restabelecer a ortodoxia da doutrina, supervisionar a própria

IPA, recentrar a política do movimento com base na teoria do inconsciente. A IPA, por seu turno, se encarrega da associação de todas as sociedades existentes. Uma política de unidade da causa caminhava ao lado de uma política expansionista da psicanálise. Esta duplicidade passa a constituir uma das características essenciais da política psicanalítica. Com a crescente profissionalização da psicanálise, o Comitê acaba por ser absorvido e fundido à direção da IPA em 1927.

Depois da era da horda, que, apesar de selvagem, também pode ser vista como um tempo de companheirismo, onde um certo amor pela verdade constituía o "*vínculo social*" entre os primeiros analistas, aproximando os jovens e os mais experientes, a formação passou a ser cada vez mais confiada à instituição analítica. Os analisandos que Freud tinha em análise estavam envolvidos na elaboração de um aparelho conceitual onde se imbricavam a investigação científica, a análise pessoal, a vida pública e privada.

A fundação da IPA sucede essa fase informal de agrupamento "*científico*", mas a formação só será institucionalizada após um intervalo de aproximadamente dez anos. Será novamente com a organização legislativa e com a constituição de uma autoridade central que as sociedades psicanalíticas responderão aos problemas colocados pela formação dos analistas. Para evitar as dificuldades inerentes ao grupo original, regulamentou-se a experiência analítica e tornou-se obrigatória a chamada análise didática.

Segundo Roudinesco, o debate sobre a formação somado à expansão do campo de atuação da psicanálise e à questão da análise leiga são os terrenos sobre os quais desdobrou-se o processo que levou à "legalização do ofício de psicanalista" (Roudinesco, 1989, vol. I, p.142), com o qual virou-se uma página essencial na história do movimento.

"Nascia a psicanálise dos notáveis, com suas especializações, seu tecnicismo, seu ego forte e sua maneira de acomodar a transferência a todas as modalidades de transmissão" (idem, p.153).

Entre 1920 e 1926 Freud produziu uma reviravolta em sua teoria. A introdução da segunda tópica reafirmava uma dialética do descentramento, a primazia do inconsciente sobre a consciência, do id sobre o ego, do desejo sobre a adaptação. Esta reformulação teórica, bem como a elaboração do conceito de pulsão de morte são paralelos à luta em que Freud se lançou na defesa dos clínicos "amadores" (o que não os dispensava de uma formação específica), fazendo oposição aos partidários anglo-americanos da análise médica, ou melhor, àqueles que encontravam nos ideais da medicina meios para empregar uma teoria do ego e da adaptação. No auge desta disputa, enquanto Freud publicava "A Questão da Análise Leiga" (1926), em Nova York, A.A.Brill fazia com que se aprovasse uma lei declarando ilegal a análise leiga (Roudinesco, 1989, Vol. I, pp.155-6). O problema da formação era colocado na ordem do dia quanto mais se discutia a profissionalização do psicanalista. Tratava-se de adaptar a descoberta freudiana à ordem social dominante.

O Quinto Congresso Psicanalítico, realizado em Budapeste, em 1918, colocou os fundamentos de um sistema de formação. Entre eles estava a obrigatoriedade da análise do analista. Em comparação aos princípios ali colocados, todas as modificações subsequentes não passarão de detalhes.

Em 1919-20, Abraham, Eitington e Simmel fundam o Instituto Psicanalítico de Berlim com a finalidade, entre outras, social, de prestar auxílio psicológico nos mesmos termos em que outras especialidades ligadas à saúde. No contexto desta experiência pioneira produziram-se as primeiras discussões sobre a formação do psicanalista, a distinção entre análise terapêutica e didática, a análise de controle ou supervisão, duração das sessões e dos tratamentos, bem como da gratuidade do tratamento. O vienense Hanns Sachs foi o encarregado da direção das atividades de ensino. Aqui se inicia a padronização da formação que posteriormente triunfará na IPA, juntamente com uma orientação pragmática e médica, distanciada da política leiga sempre preconizada por Freud.

Eitington fora o pioneiro da supervisão quando por volta de 1910 fazia com Freud longas caminhadas onde discutiam um caso grave que o primeiro vinha tratando. Em seu relatório sobre o Instituto de Berlim, em junho de 1922 (apud Balint, 1948, p.165), ele escreveu:

"We are firmly convinced that henceforth no one who has not been analysed must aspire to the rank of practising analyst. It follows that the analysis of

the student himself is an essential part of the curriculum and takes part at the Polyclinic in the second half of the training period, after a time of intensive theoretical preparation by lectures and courses of instruction".

Pouco tempo depois a supervisão também se tornará obrigatória, instaurando-se então o que se convencionou chamar de sistema de formação tripartida (Training System), ou seja, a formação do analista no instituto era composta de instrução teórica, análise de controle (ou supervisão) e análise didática.

Em princípio cada uma destas partes deveria estar terminada para que fosse dado o próximo passo. Segundo os húngaros, liderados por Ferenczi, a prática analítica devia ocorrer durante a análise do candidato para que sua contra transferência pudesse ser analisada e, ao menos no primeiro caso, o mesmo analista deveria conduzir tanto a análise didática como a de controle. Também a parte teórica transcorreria paralelamente. As posições húngara e berlinense estarão presentes nas instituições de formação até a primeira ser derrotada.

O Congresso de Bad Hambourg em 1926 aprovou a moção de Eitington que objetivava a homogeneização da formação dos analistas nos diversos países propondo que a formação devia escapar das iniciativas individuais, que cada sociedade deveria responder perante a IPA pela seleção de seus candidatos e, por

fim, que a supervisão fosse regulamentada. Neste Congresso também foi criado o International Training Committee materializando as ambições de Eitington. Os termos supervisor, controle, candidato, didata, aluno, comitê, instituto e formação testemunham o advento da psicanálise moderna.

A partir daí uma cascata de substituições e rearranjos visarão colocar o indeterminado e o conjuntural de uma relação analítica em regulamentos acerca, por exemplo: do tempo das sessões, da duração das análises e da categoria de analista didata.

Uma nova reviravolta se produziu em 1932, no Congresso de Wiesbaden, num momento em que a Associação Psicanalítica Americana, criada por Jones em 1911 para agrupar todas as sociedades norte americanas, vinha controlando progressivamente a IPA, e queixando-se do centralismo desta. Propôs-se então que os critérios de seleção dos candidatos deveriam provir das sociedades locais e escapar de seu controle. O fim da centralização aprovada em Hambourg não representava, entretanto, um retorno à linha vienense, mas o recrudescimento dos modelos pragmáticos, o desmantelamento progressivo do freudismo no interior da IPA.

A formação, estando relacionada a uma organização e à experiência da análise, marca as sociedades com um duplo determinismo. A passagem que se opera do registro analítico ao institucional será sempre arbitrária e moldará a própria idéia de formação. A padronização da formação fechou o período onde

as soluções e as dificuldades eram procuradas dentro do próprio campo analítico. Quando ainda não havia regras, o que se elaborava e circulava entre os analistas obedecia a um único princípio: suspender pela psicanálise o que constituía obstáculo a seu acesso. O que até a criação do Instituto de Berlim, habitava ou servia como critério de reconhecimento do analista era aquilo que ele escrevia e praticava de psicanalítico. *"A partir de là, ce n'est plus à ce qu'il apporte à la chose freudienne qu'on attend l'analyste, mais à ce qu'il en reçoit, de par sa formation"* (Perrier, 1970, p.76).

Os regulamentos não puderam suprimir as dificuldades inerentes aos agrupamentos (ciúmes da pátria e diversos elementos passionais) e suas relações entre si (brigas de escola, construção de clãs, etc.) ou as resistências à psicanálise (esterilização deste saber, eliminação do debate teórico/clínico, etc.), e ainda trouxeram os problemas da transferência na didática (narcisismo, identificação ao analista, fantasmas de filiação, etc.).

Com relação a este estado de coisas uma das primeiras vozes a se levantar, com surpreendente ousadia, é Michael Balint, com seu já clássico artigo "On the Psycho-Analytic Training System". A primeira coisa a ser constatada por ele é a ausência de publicações a respeito da formação desde o Congresso de Budapeste até o ano em que ele escreve tal artigo (1948). A pouca discussão em torno deste tema é atribuída por Balint ao despreparo dos próprios didatas e ao fato desta discussão envolver uma outra que é a da eficiência e a validade

da terapia analítica, já que muitas vezes o padrão de normalidade dos analistas em sociedade está abaixo do que eles exigem de seus pacientes. Esta severa inibição é o primeiro sintoma do sistema de formação ora implantado; o segundo deles será o dogmatismo. Balint constata-o primeiramente através do modo como a duração das análises didáticas é tratado arbitrariamente em diversas sociedades sem que se esclareçam questões como, por exemplo, a do estatuto das reanálises.

Em segundo lugar refere-se à relação entre as três partes constitutivas da formação. O papel da supervisão (verificar a técnica, as interpretações e a apreensão, por parte do candidato, da estrutura psicopatológica com que estava lidando) na formação introduzido por Eitington encontrou resistência e ceticismo por parte dos que queriam mantê-la ligada à análise didática como Ferenczi. A análise didática e o trabalho terapêutico não podem ser divididos para que a análise das reações do candidato à transferência de seus pacientes possa merecer mais atenção. A IPA irá sempre rejeitar, sem maiores explicações, a segunda destas propostas. A terceira tese de Balint refere-se à relação dos candidatos com suas análises e seus efeitos, porém deixaremos para apresentá-la no terceiro capítulo desta dissertação.

O centralismo e o dogmatismo do sistema de formação não serviram para unificar e fortalecer o movimento analítico, resultando, no entanto, numa forte tendência do candidato a identificar-se com seus mestres e analistas, submetendo-se às exigências de um rígido superego promovido e criado pela

própria organização institucional. Nas análises terapêuticas os pacientes não se encontram expostos a estas pressões como se encontram os candidatos, daí o fato de suas análises não serem bem sucedidas. Balint não propõe o fim das supervisões ou seminários teóricos, o que ele visa é uma nova orientação no sistema de formação onde se procure menos construir um superego severo do que *"enabling the candidate to free himself and to build up a strong ego which shall be both critical and liberal at the same time"* (Balint, 1948, p.171).

Embora o autoritarismo, a burocracia excessiva e o conformismo reinante nas sociedades analíticas já tivessem sido criticados por Balint, foi Jacques Lacan quem conduziu esse debate aos seus limites ao final dos anos cinquenta.

CAPÍTULO II

O MOVIMENTO LACANIANO

Antes de conhecermos as posições de Lacan a respeito da formação e das sociedades analíticas, uma vez que ele pensou nestas questões com particular interesse, passaremos por uma breve incursão na história do movimento psicanalítico francês, já que foi este o contexto onde suas idéias emergiram. As duas grandes cisões iniciais que ocorreram em seu interior tiveram razões que giravam em torno da formação dos analistas e da prática de Lacan. Tanto por sua postura teórica quanto em matéria de formação, Lacan trouxe inovações que hoje afetam o conjunto das instituições psicanalíticas nos mais diversos países.

A Sociedade Psicanalítica de Paris foi criada em 1926. Até então, a França era uma das nações menos dispostas a acolher a psicanálise. Por volta dos anos 30, uma série de debates opõem entre si os fundadores dessa sociedade e alguns escritores franceses que ao seu modo tomavam para si as descobertas relativas ao inconsciente. Deste debate se derivam, para a segunda geração de psicanalistas franceses, dois modos antagônicos de representação do freudismo, que se centram respectivamente na prática médica e na análise leiga.

Antes de iniciar sua análise com Loewenstein em meados de 1932, Lacan descobre a teoria psicanalítica através

dos textos de Freud e elabora sua tese acerca da paranóia, com base no tratamento de Aimée. Ele apóia sua leitura do texto freudiano em seu passado surrealista, na filosofia hegeliana apreendida através dos ensinamentos de Kojévè e, posteriormente, na leitura de Saussure, Heidegger e Claude Lévi-Strauss.

Nos anos 50, de acordo com Roudinesco, três tendências se impõem para a instituição psicanalítica na França: a primeira representada por Sacha Nacht, numa linha internacionalista voltada para os ideais médicos, tenta impor uma política autoritária e centralizadora; a segunda, mais liberal, quer adaptar as regras da IPA ao contexto francês, integrar a psicanálise à psicologia e ao ensino universitário, tendo como porta-voz Daniel Lagache; numa terceira via, Lacan visa a implantação de uma política da psicanálise, ou seja, uma política articulada ao desejo e à teoria do inconsciente.

Se, como já vimos, a democracia se liga a um conceito de liberdade contraditório com a descoberta freudiana que demonstra quão ilusória é a liberdade da fala individual, o quanto estamos sujeitos a desígnios que nos escapam e como o tratamento não nos revela tais elementos em sua totalidade, por outro lado também não podemos ceder ao autocratismo e reconhecer neste uma possibilidade para a instituição analítica.

"Com efeito quanto mais nos dobramos à paixão de uma causa, mais corremos o risco do dogmatismo e menos

favorecemos a emergência de experiências novas. Opondo-nos à garantia do ego, voltamo-nos então para o culto de um mestre ou o ardor de uma mística, o que leva a substituir a ilusória liberdade da fala individual pela adesão religiosa a pessoa imaginária de um chefe ou de uma causa. Até hoje, nenhuma sociedade psicanalítica logrou êxito em resolver essa contradição insolúvel com respeito à descoberta do inconsciente" (Roudinesco, 1989, Vol.II, p.243).

Lacan tentará por em prática sua política, sem conseguir, entretanto, escapar da contradição onde uma instituição democrática em seu funcionamento não fugiria a uma relação religiosa com sua pessoa e sua doutrina, onde ele se confrontaria com a realidade contraditória da democracia e da autocracia.

Em 1934, Lacan chega a SPP e logo se distingue com os textos "Complexos Familiares" (1938) e o "Estádio do Espelho" (1949). Ele será encarregado em 1949 de estabelecer o regulamento e a doutrina da Comissão de Ensino desta Sociedade, onde, em consonância com a IPA, integrará os princípios em vigor em todas as sociedades por ela regidas. Nacht, Lacan e Lagache ocupam cargos de direção, simultaneamente, tanto na Sociedade como nesta Comissão. A discórdia entre os mestres da sociedade inicia-se com a abertura de um Instituto a ela vinculado porém responsável pelas funções de ensino, que suprime a antiga Comissão. No ano seguinte à sua inauguração (1952), Lacan é eleito presidente da SPP e Nacht passa a

presidir o Instituto. Nacht impõe aí um regulamento de escolaridade muito restritivo e uma fórmula de compromisso com o Instituto inaceitável aos olhos dos estudantes e estagiários. Lacan é responsabilizado por instigar sua revolta.

A primeira cisão do movimento psicanalítico francês vai ocorrer originalmente por causa destas questões relativas à formação e em segundo lugar por razões relativas à técnica psicanalítica.

Desde 1951, circulava na SPP o boato de que Lacan se recusava a curvar-se às regras técnicas em vigor. Ele empregava uma espécie de técnica a que se poderia chamar de sessão de duração variável, resultante de sua elaboração a respeito do tempo lógico em contraste com o tempo cronológico. Embora o regulamento da SPP não fizesse menção à obrigação do terapeuta de respeitar um tempo fixo de duração das sessões, já há vinte anos admitia-se na IPA que os tratamentos didáticos deveriam durar pelo menos quatro anos com três a cinco sessões semanais de cinqüenta minutos. Os didatas submetiam-se a esta regra embora ela nunca tivesse sido teorizada. Lacan desprezava a regra padronizada tanto por coerência doutrinária quanto por temperamento.

Nesta atmosfera uma ruptura se impõe. Junto a outros efetivos, Lacan e Lagache demitem-se. Os demissionários, ao romper com a sociedade de origem (SPP), sem o saber, estavam pronunciando sua exclusão da IPA, devido aos regulamentos aí em vigor. Lagache funda então, em junho de 1953, a Sociedade

Francesa de Psicanálise (SFP), onde Lacan ocupará o primeiro lugar, abrindo sua reunião inaugural, relançando seu ensino onde ele cuidara de Aimée - o Hospital Saint Anne. No ano seguinte ele começaria o que se chamou de seu Seminário e se estendeu por trinta anos.

Num Congresso em Londres (1953), Hartmann cria um comitê composto por Winnicott, Lampe de Groot, Greenacre, Eissler e Hoffer, e encarrega-os de examinar o pedido de filiação da SFP e de resolver a questão dos "desvios" da análise didática.

A história política da SFP pode ser resumida numa negociação com a IPA. Lacan tornou-se o nó da questão do seu reconhecimento. A batalha permanente para levar as posições de Lacan além do território francês e o desejo insatisfeito de reconhecimento mostraram-se favoráveis à expansão da psicanálise. Com seus colegas, nessa posição de exilado, Lacan elabora uma parte essencial de sua obra, constrói uma reestruturação ortodoxa do freudismo, que se pretende inseparável da obra original.

Este percurso, inverso ao da Psicologia do Ego, consiste em reinventar o inconsciente através da lingüística, redefinir o id e dar uma preponderância teórica a esse conjunto em relação ao ego com o auxílio de uma teoria do sujeito.

A avaliação da "técnica" de Lacan torna-se uma questão do movimento internacional. O comitê criado por Hartman

recusará a filiação da SFP após um ano de pesquisa. Esta sociedade enviará um novo pedido de filiação em 1959, transmitindo-lhe um relatório de suas atividades científicas e didáticas, organizadas nos mesmos moldes da SPP admitidos pela IPA. O executivo, considerando os dados insuficientes, solicita informações de ordem técnica e coloca, como condição para a integração, que Lacan obedecesse às regras padronizadas pela IPA para o tratamento didático e para a normalização da formação no seio da SFP. Lacan, entretanto, não irá modificar em nada a sua técnica e seus clientes não receberão a habilitação da comissão de ensino, uma vez que seu tratamento não será considerado como tendo valor didático.

No Congresso de Edimburgo, em 1961, emitem-se dezenove recomendações com vistas à normalização do grupo francês em torno de regras técnicas, como a obrigação de quatro ou cinco sessões de cinquenta minutos nas análises didáticas, e considerações éticas, como a proibição aos estudantes de freqüentarem os seminários de seus próprios analistas sem uma autorização prévia da comissão de estudos. Tudo faz crer que a IPA preferia o tecnicismo de uma casta ao carisma de um mestre e líder, pois nela:

"O respeito pelas doutrinas divergentes passa pela fidelidade a um sistema comum. Por conseguinte, qualquer doutrina que conteste o princípio aceito da formação é considerada suspeita. Assim, assiste-se a esse paradoxo inaudito: quanto mais inovadora é uma doutrina, mais se deve proibi-la de produzir uma nova

teoria da formação. Entretanto, como é evidente que toda doutrina inovadora afeta a formação, isso quer dizer que, num prazo maior ou menor, ela não será admitida no império. Por essa razão, os conflitos internos ao movimento analítico sempre têm por pivô manifesto os problemas da didática e, por núcleo latente, as questões de doutrina" (Roudinesco 1989, Vol. II, p.351).

Embora as regras técnicas sejam necessárias a uma sociedade psicanalítica na medida em que permitem limitar a onipotência transferencial dos analistas, elas não podem impedir um mestre de continuar a sê-lo, já que seu valor simbólico é irredutível a uma sanção técnica. Lacan subestimou a situação normatizadora da IPA, quis convencer seus organizadores da necessidade de um ensino com função iniciática, mas foi impedido de participar do encontro que reunia apenas didatas e precedia o Congresso de Estocolmo, realizado em 1963. Nesta data o comitê exige o cumprimento das recomendações de Edimburgo, acrescentando ainda que: os membros, candidatos e estagiários da SFP deveriam ser informados de que Lacan não era mais reconhecido como didata; os candidatos em formação no seu divã deveriam informar se queriam prosseguir em sua formação, para, em caso afirmativo, submeterem-se a um período suplementar de análise didática e a uma entrevista com a comissão de estudos que lhes determinaria a aptidão.

Depois disso, Lacan teria três opções: modificar sua

prática, aceitar seu corte como didata ou entrar em dissidência com a IPA. Lacan decide pela ruptura e exige de seus colegas uma escolha definitiva sobre de que lado estariam, a seu favor ou contra. Em outubro de 1963, a SFP aprova uma moção que priva Lacan de suas prerrogativas de didata em consonância com a Diretriz de Estocolmo. Embora banido da formação, Lacan poderia ter prosseguido em seu ensino no quadro da SFP, mas ele preferiu se afastar.

Em resposta a toda essa situação e à IPA, Lacan, comparando-se a Espinosa e ao "Kherem" do qual ele foi vítima na comunidade judaica, providencia para si mesmo um processo de excomunhão maior. Entretanto o corte de Lacan no que se refere à formação dos analistas não merece integralmente esta comparação, já que ele nunca foi excluído da comunidade psicanalítica, pois a IPA evitara justamente colocá-lo nesta posição ou na de mártir. O que Lacan fez foi reatar os laços com a figura freudiana de dissidente judaico e de contestador solitário numa sociedade conservadora.

Pondo em prática uma dissidência sem retorno, Lacan se vê obrigado a fundar uma escola "lacaniana" de psicanálise. Por meio de um auto reconhecimento ele entra em contradição com a ortodoxia freudiana da qual se dizia porta-voz, na medida em que é obrigado a confessar-se lacaniano e validar a existência política de um lacanismo. Já nesta época uma nova força se exercia no interior da terceira geração de psicanalistas, auto designando-se pelo nome de movimento lacaniano. Em 1980, num seminário em Caracas, Lacan irá dizer: "Vocês podem ser

lacanianos se quiserem. Eu, eu sou freudiano" (apud Miller, 1987, p.114).

A história da segunda cisão do movimento psicanalítico francês termina quando, em 1964, no Congresso de Amsterdã, a SFP, com o nome de Associação Psicanalítica da França, é oficialmente integrada à IPA e em 21 de junho do mesmo ano, frente a uma multidão de discípulos, Lacan lê o manifesto pelo qual funda *"tão sozinho como sempre estive na minha relação com a causa psicanalítica - a Escola Francesa de Psicanálise"*, que posteriormente se chamará Escola Freudiana de Paris. Lacan entretanto não estava só e sua doutrina irá dar novo impulso à implantação da psicanálise em território francês pela via filosófica, literária e política, apoiado pela mobilização de uma nova elite intelectual. Lacan, ao contrário de Freud, aceita ser um mestre que ocupa jurídica e politicamente o lugar de legislador e pai fundador, instaurando um verdadeiro laboratório de psicanálise.

Dois textos são exemplares para demonstrar a oposição de Lacan ao *"establishment"* freudiano tanto em termos conceituais como institucionais, a saber, *"Situação da Psicanálise e Formação do Analista"* e *"A Psicanálise e Seu Ensino"*, escritos respectivamente em 1956 e 1957. As críticas, denúncias e tudo que Lacan problematizou nestes textos só serão realmente testados quando ele confiar, alguns anos depois, a uma instituição psicanalítica (a EFP) a formação do analista. A seguir apresentarei estes dois momentos do percurso de Lacan.

O primeiro destes textos se inicia com a afirmação de que nenhuma noção nova fora introduzida na psicanálise depois de Freud, embora se verificasse a produção de uma série de vulgarizações e termos mal cuidados, apontando assim para desvios e empobrecimento teórico da psicanálise. A explicação para tal estado de coisas deveria ser buscada mais na situação da psicanálise do que na dos psicanalistas, já que é da primeira, enquanto uma forma de tratamento, que depende a qualidade dos novos psicanalistas.

Lacan dirige suas críticas aos psicanalistas anglo-saxões. Da relação analítica deve-se apreender conceitos e isto não é algo que se dê imediatamente à intuição como esses analistas têm feito crer. Lá onde se multiplicam imagens e afetos, Lacan afirma o simbólico. Sem dúvida o imaginário dá matéria às idéias mas sua função está subordinada à determinação simbólica. A ordem simbólica exige três termos. Isto impõe ao analista não esquecer que o Outro está sempre presente entre ele e o analisando. Estes dois últimos termos não englobam aquele que fala. *"Esta exterioridade do simbólico em relação ao homem é a própria noção de inconsciente"* (Lacan, 1956, p.199).

Contrariando isto, os analistas se engajavam cada vez mais numa relação dual. Quanto mais os objetivos da análise se degradam, mais os rituais técnicos são valorizados. Ao invés de conferir importância aos instintos e à necessidade, Lacan põe ênfase no desejo e na linguagem. Desde a origem as pulsões fizeram conhecer seus efeitos na linguagem. A formação do

analista deve reservar-lhe seu papel substancial. É preciso que os analistas saibam ao menos diferenciar o significante do significado, para então afirmar a primazia do primeiro sobre o segundo. A noção de sintoma em análise toma um sentido emergente: "*o sentido do significante que conota a relação do sujeito com o significante*" (Lacan, 1956, p.198), sobre a qual deve se exercer a técnica da psicanálise. Em torno disso é que se concentra o que a psicanálise conquistou como conhecimento. Ordenar tal conhecimento em algumas certezas é reconhecer leis na intersubjetividade que têm menos valor de sentimento, do que são matematizáveis. As noções de estrutura devem se edificar para que se avance em direção a uma visão mais penetrante do que sejam a neurose e a psicose.

A segunda parte deste texto diz respeito mais diretamente à instituição analítica e a natureza do vínculo social constituído pelos analistas em suas instituições. Lacan achou que seria possível construir aí um vínculo social de tipo diferente do grupo habitual fundado em relações de poder.

Freud quis com a criação da IPA assegurar a manutenção do seu pensamento. Dez anos após sua fundação ele escreveu "*Análise do Ego e Psicologia das Massas*" onde analisa as relações dos membros do grupo quando estes têm como referência comum uma autoridade central, e os efeitos da identificação imaginária gerados pelo ego. Embora Freud abordasse estes problemas, ele não foi capaz de impedir que eles ocorressem na IPA. Esses efeitos não são favoráveis à discussão posto que a comunhão do grupo se afirma em detrimento

da comunicação articulada e a hostilidade inerente aos processos identificatórios faz explodir discordância e partidarismo em toda parte. Os analistas em suas instituições devem preservar uma abertura à via do inconsciente cuja estrutura é feita de rupturas, falhas e básculas. A sustentação desta posição e de um lugar de produção é avessa à hierarquia e à submissão social.

Para dar conta da análise da situação da instituição analítica naquele momento, Lacan buscou inspiração nos textos de Freud relativos ao vínculo social e à civilização, e também na dialética hegeliana da enfatuação (vaidade ou presunção). Ele dá nome de "*suficiência*" ao grau único da hierarquia analítica. A "*suficiência*" se basta e está além de toda prova. Como esta classe de didatas não dispõe de leis de sangue ou de alianças necessárias à adoção para reproduzir-se, restará a via da reprodução imaginária. A multiplicação é favorecida na medida em que a entrada na comunidade é submetida à análise didática. Através deste procedimento, segundo Lacan, nasceu a teoria que finda por fazer da identificação com o ego do analista o fim da análise, referindo-se à psicologia do ego. A formação do analista equivale assim à repetição de um modelo.

Que Freud tenha querido dar garantias à psicanálise através da IPA, isto não significa que ela pudesse garantir os psicanalistas através deste modelo de formação. A IPA abusou ao querer instituir tal garantia. Lacan sempre sustentou a posição de que nada pode garanti-lo de uma vez para sempre.

Para legitimar a "suficiência" é preciso indicar uma categoria que esteja fora dela. Aqueles que a compõem são as "pedrinhas no sapato" (originalmente "*Les Petits Souliers*"), expressão que faz referência aos candidatos. Eles retêm suas interrogações e adiam suas indagações, agradecem aos seus didatas pelos efeitos de "desintelectualização" produzidos em si mesmos nas suas análises. O ideal da "suficiência" não é propício à fala nos agrupamentos e traz uma sujeição de efeitos uniformes. Entre estas duas categorias existe um hiato, não há transição entre elas, apenas duas muralhas de silêncio.

Resulta desta situação: que a psicanálise passou a situar-se numa posição de extraterritorialidade científica; que é estacionário o que se articula de ensinável para a utilização interna dos analistas em comparação à experiência destes; que se estabelece na formação uma rotina de programa teórico que só oferece o que Lacan designou como "*matérias à ficção*"; que a ignorância não é atingida pela crítica; que os fins da formação se afirmaram em postulados psicológicos (defesas adequadas, personalidade mais integrada, tolerância à frustração é o que se espera dos candidatos após a didática). Tudo isso contribui para constituir o fenômeno de esterilização da psicanálise.

As forças de dissociação as quais está submetida a herança freudiana não contribuem para o progresso desta descoberta. O fato da IPA não ter ainda se rompido serve como prova ao que Lacan postulou como a primazia do significante, já que isto só não aconteceu até agora graças à presença dos conceitos freudianos. A letra da doutrina freudiana no interior

de uma comunidade de analistas é o que faz com que ela ainda se mantenha unida.

O segundo texto a comentar ("A Psicanálise e seu Ensino") inicia-se de uma interrogação: "O que a psicanálise nos ensina, como ensiná-lo?". Em resposta a esta pergunta Lacan afirma que aquilo que há de mais substancial na psicanálise é o inconsciente. Com esta noção a psicanálise introduziu na cultura uma ruptura, uma revolução. O inconsciente fala e sua verdade só pode ser situada nas entrelinhas, ele é dotado de uma sintaxe própria, o que quer dizer, nas palavras de Freud, que as formações do inconsciente são pensamentos formados e articulados segundo suas leis.

Os analistas, entretanto, têm resistido a esta descoberta com uma certa dispersão e empobrecimento teórico, protegidos e mantidos pela instituição mesma que os distingue. Os institutos pouco se reúnem para ciclos de estudo. Entre as implicações autoritárias da instituição encontra-se a sustentação de uma extraordinária sujeição ao que Freud destinou a sua posteridade, numa conservação puramente formal de sua mensagem. Este tipo de reverência à autoridade de Freud se manifesta nas freqüentes citações de seus textos como critério de aprovação. A verdade recalcada retorna na forma de um diálogo de surdos e na cacofonia dos analistas. Entre eles não há entendimento a respeito de um termo sequer.

O que se ensina do inconsciente só se pode pensar em termos de cortes e falhas, através das quais um saber novo e

singular se produz. Isto é o que Lacan designou como a via da transmissão de um estilo, a única possível na formação dos analistas. Nas suas palavras:

"Todo retorno a Freud que dé materia a una enseñanza digna de ese nombre se producirá únicamente por la vía por la que la verdade más escondida se manifiesta en las revoluciones de la cultura. Esta vía es la única formación que podemos pretender transmitir a aquellos que nos siguen. Se llama: un estilo" (Lacan, 1957, p.440).

Em "Ciência e Verdade", escrito em 1965, Lacan propõe a constituição de um saber transmissível em psicanálise que se fundamenta na lógica e na divisão do sujeito. Um modo de formação deverá articular-se a esse saber, reunindo num mesmo equilíbrio o ensino nascido do tratamento e do que a ciência constitui. Lacan recorre neste texto, embora não o faça de modo explícito, à forma com que Jacques Alain Miller vinha repensando sua própria doutrina à luz da moderna lógica simbólica fundada por Gottob Frege, usando-a como um reforço para a luta antipsicologista.

Vejamos agora em que consistiu na prática este laboratório de psicanálise, anteriormente mencionado, em termos institucionais. O objetivo da Escola era restaurar a lâmina cortante da verdade freudiana através de uma formação realizada como um movimento de reconquista que soubesse evitar os impasses denunciados. Os que viessem à Escola se comprometeriam

a realizar uma tarefa e lhes seria assegurado um lugar onde esta tivesse a merecida repercussão.

A Escola constituía-se de três seções. A "*seção de psicanálise pura*" referida à práxis e à doutrina da psicanálise propriamente dita, o que vem a ser mais propriamente a didática. A entrada em controle, que no Brasil é mais comumente chamada de supervisão, situa-se no interior deste problema já que ele se impõe desde o momento em que a análise passa a produzir efeitos numa prática terapêutica e é preciso, em primeiro lugar, proteger aqueles que se encontram em posição de paciente. A Escola não pode se abstrair do fato de que nenhum termo de compromisso, como o de não se intitular psicanalista antes do final da formação, conforme a exigência da IPA, impede que muitos sejam praticantes. Isto não é nem mesmo desejável. O praticante deve assumir seus riscos e a Escola assegurar-lhe o controle. Esta seção engloba ainda o ensino de Lacan onde ele oferece os traços através dos quais rompeu com os padrões afirmados na prática da didática. A "*seção de psicanálise aplicada*" cuida de seu uso terapêutico abrangendo a clínica médica. A "*seção de inventário do campo freudiano*" responsabiliza-se pelo comentário contínuo do movimento psicanalítico, pela articulação com ciências afins e pela práxis de sua teoria, que, conforme Lacan, é a própria ética da psicanálise.

Lacan quis distinguir graus e modos de pertença na Escola da hierarquia habitual das instituições analíticas. O membro simples (ME) da EFP é o equivalente ao aluno de outras

sociedades, podendo ser analista, analisando ou nem uma coisa nem outra. Quando o candidato é aceito como aluno isto não significa que ele seja reconhecido como analista independentemente de sua atividade profissional. Àqueles que são reconhecidos como analistas ficam reservados dois títulos: analista membro da Escola (AME) e analista da Escola (AE).

Na EFP não existe lista de efetivos que tenham função pré-seletiva, bem como os psicanalistas só podem ser didatas após terem conduzido tratamentos que se revelaram didáticos a posteriori. O membro interessado em assegurar o reconhecimento de sua competência profissional deverá solicitar ele mesmo o título de AME, apresentando sua candidatura a um júri de recepção intitulado "Cardo". Junto a esse júri o postulante compromete-se a empreender um tratamento referido a um terceiro, ou seja, a supervisão.

Após um número indefinido de supervisões o AME tem o direito de solicitar o acesso ao título de AE. Sob a presidência de Lacan, as pessoas que tiverem participado da formação do AME constituirão um júri de aprovação, outorgando-lhe ou não o título solicitado. Tornando-se AE, o AME se agrega à Escola.

Os membros simples, por sua vez, comporiam pequenos grupos de quatro pessoas, mais uma encarregada da discussão e direção do trabalho. Lacan chamou de "Cartel" essa célula grupal básica que deveria fazer fracassar o funcionamento tipo psicologia das massas. O "mais-um", no cartel, não recebe um

grau superior nem se torna um cacique; sua participação no trabalho de base permite uma organização circular na instituição e o estabelecimento de uma transferência de trabalho, através da qual o ensino da psicanálise se transmite. Aos membros simples é garantido no mínimo uma pertença numa instituição cuja modalidade de funcionamento em suas bases é democrática, embora Lacan estando à sua testa faça todas as nomeações de membros e júris, e dirija as três seções de ensino da Escola. Como já foi dito, na Escola, convivem duas realidades contraditórias: o autocratismo e a democracia. O mérito da Escola reside em enfrentar os desvios e transgressões de maneira direta evitando contornar problemas com regras ineficazes. Além disso, embora a Escola não dê a seus membros nenhuma garantia antecipada, ela os deixa livres para a escolha de uma prática, fundamentando-se em uma política do desejo.

Foram muitas as dificuldades que surgiram na prática. Os membros simples entrincheiravam-se em seus cartéis, os júris não viam surgir candidatos, os títulos voltam a relacionar-se com posições hierárquicas. Lacan em 1966 acaba com os júris, submetendo à sua própria pessoa a adesão à Escola. Além disso cria o título de analista praticante (AP) reservado aos membros simples que queiram inscrever-se em uma lista indicando sua atividade como psicanalista. A Escola ao lhes conferir o direito de se declararem praticantes, os autoriza a se autorizarem a si próprios como psicanalistas, embora as coisas ainda não tenham sido formuladas nesses termos. Este título funciona como uma falsa garantia, como se fosse um reconhecimento verdadeiro por parte da Escola. Os membros

simples que não desejam permanecer na base aceleram sua corrida pelo título de AP de acordo com Roudinesco.

Essa resposta de Lacan à crise em sua escola foi pragmática e carecia de uma elaboração teórica; ainda restava criar uma solução nova para o problema dos critérios de seleção, uma modalidade de formação que não desse continuidade à da IPA e se confrontasse com a ascensão do gigantismo.

Lacan precisava avançar elaborando um projeto de renovação, repensando a ordem institucional sob a primazia da ordem teórica. Será a "Proposição de nove de outubro de 1967", onde Lacan reivindica a noção de análise didática para definí-la a partir de uma visão teorizada da análise pessoal, além de afirmar que o "*o analista só se autoriza por si mesmo*". A terminação da análise redundantemente chamada de didática se constitui como a passagem do psicanalisante a psicanalista. Lacan se propõe a isolar esta passagem fazendo dela um momento teorizável e submetendo-a a uma prova capaz de autenticá-la: "*la passe*". Posteriormente analisarei melhor este procedimento e suas conseqüências.

Doravante a condição de AE não estará mais relacionada a uma titularização e sim a esta passagem efetuada através do encontro entre o passante e os passadores que são escolhidos de maneiras diferentes ao longo da história da EFP.

Em torno de diversos argumentos, uma série de vozes protestam com relação a este procedimento. Pela primeira vez

Lacan será deixado em seu próprio reino, tendo curso a terceira cisão do movimento psicanalítico com a demissão em 1968 de F.Perrier, J.-P.Valabrega e P.Aulaugnier que fundarão o "Quarto Grupo", que posteriormente adiciona a este nome a sigla "Organização Psicanalítica de Língua Francesa". Assim inicia-se a fragmentação do movimento lacaniano em diversas tendências: a dos antigos clínicos, a milleriana e a de seus opositores.

Em 1970 Lacan inicia a segunda e última reformulação de sua doutrina. Ele dá novo rumo a suas antigas preocupações com a matemática e a lógica, fazendo uso também da topologia e elaborando a noção de matema. Mas ele, simultaneamente, vai ao encontro da problemática do "resto" e do "não todo", ou seja, dos limites da formalização. Esta virada o aproxima ainda mais de Jacques Alain Miller, a quem delega a responsabilidade de transcrever seus seminários, constituindo então no interior da EFP uma tendência que poderíamos chamar de lacano-milleriana. Alguns lacanianos confundidos com os matemas e decepcionados com a nova orientação dirigem-se a um novo fórum de discussões - "Confrontações" - que é um lugar alternativo aos *"discursos codificados pelos efeitos da transferência inerentes às instituições psicanalíticas"* (Roudinesco, 1989, vol. II, p.659). Somam-se a estes ainda dois fatos fundamentais para a desestabilização da EFP: a publicação em 1976 do livro de François Roustang "Um Destino tão Funesto", sobre o futuro do *"discípulo psicanalista"* sob o fascínio do mestre; e o suicídio, alguns meses depois, de uma jovem psicanalista da Escola, após ser comunicada da decisão negativa acerca de sua prova de passe. Este ato vem num momento de crise da EFP e

desencadeia um intenso debate em torno do passe através de cartas e relatórios.

Após a Proposição de 1967, o equilíbrio da Escola dependia do êxito do passe; entretanto este debate se encaminha no sentido de uma crítica severa à junta de aprovação, a Lacan e a esse procedimento. O passe demonstrava os limites que uma instituição deve dar a si mesma ao construir o que, no fundo, são seus critérios de seleção. Em 1978 Lacan chegará a reconhecer o fracasso desse procedimento e renegar, ele próprio, a junta de aprovação (Roudinesco, 1989, vol. II, p.695).

Lacan já não é mais o soberano de outrora, está cada vez mais emudecido e delega sua fala a Miller; a unidade de seu reino rompera-se com a crise do passe, desta forma a Escola não poderia sobreviver. Ela destrói-se por si mesma, as três tendências do lacanismo anteriormente mencionadas disputam seus terrenos. Frente ao avanço da corrente milleriana, seus opositores:

"querem salvaguardar a existência de uma escola da qual se sentem proprietários e continuadores. Por isso ficam presos a uma contradição que se atém à própria estrutura da EFP. Após quinze anos de aceitação dos princípios da monarquia direta, percebem que a Escola é 'democraticamente' regida pela lei ordinária de 1901. E então, para manifestar sua hostilidade a um poder cujas decisões recusam, apóiam-se numa nova

legitimidade, jurídica e não mais transferencial. Opõem ao reinado de um só as regras estatutárias ... (Roudinesco, 1989, vol. II, p.705).

Porém, se Lacan simbolicamente fundara a EFP, somente ele poderia dissolvê-la ou apoiar sua permanência. Lacan opta pela primeira possibilidade e assina uma carta onde a dissolução se apresenta como única forma de resolver o problema da Escola. Aproveitando-se dos ensinamentos recebidos dos membros desta Escola sobre onde ele havia se atrapalhado, ele diz que persevera, convocando os que querem segui-lo a uma contra-experiência que compense os desvios e comprometimentos da Escola.

Os opositores da dissolução da Escola defendem até as últimas conseqüências a sua manutenção. Em "D'Écolage", Seminário de 1980, Lacan pronuncia um célebre "*Delenda est [Cartago]*" (Cartago deve ser destruída) dirigido àqueles que não aceitam perder a Escola. Delenda servirá de título para uma brochura da corrente milleriana.

Lacan convida os que querem prosseguir o trabalho de luto pela Escola a ficar com ele em uma nova instituição: a Causa Freudiana, fundada em fevereiro de 1980. Esta instituição:

"preserva do lacanismo a oposição a qualquer forma de 'chefismo' organizado. Transforma uma escola num partido, uma doutrina numa causa e um mestre num

grande homem que já passou à posteridade. Torna-se milleriana, dizendo-se freudiana, no exato momento em que se pretende lacaniana. Por isso pertence à história da fragmentação do lacanismo, tanto quanto este pertence à história da fragmentação do freudismo" (Roudinesco, 1989, vol. II, p.729).

Já em 1981, uma série de demissões provoca sua queda, mas o diretório da C.F. resolve criar a Escola da Causa Freudiana, um império dirigido por Miller e orientado para a organização com objetivos internacionalistas, além da implantação editorial, penetração universitária e constituição de uma sociedade psicanalítica. O lacanismo havia implantado definitivamente o freudismo em território francês quando Lacan morreu em setembro de 1981; restava-lhe conquistar o mundo.

Enquanto a IPA extrai seu poderio da história e de ter sido criada com o apoio de Freud, a internacional lacaniana será obra da família de Lacan e de seus discípulos. A Fundação do Campo Freudiano, como foi chamada esta internacional, reconhece "redes" e favorece a criação de instituições, sem com isso impor regras padronizadas em termos de prática analítica ou de formação de terapeutas. Embora rejeite o ecletismo, pois repousa na adesão a uma doutrina, é mais flexível do que a IPA ao não se sustentar em regras tecnocráticas. Sua propensão ao imperialismo estará sempre ameaçada, desta forma, por um sucessionismo interno, inerente à história deste movimento e das reformulações teóricas que aí tiveram curso. Nem mesmo os matemas puderam preservar o lacanismo das fragmentações.

Ainda durante a vida de Lacan, em países de cultura latina, vários grupos foram criados sob a forma de escolas freudianas, por pessoas ligadas a ele. A partir de 1980-81 esses grupos filiaram-se à Fundação do Campo Freudiano, mas sua situação é complexa, na medida em que ora aderem a esta Fundação e ora rejeitam o "colonialismo" milleriano, sem no entanto efetivarem um retorno à IPA.

CAPÍTULO III

PSICANÁLISE E INSTITUIÇÃO: A ANÁLISE DIDÁTICA

Durante uma conferência em 1909 (vol. XI, p.32), Freud deu como resposta à questão de como alguém poderia tornar-se analista o caminho da análise dos próprios sonhos, já que sua auto análise fora ela mesma feita com a ajuda destes.

Esta primeira resposta à questão revelará seus limites, na medida em que os conceitos de transferência e resistência desenvolvem-se e ocupam lugar preponderante na psicanálise, e que as transformações nas instituições psicanalíticas começam a ocorrer. "*Na auto análise o perigo de fazer coisas incompletas é muito grande*", escreveu Freud em 1935 (vol. XXII, p.286).

Em "*Recomendações aos jovens médicos*" (1912, vol. XII, seção F), Freud apresenta uma série de proposições técnicas destinadas a criar para o médico uma contrapartida à regra da associação livre referida ao paciente. Ao médico cabe fazer uso de tudo que lhe é dito para que possa identificar o material inconsciente oculto e efetuar interpretações. A seleção da qual o paciente abriu mão não pode ser substituída pela censura do médico. Ele não deve tolerar qualquer

resistência em si mesmo. Seu próprio inconsciente deve estar voltado para o inconsciente do paciente, utilizando-o como instrumento de análise. Para tanto é necessário que o médico preencha determinadas condições psicológicas de alto grau, não sendo suficiente que ele seja uma pessoa relativamente normal. Todo recalçamento não elaborado nele, retornará como um "ponto cego" (o termo é de Stekel) em sua percepção psicanalítica.

"Devo insistir, antes, que [o médico] tenha passado por uma purificação analítica e ficado ciente daqueles complexos seus que poderiam interferir na compreensão do que o paciente lhe diz" (idem, p.154).

Não sendo suficiente a análise dos próprios sonhos para a maioria dos que querem ser psicanalistas, Freud ressalta então como um dos méritos da Sociedade Psicanalítica de Zurique, criada em 1907, ter dado ênfase ao requisito da análise dos futuros analistas por alguém com conhecimento técnico. O sacrifício de revelar-se a outra pessoa sem ser levado pela doença é recompensado pela rapidez com que se atinge "o objetivo de aprender a saber o que se acha oculto na própria mente" (idem, p.155) e não poderia ser encontrado em livros ou conferências. Além disso há também a vantagem derivada do contato estabelecido entre o estudioso e seu guia.

Theodor Reik foi um membro não-médico da Sociedade Psicanalítica de Viena, que recebeu acusação legal de prática de charlatanismo. Freud interveio no caso, argumentou a seu

favor com um alto funcionário, e depois disto escreveu seu artigo "A Questão da Análise Leiga".

Apesar da indulgência de Freud para com os psicanalistas não-médicos, ele ressalta a exigência de que "ninguém deve praticar a análise se não tiver adquirido o direito de fazê-lo através de uma formação específica" (1926, vol. XX, p.265).

Tal formação não deve ser deixada a cargo de regulamentação do Estado, mas das próprias sociedades analíticas que devem, além de possibilitar instrução teórica e supervisão aos jovens analistas, exigir que os candidatos se submetam a uma análise.

"É somente no curso desta "auto análise" (como é confusamente denominada), quando eles têm a experiência de que sua própria pessoa é afetada - ou antes, sua própria mente - pelos processos afirmados pela análise, que adquirem as convicções pelas quais são ulteriormente orientados como analistas" (idem, p. 226)

Após escrever "auto análise" Freud remete o leitor a uma nota de pé de página onde encontra-se: "isto agora é em geral descrito como uma 'análise didática'". O termo *Lehr Analyse*, portanto, não é de Freud.

Freud retoma o tema da análise didática com maior determinação em "Análise Terminável e Interminável" onde ele questiona os limites e a eficácia da psicanálise em geral, tanto no que se refere aos procedimentos técnicos quanto aos obstáculos encontrados nos próprios analisandos, e mais particularmente da análise didática, como fica demonstrado na sétima seção do texto.

Expressando ceticismo com relação ao poder profilático da psicanálise em impedir a ocorrência de uma nova neurose, de uma neurose derivada da mesma raiz pulsional da anterior, ou mesmo do retorno de uma neurose que já tenha sido tratada e entendendo que o complexo de castração e a pulsão de morte constituíam os maiores obstáculos ao término do tratamento, Freud conclui pela interminabilidade da análise.

Suas conclusões se baseiam não só na experiência clínica como na observação das instituições psicanalíticas. A hostilidade e o partidarismo criavam nelas uma atmosfera desfavorável à investigação analítica.

Já em "A História do Movimento Psicanalítico", Freud, ao comentar as dissensões de Adler e Jung, havia se surpreendido com o fato de que alguém que já havia "alcançado certa compreensão na análise pudesse renunciar a esta compreensão e perdê-la" (1914, vol. XIV, p.62). Isto pode acontecer tanto com psicanalistas quanto com pacientes. Colocar-se novamente na defensiva ou "fazer uso de mecanismos

defensivos que lhes [aos analistas] permitem desviarem de si próprios as implicações e as exigências da análise" (1937, vol. XXIII, p.283) são possibilidades às quais o analista está sujeito. A análise efetuada no instituto de formação pelo "analista em perspectiva" (idem, p.282) não pode, por si só, evitar estes perigos.

"Por razões práticas, essa análise só pode ser breve e incompleta. Seu objetivo principal é capacitar o professor a fazer um juízo sobre se o candidato pode ser aceito para formação posterior" (idem).

De que modo os analistas podem então evitar essas ameaças?

"Todo analista deveria periodicamente - com intervalos de aproximadamente cinco anos - submeter-se mais uma vez a análise, sem se sentir envergonhado por tomar essa medida. Isso significaria, portanto, que não seria apenas a análise terapêutica dos pacientes, mas sua própria análise se transformaria de tarefa terminável em interminável" (idem, p.284)

Podemos depreender destas passagens relativas à posição de Freud quanto à análise do futuro analista, que antes de tudo, ela é a condição essencial de sua formação, seja ela na forma de auto análise (que Freud nunca chega a negar totalmente) ou de uma análise submetida às exigências práticas

de um instituto de formação. Além disso, embora Freud admita que tal análise sirva como um primeiro exemplo da técnica, o principal argumento a seu favor é buscado no plano da própria teoria psicanalítica.

"Essa análise terá realizado seu intuito se fornecer àquele que aprende uma convicção firme da existência do inconsciente, se o capacitar, quando o material recalçado surge, a perceber em si mesmo coisas que de outra maneira seriam inacreditáveis para ele ..."
(idem, p.283)

O saber que se depreende de uma análise é de uma natureza diferente de um saber teórico ou técnico. Ele é fruto de uma produção singular do analisando acerca do próprio inconsciente, desejos e fantasias.

A idéia de haver um retorno periódico à análise conclama os analistas a inscrever sua atividade profissional numa produção interminável da descoberta da psicanálise. A preocupação de Freud era a de que algo da ordem de uma abertura para o inconsciente não se perdesse nos analistas, *"contamos com que os estímulos que recebeu em sua própria análise não cessem quando esta termina, ..."* (idem, p.283).

Freud não chega a questionar o modo de institucionalização da análise. Ainda que aponte alguns sintomas nas instituições psicanalíticas, ele não faz relações

entre estes e a didática.

Embora diversas vezes Freud refira-se à análise de pessoas normais e de pacientes, relacionando-as, respectivamente, aos analistas e aos neuróticos, em última instância, ele não distingue a análise didática da análise terapêutica no que tange às suas possibilidades profiláticas, à sua terminabilidade e muito menos à sua técnica.

Por volta dos anos 20 quase todos os pacientes de Freud eram alunos em formação, que procuravam apreender o sentido da prática analítica através de uma análise pessoal. A análise elaborada por Roudinesco (1989, vol I, pp.148-150) a partir do livro "Mon Analyse avec Freud", de Abram Kardiner, nos dá uma imagem da situação da prática e da teoria de Freud nesta época. Neste livro, Kardiner narra a história da "análise didática" que empreendeu junto a Freud. Para distribuir o tempo que podia dedicar aos seus analisandos, Freud aceita a sugestão de sua filha Anna - a quem Freud, contrariando suas próprias recomendações, tomou em análise entre 1918 e 1921 (Gay, 1989, pp.400-2) - de atender seis clientes durante cinquenta minutos ao invés de cinco clientes durante sessenta minutos, e consulta a todos sobre sua disponibilidade em sacrificar uma hora de seu atendimento semanal para que pudesse aceitá-los em análise. Além disso, Freud fixou em seis meses o tempo que a análise de Kardiner duraria, já que outro de seus discípulos retornaria neste tempo para uma reanálise. Apesar da revolta de Kardiner, Freud manteve-se inabalável.

Embora Freud tenha criado o conceito de transferência, quando na prática ele se apresentou na análise de alguns iniciantes, ele não a reconheceu e subestimou seus efeitos. Freud transformava-se cada vez mais num mestre pensante, e sendo alvo de um culto extraordinário, não se impedia de ser pai de seus discípulos. Antes mesmo de sua legalização, a análise didática já se mostrava problemática no que tange à análise de transferência. Freud, entretanto, foi capaz de confessar sua impotência como vimos em "Análise Terminável e Interminável", enquanto seus discípulos "didatas", que encontraram os mesmos impasses, preferiram, durante um longo tempo, encobrir com ritos institucionais os pontos cegos de sua prática.

O primeiro crítico da análise didática foi Sandor Ferenczi. Ele fora analisado por Freud durante três semanas em outubro de 1914, e por outras três semanas (com duas sessões diárias) em junho de 1916. Ferenczi censurou Freud por ter falhado em lhe proporcionar uma análise completa. Segundo Freud, Ferenczi acusou-o de não "*ter sabido e levado em consideração o fato de que uma relação transferencial nunca pode ser puramente positiva*" (1937, vol. XXIII, p.253), tendo havido negligência quanto à possibilidade de uma transferência negativa. A menção a este fato vem a propósito de uma discussão a respeito do que se possa chamar de término de uma análise e quais as suas possibilidades de livrar ou mesmo proteger o paciente da emergência de conflitos pulsionais.

Ferenczi chegou a promover a análise na formação do analista como sendo a "segunda regra fundamental da Psicanálise": "quem quer que queira analisar os outros deve ser antes ele próprio analisado" (1928 b, p.302). Para ele a experiência psicanalítica mostra que para praticar a psicanálise:

"il est indispensable d'effectuer une étude approfondie de notre propre personnalité et une observation rigoureuse de nos motions psychiques et affectives" (1928 a, p.240), e isto porque:

"l'analyste doit être capable de reconstituer les émotions, les pensées, le actes d'une autre personne, qu'elle soit malade ou non, à partir du matériel associatif fourni par celle-ci ...Cependant, il est certain que, pour ce savoir devienne conviction, il faut passer par l'expérience personnelle, c'est-à-dire par une analyse personnelle" (idem, p.241).

Em seguida, Ferenczi coloca a questão de se neste caso o futuro analista precisaria tornar-se doente mental ou neurótico para tratar de seus pacientes. A teoria psicanalítica demonstrou através da interpretação dos sonhos que em todos nós, neuróticos ou não, os diversos modos de reações infantis e primitivas da psique sobrevivem em estado recalcado. Devido à amnésia infantil e à resistência, a auto análise torna-se muito limitada: somente através da transferência este material pode

ser desvelado.

"La méthode psychanalytique aide le futur analyste à découvrir, le plus possible et à maîtriser l'inconscient ... L'analyste ou le pédagogue-analyste, non inhibé par ses propres conflits, fait surgir au moyen du matériel associatif la partie oubliée du passé qui git dans le lit de la psyché comme l'Atlantide au fond des océans pour, maintenant, refaire surface" (idem)

A primazia que Ferenczi confere à análise na formação do analista, antes de qualquer papel didático, visa a experiência com a loucura pessoal na transferência. É por lhe atribuir tamanha importância que ele poderá estabelecer não só a primeira crítica à análise didática - relativa a sua incompletude - e delimitar a principal questão que ela suscita, a saber, a do final da análise. Análise com ou sem fim? É a seguinte a resposta que Ferenczi nos oferece:

"A firmeza diante desse assalto geral do paciente impõe como condição prévia que o analista tenha terminado, completamente, a sua própria análise. Faço essa observação porque freqüentemente considera-se que é suficiente que o candidato a psicanalista tome conhecimento, durante um ano, por exemplo, de seus principais mecanismos numa análise chamada didática. Sua evolução posterior fica abandonada às

possibilidades oferecidas pelo auto-didatismo. Observei freqüentemente no passado que eu não via nenhuma diferença de princípio entre análise terapêutica e análise didática. Eu queria completar essa proposição no sentido de que não é necessário, na prática clínica, aprofundar o tratamento até o ponto que chamamos de conclusão completa da análise; em compensação, o analista, de quem o destino de tantos seres depende, deve conhecer e controlar até as fraquezas mais escondidas de sua personalidade, o que é impossível sem a análise totalmente terminada" (1927, p.15).

A análise de um candidato é tão terapêutica e pessoal quanto a análise de qualquer neurótico; a diferença é que ela deve ser levada às últimas conseqüências e deve ser finalizada.

Michael Balint, ele próprio analisando de Ferenczi, deu continuidade a tais indagações em seu já citado artigo sobre a formação do analista e num segundo trabalho intitulado "Analytic Training and Training Analysis", publicado em 1954.

No texto de 1948, a terceira tese em que Balint se apóia para criticar a instituição analítica baseia-se num julgamento subjetivo e se refere à relação dos candidatos com suas análises. Os sintomas desta relação são visíveis tanto do lado dos candidatos como dos didatas. Toda a atmosfera ao redor deles lembra as primitivas cerimônias de iniciação. Por parte

da comissão de ensino e dos didatas observa-se: ocultismo sobre os seus conhecimentos, comunicação dogmática de suas exigências e abuso de técnicas autoritárias. Disposição para aceitar fábulas esotéricas, submissão ao dogmatismo e ao autoritarismo sem protestar, e um comportamento excessivamente reverente é o que se nota do lado dos candidatos.

O objetivo de todo ritual de iniciação é identificar o iniciado ao iniciador e construir nele, a partir desta identificação, um superego forte que o influenciará por toda a vida. As análises didáticas conduzidas neste contexto serão menos bem sucedidas do que as análises terapêuticas, já que nas primeiras tende-se a construir superegos rígidos e severos no lugar de egos fortes e autônomos. Sendo assim, podemos discutir sem medo os problemas da análise didática pois não estaremos com isso colocando em risco a validade geral da terapia analítica.

Em seu segundo trabalho sobre este tema, Balint volta a insistir sobre o problema da duração da análise e particularmente de seu término. Nesta época, segundo ele, a análise do analista deveria ter mais alcance do que a análise terapêutica; Balint designa esta análise como "superterapia". Muitas técnicas desenvolveram-se para dar conta desta terapia, inclusive as que tentam ir além do Complexo de Édipo, atingindo experiências não verbais, e estudando e interpretando melhor as complicações da transferência no processo analítico. Porém duas questões restam sem solução. Muitas vezes quando termina a fase

final da análise do candidato, marcada por sua graduação, a análise não é interrompida. Ao contrário do que possa parecer, isto não é um assunto privado, mas diz respeito ao instituto, pois se o jovem analista ainda está precisando de ajuda, isto põe em dúvida tanto sua seleção quanto sua graduação, já que ela depende do encerramento de sua análise. Na segunda análise verifica-se uma presença maciça de sentimentos hostis, isto porque a excessiva valorização do 1.º analista dificulta ainda mais a análise da transferência negativa. Além da transferência do candidato, a técnica do analista também desempenha um papel definitivo nesta relação analítica. O sistema de formação ainda não foi concluído, diz Balint ao final.

O questionamento de Ferenczi e Balint tem como efeito interrogações que atingem diretamente a doutrina analítica, a saber: o que é feito da transferência ao final de análise e em que consiste o fim de uma análise que produz um analista? Eles colocam boas perguntas embora não forneçam respostas do mesmo nível.

A partir dos anos sessenta os analistas filiados à IPA pareceram ir paulatinamente superando a inibição apontada por Balint, pois passamos a encontrar uma vasta biografia sobre o tema da formação e, em especial, sobre a análise didática. Diferentemente dos dois autores acima citados, os demais analistas elaboraram uma crítica interna à própria didática e às condições objetivas que a instituem, sem colocar esta noção como um todo em cheque ou tirar dela conseqüências teóricas.

Trata-se nestes textos de descrever situações, fazer recomendações e advertências de caráter técnico. Como escreveu um dos autores pesquisados: "*These small prescriptions for an enormous problem are like advising aspirin for encephalitis*" (Kairys, 1964, p.498). Algumas problemáticas, na bibliografia relativa ao tema, são recorrentes e destacamos, entre elas: o conflito da duplicidade de papéis do didata, as complicações da transferência na didática e o teor da comunicação entre o analista e a sociedade.

O processo de implantação da didática foi longo. Se para Freud, como já vimos, seu objetivo era remover os "pontos cegos" e fornecer a convicção na existência do inconsciente, Eitington irá lhe acrescentar um segundo objetivo que será cada vez mais enfatizado nos institutos, ou seja, a preparação para a profissão ou a aprendizagem do método analítico. Segundo ele, não existia uma técnica específica para a didática, que é simplesmente psicanálise; entretanto ela tem um objetivo adicional que ultrapassa ou caminha junto aos objetivos terapêuticos. A análise didática tem portanto um duplo objetivo: o profissional e o terapêutico. Não se trata aqui dela expandir seus objetivos clínicos ou ser mais profunda.

Já em 1938, Anna Freud perguntava o quanto a situação transferencial na análise do candidato era complicada e obscurecida por procedimentos técnicos desviantes como por exemplo, a quebra do sigilo pelo didata, uma vez que ele participe das discussões que decidem a respeito da vida do

candidato na instituição, da determinação do tempo de duração da análise e de outras questões decisivas.

Não seria preciso recorrermos a Lacan para demonstrar de que forma estão em posições inconciliáveis e antagônicas o discurso do mestre e o do analista. Em diversos momentos Freud adverte para o perigo do analista tentar esculpir o paciente conforme sua imagem e semelhança ou mesmo querer influenciar educativamente o analisando através de seus ideais pessoais e morais. Além disso, tudo que os didatas puderam perceber como conseqüências do duplo objetivo da didática, onde o analista, além de funcionar como tal, ainda deve ser uma espécie de mestre que também avalia e julga, já deveria ser o suficiente para perceber o insolúvel deste conflito.

Frente a estas questões, tais analistas só teriam duas opções: rejeitar inteiramente a idéia de análise didática com o significado que vimos lhe atribuindo até o momento, ou cercar-se novamente de regras e "sofisticações" no plano técnico, com o argumento de que sua aceitação seria inevitável frente à crescente profissionalização do ofício de analista.

Tendo sido escolhida a segunda destas duas possibilidades, alguns analistas puderam identificar com muita acuidade os problemas criados por ela. Em 1960, Lewin and Ross cunharam o termo "dilema do sincretismo" para designar tal duplicidade de papéis. Desde então este dilema foi considerado

como o nó da didática e a fonte de inúmeras dificuldades. Além disso a organização de grupo, dentro da qual a análise se desenrola aumenta e complica a transferência, tornando-a a fonte de infundável resistência. A constelação neurótica do candidato fica obscurecida e o narcisismo e a competição são favorecidos. A instituição muitas vezes aliena aquilo que a análise contribuiu para desalienar. Ela torna-se palco de encenação de numerosos conflitos infantis e verdadeiros romances familiares. Muito já se disse a respeito dos efeitos negativos da interferência da instituição nas análises de formação, porém citaremos, a seguir, aqueles que são mais freqüentemente identificados:

- 1) uma vez que nos processos de seleção são escolhidos os candidatos que não apresentem quadros neuróticos de maior gravidade, estes se mostram também menos motivados para a análise, o que constitui apenas um dos problemas da análise do candidato normal;
- 2) a aspiração a um estatuto profissional cuja obtenção depende do final da análise faz com que o analisando tenda a mostrar-se o mais normal possível para apressar sua análise e iniciar sua carreira; e a expor seu "brilhantismo" para ser admitido rapidamente na segunda parte da formação (os seminários teóricos), o que redundava freqüentemente em processos de intelectualização;
- 3) o analista enquanto membro e representante da instituição à qual o candidato deseja ser admitido é excessivamente valorizado e em função disto colocado em posição de ideal de ego;

- 4) tal situação dificulta a expressão da transferência negativa e facilita a identificação ao analista, tendo como uma das conseqüências o deslocamento de tal problemática para o plano institucional na forma de: seguidorismo transferencial, embotamento da criatividade e da produção teórica, estereotípias nas atitudes, competição excessiva e freqüentes querelas entre colegas;
- 5) quando o analista avalia o candidato e atrasa sua passagem para os seminários, as resistências e defesas são reforçadas, e independentemente disto, a função avaliativa do analista representa sempre um entrave à análise, colocando o analisando numa posição regressiva não desejável ao progresso da análise;
- 6) as circunstâncias que envolvem a análise didática nas sociedades colocam o didata efetivamente numa posição de poder frente ao candidato, à hierarquia institucional e à demanda terapêutica, o que estimula seu narcisismo;
- 7) a síndrome narcísica do didata pode ser descrita nos seguintes termos: um interesse especial no sucesso do candidato, uma vez que ele está sob o constante escrutínio de seus colegas, necessidade de produzir um analista perfeito demonstrando a própria competência, medo da crítica por parte dos colegas, estagnação da análise do candidato tornando-a interminável, favorecimento compulsivo de identificações inconscientes, competição e rivalidade com o supervisor do candidato; e
- 8) além das questões citadas, outras complicações aparecem no nível da contratransferência, ou melhor, da transferência do

analista. Muitas vezes um zelo excessivo se combina a uma exigência de obediência e outras distorções.

Para contornar tal problemática, propõe-se que os didatas preparem-se mais e conheçam melhor o processo analítico envolvido pela formação institucionalizada para que saibam transformar a avaliação num instrumento analítico e possam discutir com franqueza, junto ao candidato, as questões da formação como parte do trabalho analítico. Em alguns casos seria necessário que o didata buscasse uma segunda análise e, por outro lado, pudesse também trabalhar por transformações institucionais. Às sociedades cabe encontrar critérios mais adequados de seleção dos seus didatas e candidatos, chegando-se mesmo a criar a categoria de "analisabilidade" para influir na escolha destes últimos.

No plano das reformas institucionais o que entra em jogo basicamente é o teor da comunicação entre o didata e a sociedade. Os procedimentos aí envolvidos são tantos quantas são as instituições psicanalíticas. Em 1964, Kayris defendeu o que ele considerou como uma proposta controversa que consistia em uma separação completa entre a análise didática e o resto da formação. Isto eliminaria largamente o dilema principal da contaminação da transferência na didática. O Comitê de ensino deve dispensar o relatório do didata e tomar suas decisões acerca do candidato apenas a partir da sua participação nas supervisões e nos cursos teóricos. Esta proposta alimentou a polêmica entre o que passou a se chamar "reporting or

no-reporting analysis", como dois extremos na relação do analista com o instituto. Entretanto todo analista envolvido no processo de formação, pelo simples fato de pertencer a esta ou aquela sociedade, subscreve implicitamente uma política de seleção ou de habilitação tal como ela deve ser praticada, portanto a proposta de Kayris só resolve muito parcial e aparentemente o problema.

Em 1978, Wallerstein (San Francisco) realizou uma pesquisa intitulada "Perspectives on Psychoanalytic Training Around the World" na qual foram encaminhadas cartas a membros do Comitê de Ensino de cinquenta e sete institutos de sociedades filiadas à IPA nos cinco continentes. Tratava-se de uma clássica sondagem de opinião acerca de três pontos considerados fundamentais ao tema dos princípios, objetivos e práticas na formação analítica, à qual apenas vinte e oito sociedades responderam. Apesar da ingenuidade das perguntas e do falso realismo de seu método, não podemos desprezar os resultados desta pesquisa, pois ela reflete a existência de múltiplas representações da psicanálise e do psicanalista que por vezes se mostram complexas e outras vezes simplistas ou confusas, mas que não podemos ignorar.

Apresentaremos apenas o segundo destes pontos, já que este tem uma ligação mais direta com nosso tema. Seu conteúdo consiste nas seguintes perguntas: Qual é o tipo e grau de alteração da personalidade que se espera alcançar no candidato com a formação analítica? Como isso influencia seu critério de

seleção para o progresso e graduação do candidato? Quais são eles e como são verificados? Por exames, artigos, trabalhos em aula, supervisão ou relatório do didata?

A pesquisa demonstrou que nestas instituições os critérios de seleção giram em torno de algumas habilidades específicas (facilidade para expressar-se verbalmente quanto a sentimentos e experiências, interesse por pessoas, criatividade, etc) e características psicológicas (auto-conhecimento, sensibilidade para processos inconscientes, flexibilidade nas defesas, etc.) enquanto critérios positivos e o grau de psicopatologia e a não analisabilidade enquanto critérios negativos.

As políticas de seleção se tornam mais facilitadoras ou severas quanto mais se é otimista ou não com relação ao alcance do processo analítico. Neste sentido, os institutos kleinianos são considerados os mais abertos.

A posição média sobre expectativas de mudança com a análise inclui: 1) um bom desempenho como clínico; 2) a resolução sólida de problemas pessoais; 3) o desenvolvimento das habilidades e da capacidade intelectual do analisando.

O tópico mais polemizado do sistema de formação foi o papel do didata em monitorar o progresso analítico de seu analisando. Cada metade das instituições pesquisadas escolheu entre a análise relatada e a não relatada. Existe uma enorme

diversidade de pontos de vista que vão de um extremo ao outro.

Apesar do enquadre básico da formação ser o mesmo em todo mundo, há uma enorme variedade de concepções, que embora seja rica, ameaça a constituição das instituições analíticas enquanto um corpo integrado. Para fazer frente a isso, recomenda-se que cada um encaminhe em seus institutos discussões acerca dos principais pontos de divergência destacados pela pesquisa. São eles:

- 1) a dualidade ou mesmo a posição conflitante entre os objetivos clínicos-profissionais da formação e os científicos;
- 2) a proposta da "análise leiga", em contraposição àqueles que defendem a formação só para médicos;
- 3) os tipos de currículo onde se segue o esquema tradicional de graduação e onde se oferece seqüências personalizadas;
- 4) os critérios positivos e negativos da pré-seleção (anterior à análise), e o grau de abertura das políticas de admissão;
- 5) o teor das mudanças de personalidade que se espera de uma análise;
- 6) o último tema, considerado o mais controverso, refere-se ao papel do didata na avaliação do seu candidato e na gestão da progressão deste no instituto, que vai da total abstenção ao direito de veto.

O que esta enquete mundial põe em evidência, é que não existe no mundo analítico quase nenhum acordo sobre coisa alguma, seja no que concerne à formação, aos critérios de

seleção ou à importância dada à teoria.

Podemos concluir, no entanto, que nas sociedades ligadas à IPA independentemente do lugar que as análises de formação nelas ocupam e mesmo do papel de seus didatas, mais cedo ou mais tarde, a instituição introduz-se na relação de analista e analisando, e coloca o impasse entre o trabalho analítico baseado na associação livre e um processo ordenado por uma "representação-meta", por uma finalidade específica tão forte como a de obter de uma instituição a autorização para exercer uma profissão.

A noção de análise didática e o lugar da análise de formação na instituição analítica assumirão novos contornos e sofrerão verdadeiras reviravoltas com as reformulações propostas por Lacan.

CAPÍTULO IV

PSICANÁLISE E INSTITUIÇÃO: O PASSE

Se por um lado deplorava-se os efeitos perniciosos da análise didática tanto para didatas e candidatos como para as sociedades, como vimos no capítulo anterior, os analistas pareciam esquecer-se de perguntar se não seria possível inventar um novo modo de instituir-se onde um desejo real de tornar-se analista pudesse, a partir da análise pessoal, eclodir e manifestar-se espontaneamente. Neste sentido, segundo Lacan, uma instituição não é analítica porque inclui didatas entre seus membros mas porque análises didáticas têm lugar de fato aí. Para que algo da ordem de uma abertura para o inconsciente fosse preservado, a instituição deveria garantir espaços pós-analíticos. Os psicanalistas didatas, por sua vez, não são aqueles escolhidos segundo a eleição do grupo ou entre os que receberam uma formação específica, *"um psicanalista é didata a partir da realização de uma ou mais análises que se revelaram didáticas"* (Nota Anexa). É essencial que o analisando seja livre para escolher seu analista e o faça por iniciativa própria. A seleção para a Escola seria guiada apenas pelos seus objetivos de trabalho.

A distinção habitual que até então fora feita entre a análise terapêutica e a didática, onde a segunda acrescenta objetivos educacionais e profissionalizantes à

primeira, é também contestada por Lacan. Quando levada até o final, o que Lacan designou como "fim da partida", toda análise é didática. *"A terminação da análise redundantemente chamada de didática é a passagem, com efeito, do psicanalisante a psicanalista"*. (Lacan, 1967, p.36). A verdadeira análise é a que prepara para ser analista. O termo didática aqui não faz referência a um ensino ou a uma profissionalização. Uma análise só é didática no sentido do analisando aprender por que "truques" o inconsciente produz; não se trata bem de aprender, mas algo é desvelado neste processo.

"O único princípio a ser proposto, principalmente por ser desconhecido, é o de que a psicanálise se constitui como didática pelo querer do sujeito, e este deve ser advertido de que a análise questionará esse querer na medida em que se aproxime do desejo que guarda em segredo" (Nota Anexa).

Embora, desde a fundação da Escola, Lacan lance mão da noção de análise didática, ele lhe confere um significado diferente. A análise didática é colocada como análise pura em contraste com a psicanálise aplicada, ou seja, a psicanálise como terapêutica. O termo é empregado num sentido inédito, pois ele define a psicanálise didática através de uma visão teorizada da análise pessoal, onde esta análise comporta a passagem de analisando a analista. Uma vez que tal momento pudesse ser isolado, ele nos esclareceria a questão do fim do processo analítico e do que se transmite nele. Os efeitos desta

concepção serão sentidos na proposta da Escola.

Uma crise institucional quase que permanente abalava a Escola desde sua fundação. Apesar de todos recusarem o tipo de ensino e hierarquia em vigor nas "*sociedades ipeístas*", não havia soluções novas para o eterno problema dos critérios de formação. Lacan empreenderá então uma reformulação teórica, não mais pragmática, dos princípios da formação, reformulação essa que tomará corpo na "*Proposição de 9 de outubro de 1967*". Este texto não deve ser lido em separado da Ata de Fundação e da nota a ela anexada. Se uma análise só se revela didática num segundo momento, quando o analisando pode dar provas de sua passagem a analista isto implica "*que eles possam estar em posição de autorizar seu próprio psicanalista como didata*" (Nota Anexa). Esta idéia dá origem ao que na "*Proposição*" se explicita com o princípio de que o "*o psicanalista só se autoriza por si mesmo*".

A "*Proposição*" discute de forma articulada a questão da análise didática, do fim da análise e da *estrutura institucional*. Resulta desta articulação um dos mais inovadores procedimentos em matéria de formação, o que tem sido traduzido entre nós como: o passe. O passe tem uma dupla face: a analítica e a institucional. Ele designa ao mesmo tempo uma concepção de final de análise e um procedimento da Escola. Tomemos conhecimento inicialmente do que consiste a face institucional do passe.

A primeira solução proposta neste texto para o problema das sociedades analíticas foi a distinção entre hierarquia e gradus. Entendo aqui que o gradus não faz referência a uma graduação que está na dependência de uma autorização pelo Outro institucional, nem que coloca as diversas categorias em posição de submissão umas às outras. O gradus remete ao modo de engajamento e participação na Escola, aponta para o desejo e designa simplesmente modos diferentes de pertencimento à instituição que nunca são definitivos.

A Escola reconhece como Analista Membro aqueles que puderam dar suas provas. O título de Analista da Escola é atribuído apenas àqueles que

"podem dar testemunho dos problemas cruciais nos pontos críticos em que se encontram para a análise, especialmente na medida em que eles mesmos estão na tarefa ou pelo menos na via de resolvê-los" (Lacan, 1967, p.29).

Os que queiram ocupar este lugar devem demandá-lo de fato. Os demais participantes da Escola, tenham eles se declarado analistas praticantes ou não, são admitidos por um projeto de trabalho e a instituição não faz distinção entre eles.

Os efeitos perversos da análise didática obscureceram a prática da psicanálise, tornando inarticuláveis e incompreensíveis seus objetivos e sua terminação após várias

décadas da experiência psicanalítica. Para remediar esta situação, Lacan deduz:

"... psicanálise em extensão - quer dizer, tudo o que resume a função de nossa Escola na medida em que ela presentifica a psicanálise no mundo - e a psicanálise em intensão, ou seja, a didática, - na medida em que não faz outra coisa senão preparar aí operadores"
(idem, p.31).

A psicanálise em extensão e a psicanálise em intensão são colocadas na mais estreita dependência. Em termos topológicos podemos pensá-las conforme a Banda de Moebius e arriscar a aproximação do termo extensão à noção de transmissão da psicanálise e do termo intensão, mais propriamente, à idéia de formação do psicanalista. A ordem institucional foi então pensada em função de uma primazia atribuída à ordem teórica.

Os pontos de junção entre psicanálise e instituição analítica estão no começo e no fim da psicanálise; aí devem funcionar os órgãos de garantia da Escola. A instituição é assim chamada a intervir no fim da análise. O outro momento em que ela se faz presente é no início da análise. Seu começo está na transferência e é sobre ela que se apoiam os sucessos e insucessos da instituição analítica.

O passe como um dispositivo, instaurado após três

anos da fundação da Escola, funciona no ponto de junção entre a Escola e a análise pessoal, na dobra da fita única formada da psicanálise em extensão e em intensão. Neste lugar o que se espera é um *"testemunho justo sobre aquele que franqueia esse passe"* (idem, p.39). Aquela que experimenta o des-ser não é o que melhor pode *"autenticar o que ele tem da posição depressiva?"* (idem, p.39). Lacan o chamou de passante.

"É isso que lhes proporei de imediato como o ofício a confiar para a demanda de tornar-se Analista da Escola a alguns que nela denominaremos: passadores" (idem, p.39).

Além de passantes e passadores este dispositivo implica ainda numa terceira instância: um júri. O júri de aprovação tem como função recolher os depoimentos dos passadores a respeito da experiência do passante, e a partir daí além de conferir o título de Analista da Escola (AE) produzir algo que faça avançar uma teoria da didática.

Lacan quis substituir a estrutura hierárquica que se estabelecia entre o didata e o candidato por uma outra estrutura que inverteria o fenômeno de ser sempre o analista que fala direta ou indiretamente do analisando à instituição, através de sua comissão de ensino. No passe é o analisando que se presta a dar um testemunho sobre o que foi sua análise. Desloca-se assim para um depoimento posterior à análise, relativo à verificação de um saber aí adquirido e só depois transformado numa possibilidade de teorizar sobre a própria

experiência analítica, a questão da seleção prévia à candidatura do analista. Este dispositivo só faz sentido se pudermos compreendê-lo no interior de uma construção teórica sobre o fim de análise que pretendo ainda esboçar neste capítulo. Com o passe, a instituição foi chamada a se posicionar sobre o que é o fim da análise e elucidar a operação a partir da qual o analisando passa à posição de analista. O testemunho do passante tem o efeito de um ensinamento.

O compromisso requerido ao candidato pelas sociedades analíticas filiadas à IPA, de não se denominar analista nem de exercer a análise sem que seja autorizado a isso por elas, foi substituído pelo princípio segundo o qual "*o analista só se autoriza por si mesmo*". Afirmação que assinala uma ruptura definitiva entre Lacan e a IPA, na medida em que representou uma violenta investida contra a análise didática enquanto análise operada por uma casta de didatas.

Na Escola, o analista praticante tinha que se declarar como tal, sob sua própria responsabilidade. O passe é o que sustenta a interrogação do autorizar-se para estes analistas, interrogação que não pode cessar de se fazer passar. Ele é como que o contrapeso institucional ao autorizar-se. Este princípio condensa um momento instituidor do analista e um momento da análise. Lacan lembrou na "Nota Italiana" (1974) que quem se autoriza, contudo, não é outro senão um analista. "*Autorizar-se não é auto-ri(tuali)zar-se*" (p.107). É neste momento, cuja produção o passe testemunha, que

se estabelece o "si mesmo" do analista que se autoriza. O autorizar-se não é reflexivo, nem remete ao "eu", ao si mesmo do imaginário especular, isto seria o mesmo que autorizar-se por um outro. Além disso, de acordo com Lacan, como é impossível não só falar toda a verdade, mas também falar dela inteiramente só, o tornar-se analista envolverá a participação de outras pessoas neste trajeto. Só há autorizar-se de um modo não totalmente só. Com isso nos afastamos da aparente simplicidade desta fórmula que dá margem a tantos mal-entendidos.

O "se autoriza" remete ao ato analítico. Ele é colocado pelo inconsciente e é o mesmo que autoriza a entrada na análise. A autorização só ocorre num momento posterior ao ato quando já podemos enunciá-lo, o que, entre outras possibilidades, "nos permite retraduzir autorização por autoria" (Souza, 1985, p.222).

Oferecer-se ao passe é uma iniciativa pessoal. Aqueles que quiserem ter algum tipo de reconhecimento por parte da Escola devem demandá-lo. Não se trata de uma obrigação ou dever, mas a Escola o oferece para quem quiser usar. É antes de tudo uma "proposta" que suprime a hierarquia em benefício do grau. Não se julga a análise ou a experiência clínica mas a capacidade de teorizar o que foi transmitido no divã. O que o divã ensina ou transmite é o único princípio de acesso à função de analista. O passe é um outro lugar de análise que não o divã ou a supervisão. É preciso acreditar no inconsciente, na Escola

e no ensino de Lacan para que se deixe recrutar por eles, através do passe.

O passe é um dispositivo complexo. Embora não seja minha intenção historicizar todas as modificações pela qual ele passou, cabe apontar alguns dos principais eixos em torno dos quais giraram as discussões e expor duas das críticas e análises mais relevantes que lhe foram dirigidas a partir do Quarto Grupo e de Jacques-Alain Miller.

Muito se discutiu sobre: quem pode se oferecer ao passe; se é permitido aos passantes prescindir de um consentimento de seu analista ou não para submeter-se ao passe; quem são os passadores e os componentes do júri de aprovação (AME ou AE) e em que número; como eles são escolhidos (sorteio, designação pela Escola ou escolha do passante) e quais são suas atribuições; que tipo de consequência a nível institucional traz para o analista a passagem a Analista da Escola de um de seus ex-analisandos (ele deve ou não tornar-se também AE); a substituição do "júri de aprovação" por "cartéis do passe" permutáveis num intervalo de tempo determinado; e a atribuição do título de AE àquele que efetuou a passagem ser provisória ou não. Estas questões aqui sintetizadas desdobram-se nas mais distintas práticas, conforme a opção que cada agrupamento de psicanalistas faz para instituir-se, materializar sua concepção de formação e implementar sua política. Alguns sequer fazem a opção pelo passe, ainda que se estruturam em torno do ensino de Freud e Lacan.

Mas como a realidade não se dobra ao desejo de ninguém, o passe na Escola não parava de causar problemas, sendo alvo de intensa polêmica. Não havia critério para se saber o que era um AE; criticava-se a postura ditatorial de Lacan; ocorreram dissidências em função deste dispositivo; o estatuto das re-análises era indefinido; os passantes insistiam, numa espécie de adesismo verbal, em repetir nos seus testemunhos a fala de Lacan a propósito de sua teoria do final de análise; e por fim o júri pouco produziu no sentido de esclarecer o que se obtinha com o passe; conforme nos relata Roudinesco (1989) no capítulo referente à derrocada da EFP. O passe tornou-se uma forma arbitrária de seleção quando dele se esperava uma seleção fundamentada na doutrina.

Ocorre então a primeira cisão do movimento lacaniano, dando origem ao Quarto Grupo. Para seus integrantes os principais problemas que a formação suscita decorrem da relação didática aí colocada. O ponto cego da ação do analista é a relação saber-poder. Neste campo a pureza da análise está sempre ameaçada pelo efeito do que Piera Aulagnier chamou extra-territorialidade, remetendo-nos a uma certa sociologia da instituição analítica, e super-territorialidade na qual ela situa a transferência. Este grupo preserva parte da herança lacaniana tentando corrigi-la. Defendeu-se uma pluralidade referencial a partir da qual nenhum grupo teria o direito de reivindicar a exclusividade da herança freudiana, apontando para uma representação plural da psicanálise. O objetivo de construir uma teoria da didática, estabelecido na Escola, abriu

caminho a uma série de abusos em outros registros, tão ou mais problemáticos do que a famosa "lista" ou as medidas pragmáticas das instituições "ipeístas". *"Não basta mudar as denominações para mudar o espírito de certos atos"*, escreve Aulagnier (1969, p.43). Se a didática é a verdadeira e pura análise, deduz-se que as demais análises não passam de um subproduto *"ao qual se seguirá um desprezo praticamente indisfarçável pelo campo clínico"* (idem, p.41).

Em *"Os Caminhos da Formação Psicanalítica"* (1969), J.-P.Valabrega rejeita o projeto lacaniano da didática. O passe dá margem ao fenômeno do *"seguidorismo transferencial"*. Este fenômeno tem como conseqüências: 1) a produção mais de discípulos do que de analistas nas instituições; e 2) a constituição do que o autor chamou criticamente de *"redes"* em torno do analista. Rompendo com a separação entre o *"poder de analisar"* e o *"poder de habilitar"*, o passe reintroduz no cerne da análise pessoal a instituição psicanalítica que irá lhe influenciar o curso e os verdadeiros objetivos. Além disso ele esvazia as supervisões da possibilidade de serem uma maneira de falar da própria análise. O autor propõe então substituir a denominação de supervisão pela de *"análise quarta"*.

"Por este termo entendemos que a atividade designada (supervisão) - um dos eixos fundamentais da formação - é, ao mesmo tempo, não só uma tarefa como também uma experiência analítica de natureza especial e que comporta: 1) um paciente em análise; 2) um candidato

que é o analista deste paciente; 3) o analista do candidato; e 4) um outro analista (portanto o quarto)". (J.-P.Valabrega, 1969, p.50).

Disto resultam quatro referenciais. Os analistas quartos ajudam os candidatos a identificar os pontos de contato e interferência entre sua prática e sua própria análise. Isso abre as portas para a elaboração dos pontos mais discutíveis da técnica, da teoria e da prática do analista do candidato. Algumas "sessões interanalíticas" devem ser promovidas em intervalos úteis para aqueles analistas que se encontram empenhados no trabalho de formação.

"O elemento mais importante do problema é, precisamente, os efeitos transferenciais e contra-transferenciais específicos que se produzem, na análise formadora, quando o analista assume, por outro lado, uma função docente" (Valabrega, 1969, p.52).

Na polaridade "formação-ensino" constituem-se efeitos de transferência aos quais Conrad Stein designou como "setor reservado da transferência" e que tradicionalmente era chamado de transferência lateral. O analista que participa da formação em geral, é o último a se dar conta destes efeitos que ele próprio veicula, tornando-se prisioneiro de uma relação professor-aluno. Estas colocações abrem uma interessante linha de investigação para a questão da instituição psicanalítica.

Uma outra importante via de análise do passe foi introduzida por Jacques Alain-Miller ao situá-lo enquanto paradoxo. A passagem ou o momento do passe, como indicou Lacan na "Proposição", é algo que ocorre no interior de uma análise. O procedimento do passe é a sua tradução institucionalizada. Ao duplicar o primeiro momento, este dispositivo corre o risco de anulá-lo, neutralizar o autorizar-se, alienando aquilo que a análise contribuiu para distinguir, a saber, o analista e a instituição.

"Un analyste, digne de ce nom n'aurait rien à faire d'aucune reconnaissance, il dé rogerait à postuler, il mépriserait d'être titré, et toute société lui serait odieuse hormis son congrès avec son client"
(Miller, 1977, p.109).

Porém, estabelecer na clínica e no analisando o espaço único para o reconhecimento do analista e colocar seu ser de analista na contingência da transferência significa equivocadamente reinstaurar a transferência no registro de uma relação intersubjetiva.

Miller, entretanto, não contesta a atribuição do título de AE através do passe nem o procedimento como um todo. Ele propõe algumas modificações. O passe é duplo. Oferecer-se a ele é coisa para quem não se dê por satisfeito com o primeiro passe e acredite que esta duplicidade antes de antinômica, é inerente à estrutura desta passagem. A única solução possível

para este paradoxo é sua articulação com a teoria do ato analítico, diz ele.

Em "*Sur L'expérience de la Passe*" (1973), Lacan fala do passe como uma experiência ainda em curso onde se visa uma mudança do discurso do mestre para o do analista. Sem dúvida o passe produziu efeitos que bem podem ser mais estragos do que outra coisa, mas ele ainda não é velho. Só quem se expôs a ele é que pode apreendê-lo. A questão do passe aqui se coloca para Lacan nos seguintes termos: saber se ele deve morrer ou se deve-se encontrar para ele um novo contorno.

É também neste texto que Lacan situa a questão da formação no campo ético, deslocando-a definitivamente do campo técnico.

"Je n'ai jamais parlé de formation analytique, j'ai parlé de formations de l'inconscient. Il n'y a pas de formation analytique. De l'analyse se dégage une expérience, dont c'est tout à fait à tout qu'on la qualifie de didactique. L'expérience n'est pas didactique. Pourquoi croyez-vous donc que j'ai essayé d'effacer tout à fait ce terme de didactique, et que j'ai parlé de psychanalyse pure?" (Lacan, 1973, p.121).

Em recente palestra (23/09/91) promovida pelo Corte Freudiano, o psicanalista Serge Cottet, diretor da Escola da

Causa Freudiana de Paris, falou de atualidades sobre o passe. Nessa ocasião ele afirmou que o passe não se coloca mais como verificação do final de análise, nem visa produzir um saber transmissível a respeito desta passagem; o que ele pretende verificar é a própria experiência analítica em curso, ou seja, verificar se nesta análise está se produzindo um desejo de analista. O passe serve, portanto, na França atualmente ao recrutamento de analistas, é solicitado quando da entrada do candidato na instituição e não está mais colocado em função de um final, mas de um início. Segundo ele, Lacan propôs e justificou esse passe na entrada em sua carta endereçada a um grupo de italianos interessados em fundar sua Escola (1974). Nesta carta Lacan afirma que o passe deve estar na própria fundação da Escola e girar em torno de escritos a serem publicados. O passe não só não se limita à verificação do final de análise como também não deve ser um momento de finalização da Escola, concepção que vem dando margem a uma enorme idealização do próprio procedimento, segundo Cottet.

Embora em Deauville (1978) Lacan tenha reconhecido o fracasso do passe, seus seguidores em 1983 reabilitaram o passe na Escola da Causa Freudiana (ECF) ainda que com enormes modificações. Se para alguns as principais causas da dissolução da EFP residem na problemática do passe, para outros o passe é a dimensão pela qual o futuro da psicanálise poderá ser preservado.

A seguir apresentarei algumas das questões teóricas

que orientam e estão totalmente envolvidas na proposta do passe tal como ela foi elaborada na "Proposição".

Freud chegou a nos dizer, em "*Análise Terminável e Interminável*" (1937), que para ele a questão da terminação da análise era essencialmente prática. O "*repúdio à feminilidade*" constitui o principal obstáculo à sua finalização.

Antes de Lacan, Ferenczi e Balint já haviam dito que o analista deve chegar ao final de sua análise, mas apenas Lacan foi quem disse que o fim da análise produz uma transformação que faz do sujeito um analista virtual que não necessariamente vai tornar-se operante. Isto não significa que o psicanalista possa dispensar a aquisição do saber, a prática clínica, as supervisões e a produção teórica.

A discussão do final de análise envolve alguns termos fundamentais, próprios da doutrina lacaniana, que procurarei a partir daqui apresentar em separado, tendo clareza, simultaneamente, da complexidade da questão e do caráter introdutório desta exposição. São eles: a travessia do fantasma, a destituição subjetiva (des-ser), o ato psicanalítico, o sujeito suposto saber e o passe propriamente dito. A teoria do passe é inseparável de uma concepção determinada de transferência, da teoria do ato analítico e da lógica do fantasma.

A seguinte citação apresenta, resumidamente, a idéia

de Lacan a respeito do final de análise:

"A estrutura assim abreviada lhes permite fazer uma idéia do que ocorre ao termo da relação de transferência, ou seja: quando o desejo, estando resolvido quem sustentou o psicanalisando em sua operação, já não tem finalmente vontade de levantar sua opção, quer dizer, o resto que, determinando sua divisão, o faz cair de seu fantasma e o destitui como sujeito" (Lacan, 1967, p.36).

De acordo com Colette Soler (1986), entre o término e o final da análise há a mesma diferença que entre as perguntas: "como termina uma análise?" e "como deve terminar uma análise?". A segunda destas questões remete a discussão sobre o fim da análise para o terreno ético e não mais para o pragmático. Daí resulta uma pergunta clínica que orienta toda a "Proposição": "o que no curso de um analisando faz dele um analista?" ou de um modo mais geral, "qual é a diferença do sujeito tal como ele é na entrada de uma análise e na saída?". O passe é um procedimento que, como já vimos, visa elucidar esta operação final de transformação onde algo mais se espera da psicanálise do que uma terapêutica no sentido de uma "restituição a um estado inicial" nos termos de Lacan.

Neste campo Lacan também não se orienta por ideais como a construção de um ego forte ou a integração do psiquismo. O sujeito entra e sai dividido de uma análise. Há uma operação

de destituição do sujeito onde o que se ganha é da ordem de um reencontro entre o saber e a verdade, de uma revelação. *"Observações sobre o Relatório de Daniel Lagache"* (1960) adianta algumas das concepções que Lacan elucida na *"Proposição"*. Neste primeiro texto a destituição subjetiva é descrita como o momento em que o sujeito vê-se abolir, reconhecendo-se como objeto, pura falta a ter enquanto marcado pela castração e puro objeto enquanto falta a ser. A pergunta "quem sou eu?" tem então como resposta "você é objeto", conforme propõe Collete Soler. Segundo a autora poderíamos situar esta concepção sobre final de análise como sendo a terceira e última proposta de Lacan acerca deste tema. Seria necessário um capítulo a parte, ou mesmo uma outra dissertação, para que se pudesse examinar em profundidade o desenvolvimento desta questão ao longo da obra de Lacan.

A análise didática consiste em ir às últimas conseqüências da estrutura, o que Lacan designou como a *"travessia do fantasma"*. Isto difere em muito do simples deslocamento dos sintomas.

"Nessa virada em que o sujeito vê soçobrar a segurança que tomava deste fantasma onde se constitui para cada um sua janela para o real, o que se percebe é que a tomada do desejo não é mais do que a de um des-ser (désêtre)" (Lacan, 1967, p.38).

O sujeito, ao invés de viver em função do fantasma,

passa a perceber que este fantasma é erigido exatamente no ponto em que há uma falta, uma fenda. O fantasma é construído como uma tentativa de responder ao que eu suponho que o Outro quer de mim.

A construção do fantasma tem como paradigma o texto de Freud "*Bate-se numa criança*" (1919). Sua potência se afirma tanto mais ele faz obstáculo a que o sujeito possa saber de seu desejo, operando basicamente no registro da demanda. Se no fantasma o sujeito se representa como objeto do gozo do Outro, no des-ser este objeto se descola de sua imagem e não pode mais estar à frente do sujeito como que guiando-o. Esta operação não se faz de uma só vez, ela é composta de diversos momentos. Ao final o objeto a passa a funcionar atrás do sujeito enquanto força pulsional. No lugar das demandas restará o objeto a que não mais pode operar como obturador de uma falta estrutural, ou seja, como falo. O objeto perde a substância, deixando de funcionar como empecilho às realizações e aos encontros. O circuito pulsional por sua vez só faz contornar o objeto faltoso, mantendo em aberto a possibilidade de continuar a desejar.

Se na fórmula do fantasma ($\$ \diamond a$) o sujeito está em função do objeto, a partir desta passagem pode-se escrever a parte superior do discurso do analista ($a \rightarrow \$$). O objeto a é o agente operador do discurso analítico e situa a vertente terminável da análise, enquanto a interminável fica por conta da decifração do inconsciente.

O experimentar-se como falta a ser ao final da análise é chegar ao que Freud colocou como sendo um empecilho e Lacan designou como o rochedo da castração: angústia de castração para o homem e inveja do pênis para a mulher. Freud detém-se frente ao rochedo situando-o como o impasse que determina a interminabilidade da análise. É bem a questão do feminino que se coloca aí, ou seja, a questão da não inscrição do sexo do outro e do Outro não portar a marca do sexual. Lá onde a mulher faz semblante de objeto é que se constitui o impossível de enfrentar: o não saber da relação sexual. O verdadeiro parceiro na relação sexual é o objeto a. Lacan referiu-se ao rochedo da castração como o ponto "incurável" do sujeito. Mas para ele este momento e este lugar são altamente valorizados. Ele procurou transformar o impasse de Freud no passe. Não se trata então de uma resignação frente ao inevitável da castração, de um apesar da castração, mas antes de que são exatamente a incompletude e a falta que permitem ao sujeito constituir-se como desejante. O sujeito se vê então como falho e não como fálico. Assim o real vai vigorar no final de análise, pois é aí que a psicanálise visa mudanças.

Ligar o fim da análise à travessia do fantasma não significa que ao final o analisando esteja sem o fantasma. Para todos os sujeitos existem significantes através dos quais se inscreve a memória do que foi seu encontro traumático com o sexual.

"O fantasma é atravessado quando o sujeito sabe

alguma coisa de sua articulação com o desejo do Outro, que o fantasma fundamental mascarava, isto é, quando ele não pode mais ignorar o que significa não ser outro senão o desejo do Outro" (Miller, 1987, p.79).

Cai a ilusão que o fantasma proporcionava ao ocultar também a falta no Outro que até então se apresentava como objeto idealizado ou como eu-ideal. A análise conduz a uma aproximação com o fantasma fundamental onde se revela a incompletude do sujeito e sua determinação pelo desejo do Outro. A travessia do fantasma é a alternativa lacaniana a uma teoria de terminação da análise pela retirada dos sintomas, pela identificação ao analista ou pela adaptação, que estabelece o passe como consequência institucional.

O momento do passe é a condição para o ato analítico. Lacan escreveu o seminário o "Ato Analítico" na mesma época da "Proposição" e este é o corolário inevitável de seu trabalho anterior: a "Lógica do Fantasma". As condições de possibilidade para o ato analítico são a destituição subjetiva e a travessia do fantasma. O ato não tem sujeito, porque aí ele é agido, não tem agente.

"O sujeito que pensa não age. O ato está do lado do ser e é correlato a um "não penso", que completamos com o cogito lacaniano por um "não penso, logo sou". Não existe portanto, subjetivação do ato a não ser a

posteriori: só depois do ato o analista poderá interrogar-se sobre o que o fez agir e dar a razão desse ato em uma construção" (Quinet b, 1991, p.120).

Neste sentido, final de análise nada tem a ver com alta ou com "acting-out"; tem relação com um ato próprio ao analista. Os dois primeiros perenizam a transferência, a suposição de saber, ao passo que o ato ocorre do lado do analisando no momento desta passagem onde a destituição subjetiva tem como efeitos inseparáveis algo da ordem de uma retirada da suposição de saber atribuída ao analista e a dissipação do amor transferencial.

"O sujeito suposto saber é para nós o pivô no qual se articula tudo o que se relaciona com a transferência" (Lacan, 1967, p.33).

Não se trata de superar, esgotar, anular ou liquidar nada. O "faz de conta" onde o analista faz semblante de objeto da fantasia para o analisando ao habitar o lugar de agente no discurso analítico não se sustenta mais, nem mesmo por um fio. Necessário dizer que isto não significa o fim da possibilidade de transferir. Lacan nos falou em transferência de trabalho como condição para a produção em psicanálise. Isto também não quer dizer que a análise não prossiga no que ela tem de interminável. Significa apenas que não é mais possível ao analisando endereçar suas perguntas a um Outro representado pela figura do analista. Significa também a percepção do Outro

como barrado.

Há uma extensão da análise entre a destituição subjetiva e a queda do sujeito suposto saber. Estes dois momentos não são simultâneos e entre eles ocorre uma espécie de duelo. "*A paz não vem selar imediatamente esta metamorfose ...*" (Lacan, 1967, p.39).

Quando o Outro se abre a uma hiância, o que resta desta operação é o que Lacan chamou de "queda do objeto a". O analista atingido em sua dimensão de Outro aparece cada vez mais na posição de resto. Esta divisão é a própria divisão do sujeito e o que dela resta, resta como causa. É o objeto a enquanto objeto causa de desejo. O analista, "*o ser que não sabia a causa de seu [do analisando] fantasma*", é rejeitado, deixado "*como esterco*", diz Lacan, isto é, como um significante qualquer.

O neurótico dificilmente pode realizar um ato pois o ato, como vimos, está desvinculado do pensamento. O neurótico pensa duvidando (obsessivo) ou deixando passar, adiando (histérico). O que se trata nesta hesitação é de vacilar entre o A e \bar{A} , numa enfermidade tanto da demanda quanto do saber. Ele enfrenta a divisão do sujeito obliterando-a. Trata a falta a ser como demanda de amor e trata a opacidade do ser mediante a colocação de perguntas. Perguntar sobre si supõe uma repartição a nível do saber, supõe um sujeito que sabe e um que não sabe, ou seja, o neurótico trata sua divisão por meio de um Outro

suposto saber.

A psicanálise explicita a divisão do sujeito em ato, coloca-a para trabalhar na transferência, constrói esta divisão até o ponto de fazer desfalecer a religião do Outro. *"A queda do sujeito suposto saber é uma destituição do Outro, do Outro que se supõe que goza ou sabe"* (Soler, 1986, p.34). A transferência assim entendida faz obstáculo a qualquer idéia de intersubjetividade na relação analítica. Ela só se resolve num buraco ao qual as designações de liquidação ou dissolução, como propõem outras teorias de final de análise, se mostram inadequadas, incorretas ou fúteis, como diz Lacan. Esta operação deixa ao sujeito a carga de sua divisão e castração. Segundo Soler, o ato analítico e o autorizar-se é uma forma de ateísmo do sujeito destituído. A destituição subjetiva é um efeito de ser, mas não de sutura ou de recurso ao Outro como forma de tampão. Ela descreve o fim de uma vacilação. Mas o sujeito não se cura de sua divisão embora ao final da análise saia sabendo de sua existência. Se a análise se constitui como didática é apenas na medida em que ela informa o sujeito de sua divisão, o que se transmite no divã é da ordem da falta, de um não-saber, o que, entretanto, abre as portas ao estilo.

O sujeito sai da análise instruído de que o sujeito suposto saber é inacessível. *"Lo incurable é un sujeto dividido que adquirió un saber que lo priva de recurrir al analista"* (Soler, 1986, p.36).

O saber inconsciente que foi possível elaborar ao longo de uma análise não se sustenta mais no sujeito suposto saber, ele pode historicizar-se por si mesmo, não é o Outro que causa este trabalho. É esta a idéia que designa o trabalho do passante como um segundo momento onde lhe é possível teorizar a respeito do que foi a própria análise.

O recalque funciona como uma espécie de horror ao saber. O amor transferencial faz emergir o desejo de saber. Só há análise quando além de sofrimento pode-se formular uma pergunta e remetê-la a um Outro na forma de um analista. Quando o sujeito suposto saber é deposto

"o ser do desejo reencontra o ser do saber, para dele renascer enlaçando-se ambos numa fita feita de única borda, na qual se inscreve uma única falta aquela que o sustenta" (Lacan, 1967, p.39).

O desejo de saber é o nome mais adequado para nos aproximarmos do que seja o desejo do analista. O tornar-se analista apesar de estar condicionado ao ato não deixa de ter relação com o saber enquanto saber adquirido na própria análise pessoal e relativo ao impossível a ser dito, saber que envolve as relações do sujeito com o objeto a.

Saber que o sujeito (analista) não sabe nada do saber suposto *"não autoriza em absoluto o psicanalista a contentar-se com saber que não sabe nada, pois do que se trata é do que tem*

que saber" (idem, p.34).

A tarefa de investigar sobre o final de análise está longe de ser concluída. Lacan nos indicou o dispositivo do passe como um dos meios de viabilizar este trabalho. Para que, antes de ser um dispositivo de verificação de análise ou de atribuição de um título ao psicanalista, possa recolher um saber novo sobre o desejo do analista. A experiência do passe ainda está em curso em algumas instituições e em outras está para ser acionada.

"O desejo do analista é a sua enunciação, que só poderia operar-se se ele vem aí em posição do x" (idem, p.36). O passe faz trabalhar este lugar x. Não existe a identidade do analista. Lacan bem podia ter dito que o "eu sou analista" não existe.

Embora Lacan nos diga que "falar de destituição subjetiva nunca deterá o inocente, que não tem outra lei senão o seu desejo" (idem, p.37), ao enunciar o fim de análise tal como apresentamos até aqui Lacan pergunta se isto não desencoraja os amadores e não será capaz de provocar horror.

O desejo do analista, que Lacan nos deixa a tarefa de investigar, podemos increver na seguinte pergunta:

Como a experiência da análise pessoal, onde o analisando ao ter-se experimentado como objeto e ter percebido

a futilidade da suposição de saber atribuída ao Outro, pode dar lugar ao desejo de repetí-la em alguém quando ele se sabe de antemão futuro refugo?

Há um real, impossível de suportar, em jogo na análise e conseqüentemente na formação do analista ao qual só podemos tomar como o verdadeiro mestre, ao nos lançarmos, como tentativa de sustentação da função analítica, numa elaboração de saber. O passe, entre outras coisas, atesta o principal mérito da Escola e da proposta de Lacan para a formação do analista, ou seja, o de confiá-la a uma instituição em devir.

CONCLUSÃO

Um certo mal-estar. A consulta a fontes primárias nos dois primeiros capítulos deveria ser mais freqüente, poupando o excessivo recurso ao livro de Roudinesco. Um estudo mais aprofundado da questão do fim da análise teria sido necessário. A tarefa de articular o quadro ilustrativo da situação da formação no Rio de Janeiro e o restante foi deixada a cargo do leitor. São limites, sem dúvida, mas insuficientes para dar conta do mal-estar. Tenho que concluir onde algo parece ter começado. De início a questão da formação era absolutamente confusa e fonte de enorme perplexidade. O estudo aqui desenvolvido possibilitou que eu pudesse me situar e adquirir o entendimento e coragem necessária para apostar numa opção. A dissertação é introdutória, no sentido que viabilizou uma transição para uma postura nova diante da psicanálise e suas instituições.

O saber psicanalítico não é plenamente suficiente no âmbito da cientificidade. Freud introduziu na história das ciências uma divisão entre o saber e a verdade. O que é próprio da ciência, entre outras coisas, é eliminar o desejo a título de erro subjetivo. A psicanálise encontra precisamente neste "erro" o fundamento de sua verdade.

Aquilo que um psicanalista pode obter em leituras e seminários, embora não seja de se fazer pouco, é apenas parte

de sua formação, e constitui o que já existe de sistematizado em termos do saber psicanalítico. O próprio do psicanalista e do criador é não ser só instruído a partir de um ensino articulado. O saber que se obtém pela experiência do divã é de uma natureza distinta, diz respeito ao desejo e ao próprio inconsciente. Algo da ordem de uma revelação se passa numa análise, ainda que a verdade aí desvelada seja sempre não-toda. O psicanalista, devido à natureza mesma do objeto que ele procura, tem de estar sempre aberto à função de espanto. A transmissão da psicanálise só se dá se o analista tem como mestre o real, algo da ordem de um não-saber. Só há transmissão quando esses três registros, o imaginário representado pelo saber articulado, o simbólico relacionado ao saber inconsciente e o real do não-saber, encontram-se nodulados. Assim o analista não se torna um mero repetidor das palavras de Freud, Lacan ou qualquer outro, ele poderá encontrar em si o autor de suas palavras, colocando algo de seu no saber analítico.

A divisão entre o saber e a verdade também coloca a questão do desejo no seio da organização institucional. A instituição analítica é uma novidade em matéria de organização para transmissão de um saber. O processo de institucionalização da psicanálise mostra desde o início uma dificuldade que esta novidade introduz e que irá constituir um dos principais problemas da formação do analista: a relação entre a função docente e o trabalho analítico. Os impasses desta relação terão uma história que será a história de uma análise adjetivada, a análise didática.

Há consenso entre os analistas de que a formação do analista não deve ser deixada a cargo do Estado, da Universidade ou de um indivíduo em separado; o próprio Freud delegou às sociedades analíticas uma função formadora. Assim a formação está relacionada tanto à experiência da análise quanto a essas organizações. As sociedades são marcadas por um duplo determinismo, a saber: o do registro analítico e do registro institucional. Penso que a passagem de um registro a outro é, em parte, arbitrária e tem como consequência uma determinada política da formação.

Política diz respeito a um modo de organização e gestão do social, à distribuição do poder. A psicanálise aponta para uma ética da verdade onde se revelam as funções de encobrimento e recalque relativas ao exercício do poder. O discurso do poder e o discurso analítico são antagônicos. A instituição implica em uma suposição de saber. Alguém aí tem sempre a aparência de comandar. Aderir a uma instituição contém um imperativo de submissão exigido pelos significantes do mestre. O término da análise supõe a queda do sujeito suposto saber. As contradições são evidentes, mas não implicam em que nos contentemos em lavrar um atestado de incompatibilidade entre psicanálise e instituição, cruzando os braços diante de seus limites e possibilidades.

Não há instituição sem política. Não há política sem dor. Mas também não pode haver psicanálise se esta, em algum nível, não se institucionaliza como forma de viabilizar sua materialização no social. Se aceitamos pagar o preço que a

instituição nos exige é porque ela nos assegura de algo.

Uma instituição, na esteira do que Freud nos indicou em "Totem e Tabu" (1913) e "Psicologia das Massas e Análise do Eu" (1921), tem como função reencenar e manter a divisão entre o gozo e a Lei, o gozo e o desejo. Esta divisão nunca foi ou será encenada em definitivo. Entre o desejo e o gozo há uma hiância, onde se produz um real que faz sintoma e se encontra na própria base de toda instituição. A instituição repete com sua fundação um substituto da origem, próprio para nos assegurar dela. A instituição analítica é um meio para o analista falar de sua própria origem. A origem só pode ser encontrada no semi-dito de um mito. O real não pode ser inteiramente colonizado. Ele permanece e deve-se lutar para mantê-lo na forma de uma abertura inscrita no corpo da instituição. A origem precisa ser sempre reinterrogada, pois a cada vez se pode encontrar uma resposta nova e singular, o que mantém viva a instituição e revela o lugar do seu fim.

Não se trata, portanto, de contestar a necessidade das instituições ou mesmo de situá-la como um mal necessário. Tanto Freud como Lacan defenderam com particular interesse a instituição psicanalítica. Além do que vimos com relação à instituição de um modo geral, nossas instituições têm no mínimo uma função de preservação e foram originalmente destinadas à formação dos analistas. O que podemos reivindicar, entretanto, é que elas só cumpram essas funções interrogando-se sobre sua maneira de fazê-lo tanto no terreno pragmático, como também no da teoria, da ética e da política.

O que vimos acontecer, desde a fundação da IPA, foi sempre o recurso a medidas pragmáticas e técnicas como forma de contornar as dificuldades, o que resultou num excesso de burocracia e numa produção de conhecimentos deficitária. Quando ainda não havia regras estabelecidas em torno da formação do analista, no primeiro período apresentado nesta dissertação, o que se elaborava entre os analistas obedecia a um único princípio: o de suspender pela psicanálise o que fazia obstáculo à sua elaboração. O que servia de critério para o reconhecimento de um analista era o que ele produzia e praticava. Após a padronização da formação (segundo período) este critério foi praticamente invertido, passando a basear-se no que foi possível ao analista retirar ou receber de sua formação. Não se trata de quereremos retornar aos primórdios da psicanálise, mas de repensarmos a formação do analista conforme uma ética da psicanálise onde os atos de um sujeito são provas de seu desejo, onde o próprio da formação não corresponde a resposta à demanda de um outro institucional.

Lacan quis pensar em um modo de vínculo social entre os analistas, diferente do tipo habitual fundado em relações de poder. Pensar a formação no registro da ética, deslocando-o do campo pragmático e técnico, bem como querer submeter o funcionamento institucional ao primado da ordem teórica, é de mérito inestimável. Creio que Lacan, no entanto, superestimou esta possibilidade, o que resultou em abusos tanto teóricos quanto políticos. A psicanálise parece assim ter demonstrado "uma ambição desmedida ao aplicar seus princípios à própria

corporação" respondendo à pergunta de Lacan no "Discurso de Roma" (1953).

Uma política psicanalítica, em conformidade com as leis do inconsciente e o desejo, como diz Roudinesco, traz em si uma contradição de termos. Uma análise implica em ir às últimas conseqüências na questão do poder. Radicalizando: um analista que mereça este nome não deveria precisar de nenhum reconhecimento social. Até mesmo o fato do analista ser situado na contigência de um vínculo transferencial entre ele e seu analisando deveria ser desprezado enquanto forma de reconhecimento, pois isto recolocaria a transferência no registro da intersubjetividade. Sendo assim, a política, como a demanda inicial de análise, o mercado da formação, a questão do pagamento, constituem zonas de fronteira da psicanálise com outros discursos e nunca estarão inteiramente submetidos ao primado de uma ética da psicanálise ou da ordem teórica, a não ser que façamos da ética e da teoria recursos para justificarmos o que bem entendermos.

Reconhecer que a democracia não é suficiente, já que só os atos dão testemunho da liberdade pessoal, não é ceder ao autoritarismo; afinal, como disse Churchill: "a democracia é o pior dos regimes com exceção de todos os outros". Este é um ensinamento a ser seguido pelos analistas em suas instituições.

O nó da didática, ou seja, a relação entre a análise e a função docente é do mesmo teor que a relação entre instituição e psicanálise; sua natureza é igualmente

contraditória. Entretanto, se não podemos dispensar a instituição psicanalítica, podemos procurar separar a análise pessoal da instituição e modificar o sentido tradicionalmente atribuído à didática (instrução técnica e profissionalizante), na tentativa de superar este impasse. O sujeito ao fim de uma análise sai instruído de sua divisão, de suas próprias teorias inconscientes e de algo da ordem de um não-saber que o aproxima e coloca em outra posição com relação a sua falta a ser. O psicanalista não transmite ao analisando um saber sobre o inconsciente: quem ensina é o sujeito dividido. Isto nada tem a ver com um ensino articulado ou com um objetivo adicional ao terapêutico da análise.

Manter a separação entre análise pessoal e instituição é proteger a primeira dos excessos do poder. Ainda que a colocação do analista numa posição de poder, e portanto de ideal, seja um momento que todo analisando viva em sua análise, manter e sustentar tal posição significa simplesmente que aí não houve análise. Quanto mais se rompe com esta separação, maior é o peso da instituição e do poder, na definição do curso de uma análise. A instituição pode confundir o que a análise contribuiu para distinguir. A análise não imuniza o sujeito contra o retorno da alienação no significante da demanda do outro. A alienação no seio da comunidade analítica constitui uma das faces menos honrosas de suas instituições.

"O risco, para o analisando, na passagem à posição de analista, é então, o de um assujeitamento à causa

analítica, o que compromete qualquer advento verdadeiro como sujeito e confirma o apagamento de qualquer fala singular" (Mannoni, M., 1989, p.87).

É preciso prevenirmo-nos dos efeitos de cegueira que a defesa de uma causa implica. Em todas as modalidades institucionais há riscos, mas em algumas eles são maiores e mais perniciosos do que em outras. O poder é inevitável, mas talvez possamos reduzi-lo a um mínimo. Neste sentido e apenas nele é que nos parece interessante a expressão cunhada por J.-P. Valabrega como o princípio do "*mínimo institucional*".

Quando Lacan falou em psicanálise pura, foi exatamente para livrá-la dos efeitos de sombra que a institucionalização da didática fez recair sobre o final de análise e outras questões cruciais da psicanálise. Ele quis distingui-la, em suas finalidades, de um projeto didático ou terapêutico, demarcando sua especificidade. Ao afirmar que as únicas formações são as do inconsciente, Lacan nos permitiu dar à formação do analista seu verdadeiro sentido, o de uma busca do ser que se traduz num desejo específico, o desejo do analista. Transposto para a análise dita de formação, este sentido irá aproximá-la de uma "*loucura de saber*", como disse Mannoni, que nos remete a uma ética da verdade. Entretanto, dizer que só a experiência do divã forma o analista, seria mistificá-la. A análise é necessária e imprescindível, mas não é suficiente.

Ora, com o passe tornado um procedimento

institucional de verificação de final de análise, a instituição se introduziu novamente no cerne da análise pessoal. Ao invés de ampliar a dimensão do analítico na instituição, o passe aumenta a interferência da instituição na análise.

Uma análise pode ser formadora, mas um projeto didático, seja qual for a acepção do termo, impede que uma análise aconteça. O momento de entrada numa análise ou de dar início ao trabalho analítico é algo que deve ser de inteira responsabilidade do analisando, trata-se de uma decisão pessoal. Colocar a análise ou a supervisão do sujeito em questão através de instrumentos da coletividade, sejam eles quais forem, é uma aberração, onde é mais provável que se crie discípulos do que analistas.

O analista é um efeito contingente e imprevisível de uma análise, o que não o impede de instruir-se e buscar reconhecimento institucional. Este reconhecimento, entretanto, nunca pode ser definitivo, obtido de uma vez por todas. O passe, apesar de inovador, não me parece a proposta mais interessante para responder a esse segundo movimento. Além do que já foi dito, como afirmou Miller, o passe, ao reduplicar a passagem da posição de analisando a analista, arrisca-se a anulá-la. O passe transforma-se assim num outro modo de seleção, numa seleção adiada, e malogra na tentativa de modificar o mando institucional.

Não nos esqueçamos que o passe é como que o contrapeso de um princípio bem mais interessante que é o do

"analista só se autoriza por si mesmo". Este autorizar-se, como vimos, não é reflexivo. Também é impossível falar da verdade inteiramente só.

O princípio do autorizar-se pode servir para justificar a falta de formação de alguns e favorecer a multiplicação de analistas, porém Lacan nunca situou-o no campo egóico. Sendo assim, a divisão denunciada por alguns autores como Green (1990), entre os analistas que se orientam por este princípio e os que se orientam por uma instância ordenadora, me parece capciosa e artificial, pois implica em que, contrariamente à proposta de Lacan, o analista só possa autorizar-se pela via do eu ou do outro, o que dá na mesma.

Resta-nos, portanto, a tarefa de inventar novas modalidades para viabilizar a questão do reconhecimento institucional, já que a instituição sempre se confronta com o problema do significante colocado no ponto de origem.

O analista pode ter sua formação reconhecida pela instituição, por exemplo, ao dar provas de sua competência através de trabalhos e da elaboração de um saber oriundo da própria clínica, o que também representaria um golpe na suposta dicotomia entre o "analista clínico" e o "analista teórico".

Como já vimos, para Lacan a passagem à posição de analista coincide com o final de análise. Com o princípio do autorizar-se e sua investida contra a didática, ele impõe um deslocamento fundamental ao situar na vertente do instituidor e

não do instituído a questão da autorização do analista. É o analisando que constitui sua análise como didática.

A ladainha da falta de critérios, da carência criteriológica que prejudica a prática formadora, ocorre nos mais diversos agrupamentos e acaba funcionando como tentativa de tamponar a abertura existente no corpo institucional onde se constitui a vertente do instituidor. Tudo se passa como se pudéssemos encontrar critérios objetivos e definitivos. Há um real em jogo na análise, e, portanto, na formação, que só se pode acolher em parte.

Isto não nos priva de elaborar um saber sobre o analista, sua formação, a psicanálise e a instituição. Mas a discussão sobre a instituição só é válida na medida em que vise a construção das estruturas simbólicas necessárias para responder a preocupações como a promoção, produção e sustentação do discurso analítico dentro da cultura para a qual contribui. A psicanálise em extensão tem um sentido que vai além da multiplicação de analistas.

Retornando à questão do passe. Apesar das críticas aqui levantadas, este procedimento atestou um dos principais méritos da Escola, ou seja, o de confiar a formação do analista a uma instituição em devir. Nesta instituição tentou-se colocar a questão da formação no terreno ético e evitar contornar os problemas com regras. Mas o passe também nos mostrou os limites que uma instituição deve se impor ao constituir seus critérios de formação e seus procedimentos de garantia.

É bem verdade que ninguém sabe ao certo o que é o passe. A idéia do passe no horizonte de uma escola é interessante, menos como um procedimento institucional, um dispositivo clínico, uma garantia para o funcionamento da Escola, um reconhecimento institucional, uma forma de nomeação, um espaço de verificação de final de análise do que como algo que nos fala da necessidade de garantir espaços pós-analíticos onde se possa elaborar algum saber novo sobre o desejo do analista e o final de análise. A postura de permanente pesquisa tanto do analista como do analisando mantém em aberto a interrogação do campo psicanalítico e preserva seu futuro. O passe também é um momento que se dá no interior da própria análise e que aponta para seu fim. Creio que as conseqüências teórico-clínicas que se podem retirar daí são as de maior valor.

A questão do término envolve uma concepção de inconsciente e de transferência, mas também é uma questão relativa ao estilo de cada analista. Ela é a questão de doutrina, por excelência, que está no fundo das discussões acerca da formação. Embora não tenha deixado de assinalar esta questão, o seu desenvolvimento, entretanto, é um projeto para o futuro. O que eu gostaria de sublinhar é o quanto ela é crucial para a psicanálise e para a questão da formação, deixando algumas perguntas:

- 1) Somente quem passou por uma análise pode estar em posição de analista, ou alguns que nunca se interessaram pela análise podem perfeitamente exercer esta função (o que não quer

dizer a prática psicanalítica), ainda que não estejam instruídos do modo como a análise opera ou sobre sua própria divisão como sujeito?

- 2) Não seria mais adequado então designarmos esta passagem à posição de analista como a restauração ou mesmo construção de uma *função de intérprete*, algo que é próprio mas não exclusivo do analista praticante? (Proposta de Joel Birman em aula do curso "Doença, Indivíduo e Sociedade", no Instituto de Medicina Social da UERJ, 1990).

Lacan ao falar em final de análise não fala em liquidação ou dissolução da transferência: ele fala em queda do sujeito suposto saber enquanto esta suposição de saber é identificada com a figura do analista pelo analisando. O sujeito não deixa de transferir por isso, mas o que se passa a transferir não é um saber, mas um trabalho. Sendo assim o conceito de transferência de trabalho aponta para a existência de uma transferência no âmbito institucional, ainda que ela se faça de um sujeito a outro. Esta noção não visa encobrir ou disfarçar a transferência neste âmbito. Ela é assumida e colocada em função da produção de um saber analítico, o que não quer dizer, de modo algum, a repetição dos significantes do mestre. Temos de concentrar esforços na análise desta transferência que constitui parte do interminável de nossa formação.

O ensino da psicanálise não pode ser massificado, nem regulamentado apenas por estatutos ordinários. Ele nada funda se não nos envia a uma transferência de trabalho. A transmissão

tem um caráter artesanal. A transferência de trabalho se dá de um a um e não de um para todos. A tentativa de padronizar revelou-se frustrada ao longo da história da psicanálise. A idéia de um modelo é incompatível com a de formação do psicanalista. Cada instituição é portadora de um estilo próprio, assim como cada analista subscreve uma determinada política da formação e só poderá falar, portanto, a partir do lugar de sua inserção na comunidade analítica. Do lado do "candidato" é preciso que ele saiba no que se engaja ao dirigir sua demanda de formação a uma instituição. Cabe a cada um fazer de sua participação na instituição, entre outras coisas, a sua formação; não há uma norma que diga o que é a formação do psicanalista.)

Como vimos no segundo capítulo, o campo lacaniano hoje não é uno. A constituição deste campo introduziu diferenças fundamentais e novidades no movimento analítico, tanto a nível da formação quanto da doutrina. Penso que não cabe ao movimento lacaniano reivindicar a exclusividade na herança do legado freudiano, já que este comporta uma polissemia de leituras. Lacan e a reformulação doutrinária e institucional por ele empreendida merecem, entretanto, serem privilegiados dado o teor e qualidade de sua produção. Os efeitos de suas inovações hoje se fazem sentir até nas mais tradicionais sociedades. Mas não nos cabe reatualizar o mito do herói contestador e solitário atribuído a Freud, na figura de Lacan, legando à IPA o papel das forças conservadoras e mesmo hostis à psicanálise como apontou Figueira (1989, p.49). O sectarismo de todos os lados e a polarização do movimento

psicanalítico constituem, ao meu ver, os principais obstáculos ao progresso da teoria analítica atualmente, por mais que hoje alguns significantes lacanianos freqüentem já as mais diversas falas, e alguns lacanianos já tenham absorvido este tipo de crítica.

Entre uma instituição afetada pela transferência e voltada à defesa de uma causa e uma estrutura associativa com forma política e legal haverá sempre um conflito de equilíbrio e manejo delicados. Um certo grau de errância entre diversas instituições deve, antes de ser imputado ao ecletismo, ser visto como tentativa de garantir uma postura crítica diante dos discursos codificados pelos efeitos da transferência.

A concepção de formação introduzida por Lacan operou deslocamentos importantes ao negar a seleção coletiva em nome de uma responsabilidade diante de si mesmo e dos pares, e ao convidar os analistas a inscrever sua formação na ordem do interminável, já que, por mais que a escola possa oferecer alguma garantia desta formação, ela nunca é definitiva e se encontra sempre num ponto de tensão entre o analista, para quem não há garantias, e a instituição, que tem a responsabilidade de veicular uma transmissão. Lacan revolucionou a maneira de pensar a estrutura das instituições e a formação do psicanalista, o que não impediu que alguns erros se repetissem e alguns impasses se mantivessem.

Há muito a se trabalhar . . .

BIBLIOGRAFIA

- AULAGNIER, Piera. (1969). "Sociedades de Psicanálise e Psicanalistas de Sociedade", in BIRMAN, Joel (org.), Freud 50 Anos Depois, R.J., Relume Dumará, 1989.
- BALINT, Michael. (1948). "On the Psycho-Analytic Training System", in Int. J. Psa., N.º 29, 1948.
- _____. (1950). "On the Termination of Analysis" in Int. J. Psa., N.º 31, 1950.
- _____. (1954). "Analytic Training and Training Analysis", in Int. J. Psa., N.º 35, 1954.
- BENEDEK, Therese. (1965). "Training Analysis - Past, Present and Future", in Int. J. Psa., N.º 50, 1969.
- BERLINCK, Manoel. (1991). "Transmissão e Laço da Psicanálise no Brasil", in ROPA, Daniela (coord.), Anuário Brasileiro de Psicanálise, R.J., Relume Dumará, 1991.
- BEZERRA Jr., Benilton. (1991). "A Psicanálise é Humana, Demasiado Humana", in ROPA, Daniela (coord.), Anuário Brasileiro de Psicanálise, R.J., Relume Dumará, 1991.

BIRMAN, Joel. (1988). "Retomando a História", in BIRMAN, Joel (coord.), Percursos na História da Psicanálise, R.J., Taurus Timbre, 1988.

_____. (1990). "Freud e os Destinos da Psicanálise. A crítica freudiana no cinquentenário de sua morte", in BIRMAN, J. e DAMIÃO, M. M., Psicanálise: Ofício impossível?, R.J., Campus, 1990.

_____. (1991). "Nem Todos os Homens são Mortais. Sobre a transmissão da psicanálise no Brasil", in ROPA, Daniela (coord.), Anuário Brasileiro de Psicanálise, R.J., Relume Dumará, 1991.

CABAS, Antonio G. (1991). "Transmissão e Causa: uma questão de discurso", in ROPA, Daniela (coord.), Anuário Brasileiro de Psicanálise, RJ., Relume Dumará, 1991.

CALLIGARIS, Contardo (1991) "A Pesca Milagrosa", in ROPA, Daniela (coord.), Anuário Brasileiro de Psicanálise, R.J., Relume Dumará, 1991.

CASTEL, Robert. (1973). O Psicanalismo, R.J., Graal, 1978.

DANTAS Jr., Alírio. (1991). "Psicanálise: impasses da transmissão", in ROPA, Daniela (coord.), Anuário Brasileiro de Psicanálise, R.J., Relume Damará, 1991.

- DIDIER-WEILL, Alain. (1988). Inconsciente Freudiano e Transmissão da Psicanálise, RJ., Jorge Zahar, 1988.
- DOR, Joël. (1989). Introdução a Leitura de Lacan, Porto Alegre, Artes Médicas, 1989.
- ENRIQUEZ, Micheline. (1979). "On Forme un Analyste", in Nouvelle Revue de Psychanalyse, Paris, N° 20, 1979.
- FERENCZI, Sandor. (1927). "O Problema do Fim da Análise", in BIRMAN, Joel e NICÉAS, Augusto C. (org.), Análise Com ou Sem Fim?, R.J., Campus, 1988.
- . (1928.a). "Le Processus de La Formation Psychanalytique" in FERENCZI, S. Psychanalyse 4, Oeuvres Complètes, tomo IV, Paris, Payot, 1982.
- . (1928.b). "Elasticidade da Técnica Psicanalítica", in BIRMAN, Joel (org.), Sandor Ferenczi Escritos Psicanalíticos 1909-1933, R.J., Taurus Timbre, 1988.
- FIGUEIRA, Sérvulo A. (1989). "Quem tem Medo de Jacques Lacan?" in FIGUEIRA, Sérvulo A. Nos Bastidores da Psicanálise, R.J., Imago, 1991.
- FIGUEIREDO, Ana C. (1986). O Movimento Psicanalítico no Rio de Janeiro na Década de 70, Dissertação de Mestrado, PUC/R.J., 1986.

FREUD, Sigmund. (1897). "Cartas a Fliess N.º 70 e 71", in Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Volume I, R.J., Imago, 1.ª Edição, 1977.

_____. (1909). "Cinco Lições de Psicanálise", in ESB, Vol. XI.

_____. (1910). "Psicanálise Silvestre", in ESB, Vol. XI.

_____. (1912). "Recomendações aos Jovens Médicos que Exercem a Psicanálise", in ESB, Vol. XII.

_____. (1914). "História do Movimento Psicanalítico" in ESB, Vol. XIV.

_____. (1926). "A Questão da Análise Leiga", in ESB, Vol. XX.

_____. (1935). "As Sutilezas de um Ato Falho", in ESB, Vol. XXII.

_____. (1937). "Análise Terminável e Interminável", in ESB, Vol. XXIII.

GAY, Peter. (1989). Freud: Uma vida para nosso tempo, S.P., Companhia das Letras, 1989.

- GREEN, André. (1990). "Uma difícil Proposta para a Ordem", in
Idéias. Jornal do Brasil, 17.10.1990.
- GREENACRE, Phyllis. (1966). "Problems of Training Analysis", in
Psychoanalytic Quarterly, N.º 35, 1966.
- GUNTRIP, Harry. (1975). Minha Experiência de Análise com
Fairbairn e Winnicott, RJ., Cópia xerox cedida pela
Clínica Terra, 1982.
- GUYOMARD, Patrick e VANIER, Alain. (1988). "As Formações da
Instituição", in MANNONI, Maud. Da Paixão do Ser
à 'Loucura' de Saber, R.J., Jorge Zahar, 1989.
- JONES, Ernest. (1961). A Vida e a Obra de Sigmund Freud, vol.
I, II e III, R.J., Imago, 1989.
- KAIRYS, David. (1964). "The Training Analysis: a critical
review of the literature and a controversial
proposal", in Psychoanalytic Quarterly, N.º 33, 1964.
- KUPERMANN, Daniel. (1991). "A Transferência Nômade na
Transmissão da Psicanálise", in ROPA, Daniela
(coord.), Anuário Brasileiro de Psicanálise, R.J.,
Relume Dumará, 1991.
- LACAN, Jacques .(1953). "Função e Campo da Fala e da Linguagem
em Psicanálise" (Discurso de Roma) in Escritos, SP.,

Perspectiva, 1988.

_____. (1956). "Situação da Psicanálise e Formação do Psicanalista", in Escritos, SP., Perspectiva, 1988.

_____. (1957). "El Psicoanálisis y su Enseñanza", in Escritos, Tomo 1, Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 16.^a edição, 1990.

_____. (1960). "Observações sobre el Informe de Daniel Lagache: Psicoanálisis y Estructura de la Personalidade", in Escritos, Tomo 2, Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 16.^a edição, 1990.

_____. (1964). "Ata de Fundação da Escola Freudiana de Paris" e "Nota Anexa", in Documentos para uma Escola, Letra Freudiana. Escola, Transmissão e Psicanálise, Ano 1, N.º 0, 1981.

_____. (1964). "A Excomunhão", in O Seminário. Livro 11. Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise, R.J., Jorge Zahar, 2.^a Edição, 1985.

_____. (1965). "La Ciencia y La Verdad", in Escritos, Tomo 2, Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 16.^a edição, 1990.

_____. (1966-7). O Seminário. Livro 14. La Lógica del Fantasma, Buenos Aires, Cópia xerox.

_____. (1967-8). O Seminário. Livro 15. El Acto Psicoanalítico. Buenos Aires, Cópia xerox cedida pelo Discurso Freudiano. Escuela de Psicanálisis.

_____. (1967). "Proposição de 9 de Outubro de 1967", in Documentos para uma Escola, Letra Freudiana. Escola, Transmissão e Psicanálise, Ano 1, N.º 0, 1981.

_____. (1973). "Sur L'expérience de la Passe", in Ornicar?, N.º 12-13, Paris, Seuil, 1977.

_____. (1974). "Nota Italiana", in Dizer, R.J., Escola Lacaniana de Psicanálise, N.º 5, 1991.

LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J. B. (1979). Vocabulário da Psicanálise, Lisboa, Moraes, 5.ª edição, 1979.

LECLAIRE, Serge. (org.) État des Lieux de la Psychanalyse, Paris, Albin Michel 1991.

LEWIN, Bertran D. e ROSS, Helen. (1960). Psychoanalytic Education in the United States, New York, W.W. Norton and Co., 1960.

LIMENTANI, Adam. (1973). "L'Analyste Didaticien et Les Difficulttés Reencontrees Dans L'Analyse de Formation", in Nouvelle Revue de Psychanalyse, Paris,

N.º 8, 1973.

MANNONI, Maud. (1989). Da Paixão do Ser à "Loucura" de Saber, R.J., Jorge Zahar, 1989.

MEZAN, Renato. (1988). "Problemas de uma História da Psicanálise", in BIRMAN, Joel (coord.), Percursos na História da Psicanálise, R.J., Taurus Timbre, 1988.

MILLER, Gérard. (org.). (1987). Lacan, R.J., Jorge Zahar, 1987.

MILLER, Jacques-Alain. (1977). "Introduction Aux Paradoxes de La Passe", in Ornicar? N.º 12-13, Paris, Seuil, 1977.

PERRIER, Nathalie. (1970). "Histoire Critique Des Institutions Psychanalytiques", in Topique, Paris, N.º 2, 1970.

POMMIER, Gérard. (1987). O Desenlace de uma Análise, R.J., Jorge Zahar, 1990.

PONTALIS, J.B. et alii. (1977). "A Propos du Texte de Guntrip" in Nouvelle Revue de Psychanalyse, Paris, N.º 15, 1977.

QUINET, Antonio. (1991.a). "A Transmissão a Partir de Lacan", in ROPA, Daniela (coord.), Anuário Brasileiro de Psicanálise, R.J., Relume Dumará, 1991.

—————. (1991.b). As 4 + 1 Condições de Análise, R.J., Jorge Zahar, 1991.

- REY, Pierre. (1989). Uma Temporada com Lacan, RJ., Rocco, 1990.
- RIBEIRO, Thais. (1991). "Alguns Problemas e Questões Colocadas para o Analista em Formação Hoje no Rio de Janeiro", in ROPA, Daniela (coord.), Anuário Brasileiro de Psicanálise, R.J., Relume Dumará, 1991.
- ROUDINESCO, Elizabeth. (1989). História da Psicanálise na França. A batalha dos cem anos, R.J., Zahar, vol. I e II. 1989.
- ROUSTANG, François. (1976). Um Destino tão Funesto, RJ., Taurus Timbre, 1987.
- SAFOUAN, Moustapha. (1985). Jacques Lacan e a Questão da Formação dos Analistas, Porto Alegre, Artes Médicas, 1985.
- SOUZA, Otávio. (1985). "Sobre o 'Autorizar-se' e seu Reconhecimento", in Revirão, N.º 2, R.J., Aoutra, 1985.
- TOLIPAN, Elizabeth. (1992). A Estrutura da Experiência Psicanalítica, Dissertação de Mestrado em Teoria Psicanalítica, UFRJ, 1992.
- VALABREGA, Jean-Paul (1969). A Formação do Psicanalista, S.P., Martins Fontes, 1983.

WALLERSTEIN, Robert S. (1977). "Perspectives on Psychoanalytic Training Around the World", in Int. J. Psa., N° 59, 1978.

ANEXO: MAPEAMENTO DA SITUAÇÃO ATUAL DA FORMAÇÃO PSICANALÍTICA NAS PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES DO RIO DE JANEIRO.

1 - INTRODUÇÃO:

Esta introdução é baseada no estudo desenvolvido por Ana C. Figueiredo (1986) a respeito do movimento psicanalítico no Rio de Janeiro.

Por volta de 1945, a fim de organizar um instituto de formação psicanalítica no Rio de Janeiro, um grupo de médicos-psiquiatras procura por um psicanalista credenciado pela IPA para analisar candidatos e acompanhar seu trabalho. No final de 1946 chegam ao Rio, vindos da Inglaterra e da Alemanha, respectivamente, Mark Burke e Werner Walter Kemper. Cada um trabalha com um grupo de candidatos, mas Kemper, por divergências pessoais, retira-se com seu grupo em 1950; a IPA lhes dá autorização para funcionar como sociedade em 1955, quando então é fundada a Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro. O outro grupo, ligado a Burke, funda em 1957 a Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro. Essas sociedades dão marcas pela psicanálise anglo-saxã/americana, pela medicina como pré-requisito para os candidatos (até 1980), pela obrigatoriedade da análise didática, pelas listas de didatas, pela regulamentação de regras técnicas da prática analítica. Tais instituições colocaram em marcha o movimento

psicanalítico no Rio de Janeiro.

Ainda na década de 50 são fundados os primeiros cursos de psicologia. Até os anos 70 os psicólogos serão apenas "consumidores" da psicanálise e objetos de investimento dos psicanalistas que lhes transmitem ensinamentos. No decorrer desta década, o Rio de Janeiro torna-se palco do que se convencionou chamar o boom da psicanálise, ou seja, a expansão crescente do atendimento terapêutico em caráter privado, uma ampliação da demanda em termos de quantidade e qualidade impulsionada por mudanças sociais aceleradas, produtoras de desmapeamento no sistema de representações de um determinado segmento social. A psicanálise se implanta de modo mais definitivo e o problema que passa a se colocar é a crescente busca de profissionalização, especialmente por parte dos psicólogos, que até então não eram aceitos nas sociedades oficiais. A questão da análise leiga se reapresenta para nós.

A partir dos anos 70, os psicólogos passaram a "produtores" e agentes de difusão da psicanálise. Novos grupos de formação são criados em função desta demanda. A IPA não terá uma ascendência direta sobre esses grupos: neles as discussões em torno da teoria e da técnica serão ampliadas e diversificadas e os serviços de atendimento se multiplicarão. Destinados à formação psicanalítica dos psicólogos, dirigidos por psicanalistas ligados às sociedades oficiais, mas sem obter o reconhecimento da IPA, esses grupos formaram toda uma geração do que Figueiredo (1986) denominou como "psicólogos psicanalíticos". Também no início dos anos 70, através de Horus

Vital Brazil e M.D. Magno, as teorias de Lacan são introduzidas no Rio de Janeiro, mas o movimento lacaniano propriamente dito só se configura no final da década com a fundação do Colégio Freudiano do Rio de Janeiro em 1976, e da Letra Freudiana em 1981.

Sendo assim, a emergência do lacanismo na cena do movimento psicanalítico do Rio de Janeiro só se dá num terceiro momento de sua difusão e se instaura enquanto uma nova dissensão mas desta vez entre os próprios psicanalistas e não mais entre psicanalistas e psicólogos.

A nova ortodoxia que o movimento lacaniano pretende, em seu retorno a Freud, visa uma redefinição da psicanálise para resgatá-la de seu risco permanente de descaracterização. Os desvios da psicanálise são julgados nos níveis: político-institucional, teórico, e técnico/profissional. O apelo do lacanismo para romper com o modelo médico, o psicologismo e o discurso universitário conferem ao movimento um aspecto subversivo bastante atraente para os psicólogos, que, apesar de psicanalíticos, ainda não conseguem se definir como psicanalistas, para intelectuais e para psicanalistas engajados na modernização do campo psicanalítico. Hoje, entre nós, o movimento lacaniano já se mostra fragmentado, dividido em diversas tendências inclusive no que se refere à adesão ou não de suas instituições à Fundação do Campo Freudiano.

2 - PROCEDIMENTOS E METODOLOGIA:

Um estudo histórico de apenas uma instituição psicanalítica do Rio de Janeiro poderia, por si só, já constituir o campo de estudo de toda uma dissertação. Como se sabe, os estudos históricos implicam não só em um acompanhamento dos fatos ao longo de um eixo temporal, como na análise das diversas correntes de pensamento e ideologias de vários segmentos, no que se refere a determinados discursos e práticas; e à articulação destes com o contexto social mais amplo. Esta última vertente nos conduz ainda aos estudos de difusão da psicanálise onde se analisa os efeitos sociais da psicanálise difundida sobre suas próprias instituições e sobre a sociedade como um todo, sem que se separe suas realizações práticas de suas formulações teóricas, visando com isso compreender o significado histórico-político do dispositivo analítico.

Neste estudo do caso do Rio de Janeiro não será feita uma sociologia da instituição analítica nem um estudo histórico, incluindo aí aquela modalidade de estudo da história da psicanálise que leva em conta e se utiliza de conceitos produzidos pela própria psicanálise para explicar essa história. O estudo pretende fazer um corte sincrônico dos diversos agrupamentos de psicanalistas em nosso meio, visando descrever de modo mais objetivo possível suas propostas atuais com relação à formação de analistas, incluindo aí o papel, a situação e os procedimentos daqueles que estão envolvidos nesta tarefa no interior da instituição.

Acredito que qualquer teoria sobre a formação ou a análise do analista se apóia em diferentes premissas segundo o momento da história do movimento analítico que se estudar. O quadro que pretendo esboçar aqui tem como objetivo não só enriquecer a discussão a nível das conclusões, como fornecer subsídios para futuros estudos da história ininterrupta do movimento psicanalítico, já que aqui será retratado um de seus segmentos.

Este trabalho visa refletir um momento do processo de institucionalização da psicanálise em nosso país, uma vez que o Rio de Janeiro, com suas aproximadamente 30 instituições psicanalíticas, é hoje a capital do movimento psicanalítico no Brasil. Assim sendo, a proposta é a de um mapeamento da situação da formação do analista em algumas instituições de nosso Estado, que tenha um caráter informativo para os possíveis leitores, sobre essa paisagem multiforme.

Os critérios para a escolha das instituições a serem pesquisadas e que irão figurar num estudo determinado são sempre problemáticos, mas em nosso estudo, particularmente, isto se torna mais complicado ainda.

De um modo geral serão escolhidas aquelas instituições que têm atividades ligadas à transmissão da psicanálise e à formação de analistas e têm se revelado das mais expressivas e atuantes em nosso meio.

A história do lacanismo já é a história de sua fragmentação; sendo assim, dificilmente poderíamos abarcar a totalidade das instituições lacanianas, além de não se poder prever quantas outras instituições terão sido criadas até o final do estudo ou mesmo ao final da sua redação. Escolhemos portanto 5 destas instituições:

- 1) Colégio Freudiano do Rio de Janeiro;
- 2) Letra Freudiana;
- 3) Escola Lacaniana de Psicanálise;
- 4) Corte Freudiano; e
- 5) Movimento Freudiano.

O campo das sociedades paralelas, não-oficiais ou ainda independentes, como são chamadas, também nos coloca algumas dúvidas quanto a que instituições incluir aí. Tal como no campo lacaniano, estas sociedades também se multiplicam com muita velocidade. Em sua maioria elas são frutos de cisões internas das sociedades "ipeístas" ou iniciativa de grupos independentes que num determinado momento se organizaram para ir de encontro à demanda de toda uma geração de psicólogos que não podiam freqüentar as sociedades filiadas à IPA, segundo o estudo de Figueiredo (1986). Algumas delas já são influenciadas pelo ensino e pelas concepções acerca da instituição analítica veiculadas por Lacan. Serão incluídas aí:

- 1) Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro;
- 2) Sociedade Psicanalítica Iracy Doyle; e
- 3) Sociedade Psicanalítica da Cidade do Rio de Janeiro.

No que se refere às sociedades filiadas à IPA, não

foram encontrados os mesmos problemas, já que estas sociedades não estão afetadas pela fragmentação. O Rio de Janeiro conta hoje com duas destas sociedades:

- 1) Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro; e
- 2) Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro.

O quadro a ser aqui esboçado será basicamente orientado pela leitura dos estatutos e publicações oficiais das instituições. As lacunas que forem deixadas serão preenchidas com entrevistas feitas com os responsáveis a nível institucional pelas funções ou setores sobre os quais se busca maiores informações.

Tenho clareza que este tipo de estudo abarca apenas a dimensão do instituído, deixando de lado os movimentos de transformação, as forças divergentes, etc, ou seja, a dimensão instituinte. Além disso, estou consciente da enorme distância geralmente existente entre os discursos, as regulamentações, etc, e aquilo que de fato é realizado concretamente, as práticas. São estes os limites deste estudo. Deixando-os claros, espero que ele possa ser vigoroso naquilo a que se propõe.

Resumindo, o estudo do caso do Rio de Janeiro que será realizado não se pretende histórico e não visa a análise minuciosa de diferentes práticas e discursos no interior das instituições analíticas. Pretendo efetuar uma descrição objetiva de dados referentes à formação de psicanalistas nas principais instituições psicanalíticas do Rio de Janeiro no

momento atual. O objetivo é contribuir para discussões acerca da transmissão da psicanálise, da instituição psicanalítica e da própria história da psicanálise em nosso país, além de fornecer subsídios para a discussão dos problemas colocados para a atual geração de psicanalistas em formação.

Os pontos que receberão maior atenção na pesquisa das instituições são:

- 1) Processo de entrada;
- 2) Características gerais da formação; e
- 3) Categorias que compõe a instituição.

3 - INSTITUIÇÕES:

SOCIEDADE PSICANALÍTICA DO RIO DE JANEIRO

Entrevistada: Vera Márcia Ramos (Diretora do Instituto de Ensino)

Material Consultado:

- Instruções para inscrição em exame de seleção.
- Regimento do Instituto de Ensino de Psicanálise da SPRJ.
- Estatutos aprovados na Assembléia Geral de 29/3/1983.

Da Entrada:

O postulante, ao requerer sua inscrição para exame de seleção, deverá ser graduado em psicologia ou medicina e ter

realizado estágio supervisionado em Hospital Psiquiátrico com duração mínima de 250 horas ou residência ou internato em Psiquiatria.

Além disso o requerente deve entregar seu "*curriculum vitae*" e um "*depoimento escrito sobre suas motivações pessoais e profissionais quanto à procura da formação como psicanalista*" (art. 34, item b do Regimento). Ele deverá também assinar um termo de compromisso de que não se intitulará Psicanalista enquanto não terminar sua formação psicanalítica e for admitido como Membro Associado da SPRJ conforme exigência da IPA.

Há ainda o requisito de dois anos de análise com analista de qualquer sociedade filiada à IPA. Não há exigências com relação ao número de sessões semanais desta análise ou quanto a esta ser em grupo ou individual. Além destes dois anos de análise, o postulante, caso seja selecionado, deverá fazer ainda um ano de análise didática com no mínimo quatro sessões semanais com um didata do Instituto escolhido pelo futuro analisando. O momento da entrevista independe do tempo de análise ou mesmo do entrevistado estar ou não em análise, mas a admissão no curso teórico é condicionada a um mínimo de três anos de análise.

"Antes de começar o curso teórico a pessoa tem que ter feito um ano no mínimo de análise com didata, ou seja, uma análise quatro vezes por semana para ela começar a ter conhecimento, não só conhecimento, mas a vivência do processo analítico. Uma das bases, aí temos que começar com a filosofia

da formação, formação não é simplesmente um conhecimento de psicanálise, para isso não precisa fazer formação, basta estudar Freud e você tem um conhecimento da teoria psicanalítica, ela pressupõe uma vivência do processo de análise, não só um conhecimento intelectual, por isso é condição da formação a análise, por isso não se tem psicanálise nas universidades, tem mas não é formação, pois além de um processo intelectual nela existe um processo de um outro nível de conhecimento ou mesmo um processo afetivo que envolve o próprio conhecimento da psicanálise." (Depoimento de Vera Márcia Ramos).

Quanto a uma possível diferenciação entre a análise pessoal e a análise didática a entrevistada dá o seguinte depoimento:

"Tem uma diferença, não na análise de alguém que está se candidatando e alguém que não está. A diferença é o peso da instituição. É uma análise de certa forma mais institucionalizada, a análise pessoal não está desvinculada da instituição. Tem aspectos específicos que uma análise comum não tem, aí não entra a contaminação do Instituto." (idem).

Após três entrevistas com didatas do IEP, onde o postulante presta um depoimento pessoal, os entrevistadores enviam um parecer detalhado e uma avaliação à Comissão de Seleção do IEP, que dará seu parecer final sobre a aceitação ou não do postulante. Esta comissão é composta de didatas do IEP.

Segundo informações fornecidas pela entrevistada, nestas entrevistas procura-se investigar o interesse, a motivação, a visão da formação, da análise e da sociedade, as possibilidades psicodinâmicas, de 'insight' e de elaboração. A seleção também se apóia em critérios relativos ao quadro psicopatológico do postulante.

"Houve períodos em que a faixa de seleção era muito mais restrita. Hoje, em função do próprio desenvolvimento (teórico e técnico) da psicanálise, se ampliou a faixa de quadros de psicopatologia, mas evidente que certas psicopatologias abertas, quer dizer, uma psicopatia, não é aceita ... Isto é um processo mundial ... Quadros narcísicos passaram a ser mais freqüentemente admitidos" (idem).

Depois de ser aprovado pela Comissão de Seleção o postulante passa a ser responsabilidade da Comissão de Avaliação, que realiza uma segunda entrevista com o candidato após seu primeiro ano de análise didática. Esta Comissão determina para cada aluno o início do curso de formação teórica e supervisões, bem como avalia seu aproveitamento durante a formação. Ela é composta por docentes do Instituto.

"O analista didata do aluno em nenhuma hipótese participará de sua avaliação". (Art. 15 do Regimento). Ao didata cabe apenas informar o Instituto sobre o início e a interrupção do tratamento do candidato. Caso o didata participe da Comissão de Avaliação ele deverá se abster quanto a seus analisandos.

Da Formação:

O Instituto de Ensino de Psicanálise é o órgão da SPRJ, sociedade civil filiada à Internacional Psycho-Analytical Association (IPA), encarregado da formação dos analistas. O IEP é composto de um corpo docente formado por docentes e didatas, e de um corpo discente. Ele é integrado pelas Comissões de Seleção, Avaliação e Ensino. Cabe à Comissão de Ensino elaborar o currículo de formação, planejar os seminários clínicos e programar aulas e demais atividades.

A formação psicanalítica compreende: análise pessoal, supervisão de trabalho clínico e atividades letivas.

A duração desta análise pessoal com didata do IEP será de no mínimo cinco anos e os cursos serão ministrados durante dez períodos semestrais. A continuidade da análise após o término da formação fica a critério do analisando; é independente do Instituto.

É obrigatório o atendimento de pelo menos dois casos supervisionados. A supervisão deve ser iniciada no terceiro semestre do curso, tendo a primeira delas a duração de cem horas e a segunda cinqüenta, o que resulta em aproximadamente três anos de prática supervisionada. Os casos atendidos podem ser oriundos da clínica particular do candidato ou do Departamento de Assistência Psicológica, clínica vinculada à Sociedade. O candidato tem direito a escolher entre os didatas, com exceção de seu analista, aquele que será seu supervisor. O

aluno deverá apresentar relatório de suas supervisões à Comissão de Avaliação.

O currículo do curso é fundamentalmente baseado em temas examinados através da abordagem de diversos autores. O mesmo currículo é comum a todos os alunos do instituto; não há matérias eletivas. Além dos seminários teóricos, fazem parte do curso: os seminários clínicos e a observação de bebê. O aluno tem obrigações com relação ao curso quanto à frequência, apresentação de trabalhos e casos clínicos.

Dos Membros:

O candidato que atender aos requisitos estabelecidos pelo Instituto e encerrar o curso de formação do IEP mediante aprovação do Corpo Docente, receberá certificado emitido pelo diretor do Instituto e poderá requerer ao presidente da SPRJ sua aceitação como Membro Associado "*ad referendum*" da Assembléia Geral. A SPRJ é formada pelas seguintes categorias de Membros:

- I Membro Associado
- II Membro Efetivo
- III Membro Convidado
- IV Membro Honorário
- V Membro Benemérito

O membro efetivo é aquele que após dois anos de efetivo exercício de prática psicanalítica na condição de membro associado, comprovar produção teórico/clínica e submeter seu nome à Assembléia Geral para que sua promoção a essa

categoria seja aprovada.

O didata do IEP é um membro efetivo da Sociedade com um certo número de conferências e trabalhos feitos, que tenha realizado análises com quatro sessões semanais num total mínimo de quatro mil horas, seja membro da Sociedade há mais de cinco anos e tenha seu nome referendado em Assembléia Geral após ter sido aprovado pelo Corpo Docente.

O Docente do IEP é um Membro Associado ou Efetivo da Sociedade aprovado pelo Corpo Docente e referendado pela Assembléia com base em seus trabalhos sobre psicanálise, sem exigências com relação a clínica ou período em que é membro da Sociedade.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICANÁLISE DO RIO DE JANEIRO

Entrevistado: Sigmund Perestrello (Diretor do Instituto de Ensino).

Material Consultado:

Os Estatutos e o Regimento Interno encontram-se em reformulação, logo a SBPRJ não pode fornecer material escrito para consulta.

Da Entrada:

A formação é oferecida para médicos e psicólogos com internato, residência ou estágio em Psiquiatria. As primeiras entrevistas são realizadas por três didatas independente do

tempo de análise do postulante. Depois de um ano destas entrevistas e após um mínimo de dezoito meses de análise com didata da SBPRJ, o postulante, se admitido através de um segundo ciclo de entrevistas, poderá iniciar o curso da formação. É necessário um mínimo de 36 meses de análise quatro vezes por semana antes de iniciar o curso, sendo que os dezoito primeiros meses podem ter sido realizados com analistas credenciados por outras instituições filiadas à IPA.

Tanto no modelo I das entrevistas, que funcionam como uma pré-seleção, quanto no modelo II, os três didatas que realizaram estas entrevistas se reúnem para discutí-las e dar seu parecer. Um ou dois dos didatas que participaram do primeiro ciclo de entrevistas devem participar do segundo ciclo para que possa ser avaliada a evolução do postulante neste intervalo de tempo.

Quanto ao que se visa avaliar nestas entrevistas, foi a seguinte a resposta do entrevistado:

"Não há nada objetivamente, o ideal é que a pessoa não seja portadora de uma psicopatologia grave, mas praticamente eu acho que são aptidões tipo: interesse pela profissão, interesse pelo aspecto de uma relação a dois, uma pessoa que esteja interessada em ajudar um semelhante, querer entender, compreender o que se passa com o outro, independente de fatores outros do tipo: personalidade. A seleção não é nem tanto uma seleção, é mais talvez para eliminar pessoas que seriam contra-indicadas, não há o que tem que ser, mas é mais

para ver o que não se quer que uma pessoa seja." (Depoimento de Sigmund Perestrello).

Segundo informações colhidas, os parâmetros da seleção são sempre subjetivos, variam de entrevistador para entrevistador e mundialmente não há o que se possa chamar como um "critério real". Atualmente há um número maior de postulantes do que de vagas nas turmas (vinte), logo a seleção tornou-se também classificatória.

Da Formação:

A formação está sustentada pelo tripé: análise, supervisão e curso.

Quanto à análise, ela deve prosseguir por mais trinta e seis meses, num total de setenta e dois meses, e até que o segundo caso de atendimento se inicie. A continuidade da análise após este período é uma questão que não diz respeito ao Instituto, apenas à dupla paciente/analista.

O didata não tem nenhuma relação com os entrevistadores ou com o grupo que acompanha o aluno durante o curso. Ele não opina em nada durante a formação, só comunica por carta a entrada e a interrupção da análise pelo aluno.

"Se o analista estiver em desacordo que a pessoa saia analista, aí é a única hora que ele pode falar, o analista pode interromper então o tratamento dizendo à Sociedade que o tratamento foi por ele interrompido no dia tal, é a maneira que

ele tem para dizer que não está de acordo ... já que o analista não pode opinar e acha que este paciente não tem condições de ser analista por uma razão ou outra, talvez até por razões que só ele, analista, saiba. Então ele tem obrigação de interromper o tratamento daquela pessoa antes de um período que a qualificaria como analista". (idem)

O curso é composto de uma parte introdutória (quatro semestres) que é obrigatória para todos os alunos, e mais quatro semestres onde o aluno escolhe as cadeiras que deseja cursar. Qualquer membro da Sociedade (inclusive os Associados) pode oferecer cursos, sendo que sua realização depende do número de alunos inscritos. No curso obrigatório e nos seminários clínicos, uma mesma disciplina pode ser oferecida com diferentes professores, o que possibilita uma maior margem de escolha por parte do aluno tanto com relação às disciplinas não obrigatórias do curso quanto aos professores nas disciplinas obrigatórias, tornando o currículo mais personalizado.

Existem no Instituto por volta de vinte "Grupos de Acompanhamento e Avaliação Contínua". Estes grupos são formados por no mínimo três e no máximo cinco didatas com pensamentos ou escolas distintas de preferência, e têm sua composição alterada de dois em dois anos. Ao longo do curso o aluno vai escolhendo o grupo que irá acompanhá-lo e avaliá-lo, examinar seus relatórios de supervisão e outros trabalhos. Cada grupo é responsável por oito alunos e a reunião destes alunos com o grupo é mensal.

Após o curso básico, o analisando inicia o atendimento de dois casos supervisionados, sendo que um deles, ao menos, deve derivar da Clínica da Sociedade e o outro pode ou não ser um cliente particular. O primeiro caso atendido deve ser do sexo oposto ao do candidato e ser supervisionado durante dois anos; o segundo caso será supervisionado durante no mínimo um ano e meio e o atendido terá de ser do mesmo sexo que o candidato. Esses atendimentos podem ser concomitantes ainda que o segundo caso só possa se iniciar após um ano de atendimento do primeiro. A avaliação da qual depende o começo do atendimento e nos seminários clínicos é feita através da participação nos cursos e nos grupos de acompanhamento.

Dos Membros:

Até recentemente a SBPRJ tinha uma titulação única: a de Membro Titular. Por exigência da IPA houve necessidade de mudanças para que existissem certos "degraus".

Hoje a SBPRJ é composta por:

- I Membros Associados
- II Membros Efetivos
- III Didatas

Para que um aluno se torne Membro Associado é preciso que ele cumpra com todas as exigências da formação anteriormente apresentadas, e também apresente o relatório do último caso, que representa um trabalho de final de curso. Após três anos na instituição mediante a apresentação de um trabalho

teórico ou clínico ele pode tornar-se Membro Efetivo, o que lhe confere o direito de participar do corpo diretor da Sociedade. Como Membro Efetivo durante mais dois anos e com a apresentação de um trabalho sobre clínica submetido ao exame de uma banca de didatas o Membro Efetivo poderá se tornar Analista Didata. A promoção de uma categoria a outra está sujeita à homologação em Assembléia Geral. Com exceção da questão da titulação, as três categorias têm direito a voto nas decisões relativas à Sociedade, bem como têm o direito de exercer funções docentes no Instituto.

SOCIEDADE DE PSICANÁLISE DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Entrevistada: Marylink Kupferberg (Vice-Presidente da SPCRJ)

Material Consultado:

- Regimento Interno (1983)
- Estatutos (1988)
- Currículo de Ensino do Instituto de Psicanálise (1988)

Da Entrada:

São pré-requisitos para a seleção: a formação universitária em medicina ou psicologia; a prática clínica supervisionada já em andamento; e estar em análise com qualquer analista mesmo que este não seja de uma instituição mas que tenha um reconhecimento por parte da comunidade científica.

O candidato submete-se então a uma série de entrevistas com os membros da Comissão de Admissão onde os "critérios são próprios de cada comissão e do estilo do entrevistador, a considerar que uma pessoa está realmente investida do desejo de ser psicanalista" (Depoimento de Marylink Kupferberg).

Da Formação:

O currículo de ensino do Instituto de Formação desta Sociedade é composto de duas etapas:

- Formação Básica: seminários sobre textos freudianos e seminários clínicos.
- Formação Complementar: curso em módulos sobre diferentes abordagens da clínica, temáticas da teoria e autores variados, onde há que se cursar um certo número de créditos.

A duração da primeira etapa é de três anos e a da segunda de dois. Pessoas de fora da instituição podem dar aula no curso complementar ou mesmo no básico, mas aí se dá preferência aos analistas já formados na SPCRJ.

Ao final de cada semestre o aluno apresenta um trabalho aos três coordenadores, como são chamados os professores do curso. É obrigatória a entrega de um trabalho de conclusão do curso, num prazo pré-determinado pela direção.

Após o segundo ano de curso, a pessoa pode iniciar a prática clínica supervisionada por alguém credenciado pela instituição, que deverá transcorrer por dois anos semanalmente,

no acompanhamento de um caso oriundo da Clínica da Sociedade ou do consultório particular. Quanto à análise, ela deve prosseguir durante a formação.

"Procurou-se ao máximo fugir das regras fixas ... A pessoa deve ser responsável por si mesma e pela palavra que empenhou ... A Sociedade só interfere na vida do candidato na parte do ensino, é um risco que a Sociedade tem de correr com a não interferência na análise e na supervisão" (idem).

Dos Membros:

Os membros da SPCRJ se classificam em fundadores, titulares, efetivos, associados, aderentes (colaboradores sem formação na SPCRJ), honorários e beneficiantes.

"São Membros Titulares os associados que já concluíram suas obrigações com o Instituto de Formação e com o Setor de Treinamento do Departamento Clínico e apresentaram um trabalho teórico-clínico, de caráter científico com vistas à titulação, sendo reconhecido como psicólogo da SPCRJ.

São Membros Efetivos da SPCRJ os associados que já concluíram as obrigações com o I.F. e com o Setor de Treinamento do Departamento Clínico.

São Membros Associados da SPCRJ, os associados que pertencem ao curso regular do I.F." (Estatutos, artigos 40, 41 e 42).

Para ingressar no corpo de supervisores, o associado que se candidatar será avaliado através de um trabalho escrito sobre supervisão de tratamento psicanalítico e deverá ter concluído sua própria formação há mais de três anos.

SOCIEDADE PSICANALÍTICA IRACY DOYLE

Entrevistado: Leon Capeller (Secretário de Ensino)

Material Consultado:

- Estatutos (1984)
- Operacionalização do Curso de Formação de Psicanalistas da SPID.

Da Entrada:

São os seguintes os pré-requisitos para a seleção dos candidatos ao curso de formação da SPID:

- 1) Graduação completa em Medicina ou Psicologia;
- 2) Pós-Graduação completa em Psiquiatria, Psicologia ou áreas afins;
- 3) Estágio de seis meses corridos em hospital psiquiátrico ou trabalho em terapia individual por dois anos seguidos; e
- 4) Análise individual com psicanalista que tenha feito sua formação em alguma instituição ou mesmo aqueles que não estejam ligados a uma instituição mas têm notório saber e prática analítica. O candidato deve ter feito pelo menos dois anos consecutivos de análise, anteriores ao pedido de inscrição na formação.

A seleção é permanente, logo o candidato pode entregar à secretaria da SPID, a qualquer momento do ano, seu "curriculum vitae" o mais completo possível. O currículo será lido e avaliado pela Comissão de Seleção e uma vez aceito o candidato poderá inscrever-se no Curso de Formação.

Da Formação:

O Curso de Formação de psicanalistas da SPID constitui-se de:

"I - Análise Pessoal: realizada com psicanalista credenciado pelo Conselho Deliberativo.

II - Supervisão: um mínimo de duzentas horas de supervisão de casos clínicos levadas a efeito com pelo menos três psicanalistas credenciados pelo Conselho Deliberativo (ver Regimento Interno) num mínimo de quarenta horas com cada supervisor." (Operacionalização do curso de Formação de psicanalistas da SPID, p.1).

III - Curso Formal: consta de elaboração e apresentação de quatro trabalhos individuais escritos e participação em cursos oferecidos pela Secretaria de Ensino, sejam eles cursos regulares (como os grupos de estudo de Freud, as leituras críticas do texto freudiano, a leitura dos Escritos de Lacan) ou não.

Para a condução do Curso Formal, os cursistas contam com um orientador. Os orientadores "são membros da SPID

interessados na pedagogia da Psicanálise que se oferecem, voluntariamente, para orientar os cursistas em sua formação. Podem ser orientadores tanto os Membros psicanalistas quanto os Membros Associados, bastando para tanto comunicarem seu desejo à Secretaria de Ensino." (idem, p.2)

Os trabalhos dos cursistas são divulgados através do "Cadernos da SPID" e um encontro semestral é dedicado a sua discussão.

Um quinto trabalho, de natureza clínica, deve ser apresentado perante uma Comissão de Avaliação como condição para o cursista ingressar na Sociedade como Membro Psicanalista.

Dos Membros:

Desde que o "Instituto de Medicina Psicológica" passou a se denominar SPID (1984), não existe mais uma Sociedade e um Instituto. Os cursistas deixaram de fazer parte da Sociedade enquanto membros.

A sociedade tem duas categorias de membros: os associados e os psicanalistas.

O Membro Associado é aquele que se interessa pela psicanálise e pela Sociedade, mas não exerce a clínica nem se intitula como psicanalista. Devido às transformações institucionais, a Sociedade herdou da antiga formação os Membros Cursistas e os que não eram mais cursistas nem Membros

Analistas pois deviam o trabalho clínico; este grupo então se encontra hoje na categoria de Membro Associado também.

Para o cursista se tornar Membro Psicanalista ele convoca a Comissão de Avaliação e apresenta um trabalho escrito de natureza clínica e o passe. O passe não implica em que não se apresente o trabalho clínico e vice-versa.

"O passe de que eu participei (o único que houve na SPID até o momento) foi mais do que interessante, foi muito produtivo em termos da questão da transmissão da psicanálise. A produção do significante mestre apareceu em alguns momentos deste passe ... Produção por parte do analista de algo que esteja referido ao término de sua análise ...

Mas há um erro crucial. O passe está colocado junto com o quinto trabalho (o trabalho clínico), exatamente no momento de passagem do cursista para Membro Psicanalista. Então ele está tendo um caráter de fim da formação. Mas o passe está referido a um fim de análise. O que estamos discutindo e querendo atualmente é que ele possa ser feito a qualquer momento e não quando o cursista já preencheu todas as exigências do curso de formação ...

O candidato escolhe dois colegas que devem ser cursistas para serem os passadores e tem uma conversa individual com cada um deles. Paralelamente é formada o que se chama de Comissão de Avaliação, que é composta por quatro Membros Psicanalistas da SPID, dois apontados pelo Conselho

Deliberativo e dois pelo passante. Esta Comissão de Avaliação vai ouvir cada um dos dois passadores separadamente. São quatro mais um. E aí vão ter que teorizar, fazer uma teoria sobre aquele passe. Não teve ainda uma produção sobre o passe que houve ... Esta Comissão é móvel, sempre mudam os seus componentes ... Eu acredito que é possível uma Comissão chegar a uma produção. Foram razões tão particulares que eu não estou considerando como um fracasso [esta Comissão não ter teorizado sobre o passe]." (Depoimento de Leon Capeller).

O passe não modifica em nada a condição do analista do passante na Sociedade, apenas que ele não pode fazer parte da Comissão de Avaliação.

CÍRCULO PSICANALÍTICO DO RIO DE JANEIRO

Segundo depoimento de Carmem Da Poian, esta instituição está passando por mudanças e reformas estatutárias que tornam impossível falar de seu modo de funcionamento e de sua proposta neste momento.

COLÉGIO FREUDIANO DO RIO DE JANEIRO

Segundo depoimento de Clare Isabella Paine esta instituição está passando por mudanças e reformas estatutárias que tornam impossível falar de seu modo de funcionamento e de sua proposta neste momento.

LETRA FREUDIANA. ESCOLA, PSICANÁLISE E TRANSMISSÃO

Entrevistada: Nilza Ericson (Copordenadora de Ensino e de Clínica e Membro do Conselho Institucional)

Material Consultado:

- Ata de Fundação da Letra Freudiana (1981)
- Ata de 1987.
- Boletim Informativo (1992).

Da Entrada:

O interessado em participar das atividades da Letra, após preencher uma ficha com dados pessoais na secretaria, será chamado para fazer duas entrevistas com dois integrantes da Comissão de Entrevistas.

"Esta entrada não é uma entrada que estabelece uma nomeação ou um grau. Estas entrevistas são entrevistas de contato e exposição de como funciona a Escola. É uma entrevista de busca de uma inserção melhor para cada um, levando-se em conta a história de cada um dentro da Psicanálise. Como há muitas entradas possíveis então se pretende que esta pessoa entre segundo seu desejo e segundo o que nós temos para oferecer e que se aproxime do que ele está procurando.

Não tem nenhum critério pré-determinado ou pré-requisitos, tem a ver com o que o sujeito traz naquele momento, o seu desejo de estudar, pelo que é que ele se interessa e em que ponto de sua formação ele se encontra".

(Depoimento de Nilza Ericson).

Após a admissão ingressa-se na Letra como participante.

Da Formação:

Em 1987 esta Instituição passou à nomeação de Escola como efeito da transmissão, do ensino e da experiência acumulada, como efeito da passagem pelas questões cruciais da Psicanálise e da prática clínica desde sua fundação em 1981.

"Tendo os cartéis como estrutura de base, a Escola se define por função de formação permanente de analista através de:

1. *Uma transmissão e um ensino textuais;*
2. *Um compromisso com a produção escrita;*
3. *O exercício de uma clínica sustentada no questionamento rigoroso da direção da cura e do final de análise." (Ata de 1987 in Documentos para uma Escola, p.11).*

O cartel é o lugar de trabalho privilegiado na transmissão da psicanálise. *"O lugar do Mais-Um, se é qualquer um, deve ser alguém que estimulando o trabalho e sua elaboração, se abstenha da mestria.*

Fica estabelecido que é na transferência à Escola que se constitui a experiência do cartel, sendo que o Mais-Um deve ser escolhido dentre os membros." (idem, p.14)

Os interessados em constituir um cartel em torno de um determinado tema devem colocar seu nome e telefone num quadro mural a fim de viabilizar sua formação. As questões iniciais de cada integrante de um cartel devem ser enviadas por escrito à Coordenação dos Cartéis para que este seja inscrito na Escola. Os cartéis se dissolvem a cada dois anos no máximo, possibilitando a permutação e prevenindo-se da captação imaginária do grupo. O produto de cada um deve adotar a forma de um escrito.

Além dos cartéis, na transmissão e na formação permanente em Psicanálise, há outros "lugares onde, a partir da sustentação da transferência textual a Freud e Lacan, se interroga a clínica". (idem, p.13).

São eles:

1. Seminários de Extensão: "dirigidos aos que manifestam desejo de aproximar-se da psicanálise". (Boletim Informativo, p.4)
2. Seminários.
3. Grupos de Leitura de Freud.
4. Lugar: onde aquele que, "trabalhando questões do seu desejo, demanda o lugar de interlocutor, está convidado a falar." (idem, p.16)
5. Seção Clínica: "lugar de articulação teórico-prática dos analistas desta Escola." (idem, p.17)
6. Jornadas de Cartéis (semestrais e abertas a outras instituições).

A Escola não controla ou faz exigências com relação à

análise ou supervisão dos participantes ou dos membros, mas isto fica implícito na sua concepção de formação permanente.

Dos Membros:

"Haverá nomeações de membros, e sua única garantia será o ato de o analista autorizar-se a si mesmo, o que, longe de suprimir responsabilidades, impõe-lhe o dever ético de dar provas desse ato. Essas nomeações respondem, pois, à relação de cada analista com a causa real." (Ata de 1987 in Documentos para uma Escola, p.11).

As nomeações dos membros são as seguintes:

- "1) A.M.E. - Analista Membro da Escola: analista que, nomeado pelo Cartel de Adesão e Garantia, terá dado provas de transferência com a causa da Letra Freudiana, através da presença e sustentação do discurso da Escola (interna e externamente) e do ensino, interpretando a teoria e a clínica na transmissão da psicanálise dentro da formação permanente que a Escola proporciona.
- 2) M.A. - Membro Analista: aquele que, tendo declarado exercer a função de analista será admitido como tal, sob a responsabilidade do Cartel de Adesão e Garantia. Comprometer-se-á a dar testemunho contínuo de um discurso teórico-clínico através da transferência de trabalho.
- 3) M.E. - Membro da Escola: aquele que, admitido pelo Cartel de Adesão e Garantia, deverá dar provas de seu desejo de compromisso teórico com a letra de Freud e Lacan". (idem,

Para diferenciar as nomeações A.M.E., M.A. e M.E. dentre os membros existentes no momento de fundação da Escola, cada um deles enviou uma carta à Escola declarando sua nomeação. Até este momento não surgiram novos A.M.E.'s. A entrada de novos M.A. e M.E. é condicionada à apresentação de um trabalho escrito sobre as questões abertas da psicanálise ao Cartel de Adesão e Garantia, a quem compete admitir e administrar as diferentes nomeações.

"A Escola antecipa a nomeação de Analista da Escola e a fará vigorar no momento em que o dispositivo do passe for estabelecido.

A.E. - Analista da Escola: aquele que, tendo realizado sua formação nesta Escola, decidiu dar testemunho de sua experiência de análise através do dispositivo do passe, e foi aceito." (idem, p.12)

O passe ainda está em discussão na Letra e não há uma definição com relação a sua colocação em funcionamento ou não, por conseqüência não existem A.E.'s.

O discurso teórico-clínico e a política da Letra são sustentados pelas seguintes instâncias:

- 1) Cartel de Adesão e Garantia: Constituído por dois A.M.E., dois M.A. e mais um membro do colegiado a ser escolhido

pelos outros quatro. O Cartel tem a duração de dois anos e deverá apresentar ao final um trabalho que dê conta desse percurso.

- 2) Colegiado: A direção funciona como um colegiado de quatro membros tendo cada um a seu cargo um dos seguintes setores: organização e planejamento; cartéis; publicações e relações externas; ensino e seção clínica.
- 3) Conselho Institucional: Três membros com gestão de cinco anos.
- 4) Assembléia de Membros.

Quanto às relações da Letra Freudiana com a Fundação do Campo Freudiano:

"Formalmente a Letra ainda está no Campo Freudiano, mas não mais participando como uma das instituições que fazem parte da Comissão de Organização do Campo Freudiano no Brasil. Não podíamos concordar com a direção que estava sendo dada ao Campo Freudiano no Brasil. Nos propusemos a manter um vínculo de trabalho comparecendo com trabalhos nos encontros ... Está mais difícil porque está se definindo por parte do Campo Freudiano uma política de não aceitação de uma outra Escola que não a que eles estão propondo. Do ponto de vista do Campo Freudiano não somos reconhecidos como Escola. Esta adesão implicaria que dissolvêssemos nossa Escola para poder fundar uma nova Escola, dentro da proposta do Campo que seria uma Escola Brasileira única, onde haveria grupos institucionais que

participariam desta Escola única." (Depoimento de Nilza Ericson).

CORTE FREUDIANO ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA

Entrevistada: Sonia Alberti (Membro do Conselho Diretor e da Diretoria como Coordenadora da Biblioteca)

Material Consultado:

- Anuário (1991).
- Estatutos.

Da entrada:

Todas as atividades de ensino são abertas aos membros e não membros do Corte Freudiano, sendo que a estes é pedido o pagamento por sua participação e os membros têm entrada franqueada, pois já contribuem para a instituição com uma mensalidade.

"A entrada na qualidade de Membro ou Membro Associado do Corte Freudiano se dá por intermédio do trabalho, ou seja, pela participação no turbilhão de cartéis e de atividades de ensino". (Anuário p.8)

Da Formação:

O Corte Freudiano não se constitui como uma Escola de Psicanálise, ainda que se proponha atualmente a estudar o conceito e a possibilidade de constituição de uma Escola de

Psicanálise tal como Lacan a concebeu. Com esse objetivo seus membros reúnem-se mensalmente para debater os textos de Lacan e de Freud que abordam a questão da instituição analítica.

"O Corte Freudiano Associação Psicanalítica é uma instituição de formação psicanalítica de orientação lacaniana que integra a Comissão Brasileira do Campo Freudiano.

O Corte Freudiano segue a orientação de Freud e de Lacan segundo a qual só uma psicanálise produz um psicanalista. Entretanto o Corte Freudiano não negligencia o papel da supervisão e do ensino que cabe à associação oferecer, mesmo que estes não estejam sob seu controle, dado que é o desejo de cada um e as transferências que estabelece que decidirão seu percurso na psicanálise.

Assim como é o analisante que transforma sua análise numa didática, cabe a cada um que entre no turbilhão do Corte Freudiano a decisão de tornar sua participação em uma formação psicanalítica por isso mesmo subvertida.

O Corte Freudiano considera os cartéis como a forma privilegiada de estudo na transmissão da psicanálise."
(Anuário, p.3)

Um caderno circula pela instituição com a proposta de diversos temas. Uma vez constituído o cartel, com seus quatro "mais-um" integrantes, cada um deverá preencher uma ficha individualmente onde além de apresentar dados pessoais, cada

integrante deve expor qual a questão inicial que o levou a escolher o estudo do tema do Cartel. O preenchimento integral desta ficha é condição necessária para que o Cartel seja inscrito no Corte Freudiano. O mais-um não necessariamente é um membro ou membro associado da instituição.

Além dos cartéis, no Corte Freudiano o ensino se operacionaliza através de:

- 1) Atividades permanentes: "*Conferências Clínicas*", "*Terminus*" (discussões acerca da teoria do final de análise), "*Conexões em Psicanálise*" (confronto entre a psicanálise e outras áreas de saber), "*Sarau de Cartéis*" (debates sobre o funcionamento dos cartéis), "*Jornada de Cartéis*" (apresentação de trabalhos produzidos em cartéis do Corte ou de outras instituições) e "*Encontros com o texto*" (comentário de diversos textos).
- 2) Oficinas Clínicas.
- 3) Seminários: temáticos, de leitura de Freud e de leitura de Lacan.

Dos Membros:

A admissão na Associação é feita na qualidade de membro ou membro associado.

O pedido de admissão deverá ser oficializado através de uma carta encaminhada ao Conselho Diretor cujo parecer, se positivo, deverá ser homologado em Assembléia Geral Anual.

Os membros são os responsáveis pelo ensino na Associação e membros associados podem ser convidados pelos membros para participarem destas atividades. Os membros são responsáveis pela gestão da Associação, e por suas diretrizes básicas, podendo ocupar os cargos na Diretoria e no Conselho Diretor.

"Podem ser membros ou membros associados pessoas que não são psicanalistas.

A Associação não autoriza nem desautoriza a prática psicanalítica de seus membros. O psicanalista só se autoriza por si mesmo. A Associação, no entanto, dá a conhecer, por meio de seus veículos de informação, aqueles dentre seus membros que se declaram como tal." (art 10º e 11º dos Estatutos).

O dispositivo do passe, ainda que seja discutido, não está em funcionamento no Corte Freudiano, uma vez que esta associação não se constitui como Escola.

"O passe só tem sentido se discutido numa Escola ...

O passe, na realidade, ele tem uma função, se ele tem uma função para cada sujeito que faz o passe, no sentido de uma função do sujeito poder dar contas da análise que ele considere terminada, o passe fundamentalmente tem uma função para a instituição, porque o fato de alguém não fazer o passe, não significa que o sujeito não tenha terminado. O passe não é e

nem nunca pretendeu ser em todo o Ensino de Lacan ... um atestado de que o sujeito tenha terminado a análise.

Eu diria que o passe verifica se o sujeito pode sustentar o discurso analítico. Para mim eu tenho que é difícil você sustentar este discurso sem estar pelo menos próximo do final de análise ... O passe enquanto produzindo AE's, porque os AE's é que são esta instância que surge do passe, ele tem a função de trazer para a Escola alguém que possa sustentar o discurso analítico para a Escola. E é essa a função básica do passe dentro da Escola.

Fora isso ele tem a função também ... de um lugar onde são registradas dentro da Escola - que pretende estudar psicanálise - onde são registradas experiências de final de análise. O problema para o analista é falar sobre final de análise ... O final de análise implica nos efeitos que este final vai ter sobre o sujeito por ainda muito tempo. A isso o analista não tem acesso, o sujeito não vai mais ao analista para contar esses efeitos. Então alguma coisa escapa ao analista com relação ao final de análise. O passe seria para a Escola ... um lugar de se discutir, a partir das experiências relatadas, isto que não pode ser discutido nas próprias análises e que não se tem um saber psicanalítico sobre ..." (depoimento de Sonia Alberti).

ESCOLA BRASILEIRA DE PSICANÁLISE MOVIMENTO FREUDIANO

Entrevistado: Isidoro Eduardo Americano do Brasil
(Presidente)

Material Consultado:

- Estatutos
- Boletim Informativo de 1992.

Da Entrada:

"Você entra na Escola porque você tem uma transferência e está buscando a sua maneira de ser analista, não existe a maneira de ser analista, cada um tem que inventar a sua, não há uma norma para te dizer o que é o analista, isto é o que o analista vai ter que dizer ... A autorização vem do trabalho do analista, ele se garante diante dos pares, e se ele é praticante, ele se garante na sua prática, dando demonstrações dela" (Depoimento de Isidoro E.A. do Brasil).

A entrada é feita através de uma demanda dirigida a um dos membros do Cartel de Garantia. Entra-se a partir de um projeto de trabalho como Analista Membro do Movimento. Ninguém foi rejeitado até o momento.

Uma outra forma de entrar é pelo Instituto, solicitando inscrição em algum de seus cursos como participante no Movimento.

Não existem exigências com relação a graduação universitária.

Da formação:

"O Movimento tem por objetivo o estudo da psicanálise e sua transmissão, a formação teórica em psicanálise, bem como a fundamentação da qualificação do psicanalista reunindo em seu âmbito aqueles que insistem na via instituída por Freud e retomada por Lacan". (art. 3 dos Estatutos).

O ensino é articulado ao Instituto.

A Formação teórica no Instituto do Movimento compõe-se de:

- a) Curso Permanente ou Curso Axial, com a duração de quatro semestres, em que são estudados os quatro conceitos fundamentais em psicanálise (inconsciente, pulsão, transferência e repetição).
- b) Um seminário permanente desenvolvido pelo Presidente.
- c) Cursos diversos oferecidos por Membros do Movimento com a Aprovação do Cartel de Garantia.
- d) Grupos de Leitura de Freud e Lacan.

Após um ano de frequência no Curso Axial exige-se que o participante passe a integrar um cartel. O cartel é a célula mínima da Escola e o Mais-Um é obrigatoriamente um membro da Escola.

Semestralmente são realizadas Jornadas de Cartéis. Além disso o Movimento conta com Sessões Clínicas para os Analistas Membros e para Cursistas, e com a Clínica do Movimento que tem por objetivo atender à população que venha solicitar tratamento psicanalítico e viabilizar encaminhamentos

para os participantes ou membros do Movimento interessados em clinicar, já que o atendimento é parte da formação.

"A participação na Clínica Psicanalítica da Escola, não é obrigatória aos membros do Movimento. Entretanto, para inscrição na mesma o psicanalista deverá ser membro analista da Escola e também preencher os seguintes requisitos:

- 1) Dar testemunho de sua análise;*
- 2) Participar das sessões clínicas da Escola;*
- 3) Comprometer-se a apresentar o caso clínico recebido nas sessões clínicas de membros; e*
- 4) Submeter o seu trabalho ao controle individual por um analista Membro do Movimento Freudiano". (Boletim Informativo de 1992, pp. 12-13).*

O mais comum de acontecer é que este controle seja com o próprio analista.

Dos Membros:

Os membros analistas do Movimento distribuem-se pelas seguintes categorias: Membros Analistas Fundadores do Movimento, Membros Analistas do Movimento e Membros Honorários.

"Dos Requisitos para se tornar Membro Analista:

Para pleitear o lugar de Membro Analista no Movimento Freudiano são necessários os seguintes requisitos mínimos:

- a) Estar em cartel no mínimo de um ano;*
- b) Estar em análise ou falar de sua análise para a Instituição;*
- c) Desejar trabalhar para a transmissão da psicanálise;*

- d) Assumir compromisso de participação mínima de quatro semestres no curso de formação teórica em psicanálise, apresentando prova desse percurso; e
- e) Pagar regularmente as mensalidades.

parágrafo 1: O pedido de inclusão na categoria de Membro Analista deverá ser encaminhado ao Presidente do Movimento, que o levará ao Cartel de Garantia.

parágrafo 2: O Cartel de garantia designará um relator para verificar se o postulante reúne as condições mínimas do art. 10 e em caso afirmativo o postulante será convocado para comparecer ao Cartel." (Estatutos, Art. 7)

Este grau é alcançado por uma série de trabalhos e "indícios de uma transferência".

Para tornar-se membro analista no Movimento não é necessário que o participante seja um analista praticante.

"A Psicanálise não é a prática terapêutica dela, isto é o que ela tem de mais degradado. A Psicanálise é a formalização de um saber em torno de um objeto: o inconsciente ou, se você quiser, dos quatro conceitos fundamentais (o inconsciente, a pulsão, a transferência e a repetição). O que tem de terapêutico na psicanálise é uma prática, nem estatuto de ciência ela tem claramente". (Depoimento de Isidoro E.A. do Brasil)

O Cartel de Garantia é formado pelo Presidente e mais

três analistas membros, que têm um lugar institucional específico. "É dele que parte o projeto de funcionamento da Escola e é o produto desta, bem como a inscrição nesta, que ele garante. Sua proposta de trabalho tem como Mais Um o processamento institucional". (Boletim Informativo de 1992, p.2). Para o desenvolvimento deste programa, o Cartel de Garantia conta com dois órgãos de apoio: a Diretoria Executiva e a Superintendência Administrativa.

Quanto à nomeação de Analistas da Escola:

"Analista da Escola é um grau de alguém que quer dar um fim a sua análise, se submete a um passe com a função de articular este fim de análise e de estar trabalhando um problema crucial que ele tem como horizonte. Então ele se apresentará ao Júri, vai definir se esse desejo de ser analista da escola tem fundamento ou não. Ele vai apresentar a dois outros analistas membros porque ele quer ser analista da Escola, o que que o leva a isso, o que em sua análise levou a isso, até que ponto ele sabe falar da análise dele, da análise que ele faz e esse júri pode reconhecer isso ou não". (Depoimento de Isidoro E.A. do Brasil).

O Presidente da Escola indica um dos integrantes do júri e o Cartel de Garantia indica o outro ou indica os dois, bem como aponta quem serão os dois passadores.

"O analista da Escola é um passo a mais. Essa passagem dele tem um valor temporal. Vale por três anos. Ele passa num determinado momento. Se ele quiser novamente ser

reconhecido como analista da Escola pode pedir outra vez o passe ...

A Escola tem só dois anos ... Algumas pessoas já pediram o passe ... Não teve passe, mas já tem o pedido, já está encaminhado e tem conversa com os passadores ... Eles estão conversando há três meses, quando estiverem prontos eles pedem o júri. Não dá para falar de sua clínica, de sua análise, de seu produto em meia hora, isto demora meses, pode até ser rápido numa coisa muito evidente, mas é difícil. Pode até acontecer. O único que é excluído como passador é o analista do passante. Os passantes dirigiram seus pedidos ao Cartel de Garantia, o Cartel indicou os passadores, eles estão conversando e quando estiverem prontos pedirão o júri. Nós inclusive estamos pensando em fazer isso de uma forma meio metafórica: os júris devem ser em torno do dia nove de outubro." (idem).

O Movimento Freudiano não faz parte da Fundação do Campo Freudiano embora tenha uma relação com ele como convidado e participe de outras redes existentes na América Latina.

ESCOLA LACANIANA DE PSICANÁLISE

Entrevistado: José Nazar (Diretor Geral)

Material Consultado:

Os documentos da instituição encontram-se em elaboração ou reformulação, logo não foi possível consultá-los.

Da Entrada:

"Nós ainda não encontramos uma resposta mais adequada para a questão da entrada. Estamos sempre discutindo. Temos agora a Comissão de Garantia (C.G.) que não tem somente a função de nomeação dos futuros analistas membros da Escola (A.M.E.), posto que esta é sua função fundamental. A C.G. tem hoje em dia como função trabalhar essas demandas, esses pedidos que se dirigem à Escola ... Só aceitamos a participação enquanto uma entrada, uma adesão mais fundamental ... Esta experiência de algumas instituições ditas lacanianas que apresentam uma possibilidade de muita abertura, inclusive a possibilidade de fazer parte de cartéis e seminários sem que se comprometa mais efetivamente com a instituição, nós a priori não aceitamos, pois procuramos com esta espécie de fechamento criar a possibilidade de um estilo dentro da Escola, um estilo em relação ao texto. O sujeito quando procura a Escola preenche uma ficha com dados pessoais e curriculares e há um sorteio para escolher os membros que irão entrevistá-lo. A partir do relato destas entrevistas, a C.G. é quem vai teorizar e elaborar as possibilidades de se nomear um A.M.E. Os 'Candidatos ao Texto Freudiano' passam então a pertencer à Escola e ter o direito de freqüentar cartel, seminários e sessões clínicas." (Depoimento de José Nazar).

A C.G. funciona de modo autônomo e independente do Conselho Diretor.

O candidato é rejeitado quando "não apresentou com clareza o que ele deseja da Psicanálise." (idem)

Quanto à análise pessoal do candidato:

"Tenho que partir do princípio de que o postulante deve realizar sua formação justo ali onde se presentifica seu analista, só que deve-se escutar as exceções, as particularidades, a nível de se aceitar que às vezes o postulante esteja em análise com um analista reconhecido [mas que não é da Escola] sem entrar no mérito do que seja isso ... O importante é que isso coloca constantemente esse analista em questão".

Quanto às exigências com relação à qualificação profissional:

"Se você trabalha com a questão da autorização levando às últimas conseqüências o aforisma de que o analista se autoriza por si mesmo, se o tornar-se analista se passa necessariamente numa análise, fica muito difícil de você configurar isso em termos de algumas exigências, por exemplo, a nível de uma formação universitária A ou B. Por outro lado quando se constitui uma instituição analítica ela faz parte de um corpo social que está submetido a algumas normas e leis ... A Instituição é que tem que responder pelos problemas sociais desta ordem que possam advir de um de seus membros ... Não há exigência quanto a ser médico ou psicólogo, desde que se tenha um diploma universitário não importa qual." (idem).

Da Formação:

O funcionamento da Escola se deixa reger pela lógica

do Cartel, não há sobrevivência na Escola fora do Cartel.

Todos os Cartéis têm um tema anual que é estabelecido no Campo Matemático. Apesar do tema ser comum a todos eles, trabalha-se o tema com liberdade e de distintas maneiras. Um encontro aberto ao público e a outras instituições é realizado anualmente sobre este mesmo tema.

Semanalmente dois cartéis se encontram para falar do desenvolvimento de sua produção e de questões estruturais do seu funcionamento numa reunião intercartel.

Mensalmente realiza-se uma sessão clínica e há também grupos de leitura semanais de Freud e Lacan.

A instituição possui duas revistas para divulgar sua produção: "Dizer" (trimestral) e "Campo Matemático" (anual).

A Clínica da Escola está sendo criada.

Sobre a supervisão:

"A instituição é que cria as condições efetivas e reais para que o tornar-se analista, a formação do analista emerge como formação do inconsciente. Como introduzir neste movimento a supervisão? Na Escola nós preferimos introduzir isso pela via teórica, principalmente pela C.G. e ter certeza que esta via teórica possa ter efeitos nos percursos. É de se esperar e supor que a questão da supervisão possa comparecer como elemento ético no caminhar das análises, até mesmo em termos do momento de entrada em supervisão ... Mas não poderia

se fazer supervisão com o mesmo analista, pois isso é uma desgraça lacaniana. Diz-se: eu faço supervisão com meu analista, e não há como se refutar isso. É importante que cada um possa buscar um outro analista que não o seu como supervisor, para ele poder falar, mesmo que ele acredite que esteja sendo passador do significante do seu analisando, que ele acredite que está ali em supervisão do caso clínico, mas que ele possa falar do que está sendo esta passagem dele, este movimento de passagem de psicanalisando a psicanalista." (idem)

Dos Membros:

"O A.M.E. é uma categoria que o sujeito que recebe a nomeação não tem que pagar o preço daquele que se oferece ao passe ... A questão do passe não seria condição para nomeação do A.M.E., ele faz emergir o Analista da Escola (A.E.) ... A nomeação do A.M.E. tem a ver com as possibilidades do postulante poder acolher e conduzir uma demanda de análise com uma certa dignidade, promover a articulação com a teoria e dar provas na Escola" (idem).

A Escola oferece aos Candidatos ao Texto Freudiano e aos AME uma lista para que os que assim desejarem declarem-se como Analistas Praticantes. Existe um Cartel do Passe discutindo questões relativas a ele embora esse dispositivo ainda não esteja operando nesta instituição.

4 - COMENTÁRIOS:

- . Entre as diversas instituições há grandes variações no que se refere ao modo de funcionamento e organização, bem como à concepção de formação.
- . Todas as instituições têm como objetivo, entre outros, a formação de analistas.
- . As diferentes tendências existentes hoje no movimento psicanalítico brasileiro se acham representadas no Rio de Janeiro.
- . Não só o número de instituições analíticas vêm crescendo como também a demanda de formação a elas dirigida aumenta. A discussão a respeito do processo e dos critérios de seleção torna-se ainda mais complexa onde a procura supera a quantidade de vagas oferecidas.
- . Enquanto na década de setenta a multiplicação das instituições respondia basicamente a uma demanda de formação por parte dos psicólogos, expressava dissensões com relação as sociedades "ipeístas" e criava as chamadas "sociedades paralelas", atualmente é no interior do movimento lacaniano que se verifica a constituição de um maior número de instituições a partir de iniciativas pessoais ou de grupos dissidentes, o que dá mostras de uma possível fragmentação deste movimento.
- . O crescimento das instituições lacanianas não implicou em

um esvaziamento das sociedades filiadas à IPA ou das paralelas.

- . As sociedades filiadas à IPA tem como base comum o modelo de formação baseado no tripé: supervisão, análise e seminários, estabelecido desde a década de vinte, cabendo à instituição controlar, estabelecer prazos e regras para o cumprimento destas atividades. As inovações referem-se: 1) à análise prévia ao período da formação, a qual não necessariamente precisa ser feita integralmente com um didata daquela instituição; 2) à relação entre o didata do candidato e a Comissão de Avaliação, onde em nenhum dos dois casos estudados o didata pode participar da avaliação de seu analisando; e 3) aos currículos mais personalizados no caso da SBPRJ, já que o candidato tem opções com relação às matérias eletivas e aos professores nos diversos cursos. A figura do analista didata é mantida, bem como a hierarquia entre as diversas categorias. A nomeação dos membros é feita com base na produção e no tempo de trabalho do postulante. O título de psicanalista é reservado aos candidatos que a sociedade reconhece como tendo cumprido as exigências pré-determinadas pelo Instituto de Ensino.

- . Embora tenham sido estudadas apenas duas "sociedades paralelas", pode-se destacar duas de suas principais características: 1) um afrouxamento das regras e exigências típicas das sociedades "ipeístas", que torna essas sociedades mais flexíveis, sem entretanto abandonarem o modelo básico do tripé e do reconhecimento

do psicanalista com base no cumprimento de programas determinados pela instituição; 2) uma maior permeabilidade ao ensino de Lacan inclusive no que tange aos princípios que orientam sua concepção de formação do analista.

- . Nas instituições lacanianas a idéia de formação se acha vinculada principalmente ao processo de análise de cada um. O papel da instituição na formação dos analistas se restringe às atividades de ensino e transmissão da psicanálise. Neste sentido, embora estas instituições não negligenciem a importância da análise e da supervisão, elas não fazem nenhum tipo de controle ou exigência com relação a estas atividades. A supervisão, a análise e a nomeação enquanto psicanalista praticante situam-se no âmbito da responsabilidade pessoal.
- . A participação nas atividades de ensino ou nos cartéis não significa a entrada nestas instituições; isto só se caracteriza através do tornar-se membro. A nomeação de membros, no caso dos que não são fundadores, se faz pela aceitação por parte dos chamados Cartéis de Garantia, de uma demanda feita por alguém. Esta aceitação se orienta pelo que o postulante contribuiu para a psicanálise e para a instituição com base na sua produção. Não se pode dizer que não haja critérios na avaliação desta produção, mas pode-se afirmar que não há medidas ou exigências pré-determinadas com relação ao que seja esta produção.
- . Outra forma da instituição se presentificar na formação do analista seria através do passe enquanto dispositivo de

verificação de final de análise que tem como decorrência a nomeação de Analistas da Escola. Com exceção de duas instituições (SPID e Movimento) que iniciam esta experiência, o passe, na prática, não existe na maior parte das instituições. Atualmente, portanto, o que compete às instituições lacanianas na nomeação de membros psicanalistas está restrito à apreciação da produção escrita e oral dos que demandam este grau.

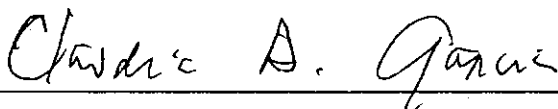
- . Em apenas uma das instituições lacanianas pesquisadas (Movimento), o cargo de presidente é oficialmente assumido como vitalício.

- . Com exceção do Corte Freudiano, no Rio de Janeiro nenhuma das instituições do movimento laciano está vinculada formalmente à Fundação do Campo Freudiano.

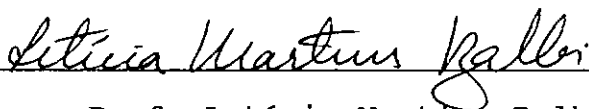
Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC/Rio, pela aluna THAIS DA CRUZ CARNEIRO RIBEIRO, intitulada "A Questão da Formação do Psicanalista numa Perspectiva Histórica". Fazendo parte da Banca Examinadora os seguintes professores:



Prof. Esther M. Magalhães Arantes
Orientadora: Dept.º de Psicologia - PUC/Rio



Prof. Cláudia Amorim Garcia
Dept.º de Psicologia - PUC/Rio



Prof. Leticia Martins Balbi
Letra Freudiana
Escola, Transmissão e Psicanálise

Visto e permitida a impressão:

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1992



Prof. Ana Maria Nicolacci da Costa
Coordenadora dos Programas de Pós-Graduação do
Centro de Teologia e Ciências Humanas